

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

A ESTÉTICA TRANSCENDENTAL KANTIANA
À LUZ DE STRAWSON

JOSÉ MARIANO NOBRE

NATAL-RN
2008

JOSÉ MARIANO NOBRE

A ESTÉTICA TRANSCENDENTAL KANTIANA
À LUZ DE STRAWSON

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof.^a Doutora Cinara Maria Leite Nahra.

NATAL-RN
2008

JOSÉ MARIANO NOBRE

A ESTÉTICA TRANSCENDENTAL KANTIANA À LUZ DE STRAWSON

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: PROF^a. DOUTORA CINARA MARIA LEITE NAHRA.

MEMBRO: PROF. DOUTOR CLÁUDIO FERREIRA COSTA

MEMBRO: PROF^a. DOUTORA MARIA DE LOURDES ALVES BORGES

SUPLENTE INTERNO: PROF. DOUTOR JAIMIR CONTE

SUPLENTE EXTERNO: PROF. DOUTOR ADRIANO NAVES DE BRITO

NATAL-RN
2008

À Mariúza, minha esposa, aos meus
filhos Michel, Marcel, Márcio e ao
meu neto Hadrien, pela compreensão e
apoio durante esta jornada de reflexão.

AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer, primeiramente, a todas as pessoas e instituições que comigo compartilharam, muitas vezes não diretamente, deste empreendimento que realizei pela reflexão. Como são muitos e para evitar cometer injustiça, relaciono-os entre os meus colegas das graduações e do mestrado em filosofia da UFRN e em especial a todos aqueles que fazem o PPGFIL, além do Departamento de Filosofia e da própria UFRN.

É com extrema gratidão que também registro a alegria e a honra de ter convivido com os professores do PPGFIL, pelo que confirmo o enorme zelo e carinho que dignificam o exercício do magistério filosófico, que não apenas se aplica às tarefas propedêuticas da sala de aula, mas em toda a relação social e humana causada fora dos muros da academia, ao que parece como uma imitação da boa prática dos tempos da Polis.

Mas, por que estudar a epistemologia kantiana? Inicialmente, pelo fascínio que o pensamento de Kant impõe ao método da reflexão que se aplica a todo o pensamento do homem. Igualmente fascinante revelou-se o desafio do seu enfrentamento, ao me envolver com a propalada dificuldade para a compreensão do seu modelo de filosofia que, para mim, sempre se mostrou motivador e fundamental à aprendizagem da filosofia. Estudar Kant provou-me que filosofia não é diletantismo, nem algo que possa não ter uma aplicação urgente associada à prática social do dia a dia. Ao contrário, tudo que se faz, seja sob os auspícios do rigor da ciência atual, seja através do senso comum, não ocorre sem a base explicativa encontrada na metafísica da experiência kantiana, como expressão da razão humana. Entendo que, quando Kant impôs sua crítica à forma construtivista do conhecimento, não à maneira de um tribunal, nem de uma crítica a livros ou a sistemas, mas à própria faculdade do conhecimento em geral, conquistou o respeito da razão por suscitar o livre e público exame do esforço humano na busca do seu aperfeiçoamento.

O rigor filosófico e boa conduta são qualidades buscadas naqueles que têm a obrigação de servir de balizamento para nossa formação intelectual; pois, foram esses os atributos que encontrei na conduta de todos os nossos mestres da filosofia, para mim um grupo de professores extremamente abalizados, sempre atentos ao desvelamento das formas da cognição, seja da filosofia, seja da ciência. Desejo citar três nomes, para os quais expresso minha gratidão e, ao homenageá-los, agradeço a todos: trata-se dos professores Cinara Nahra, Juan Bonaccini e Túlio Lima.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma interpretação textual da estética transcendental kantiana, a primeira pilastra de sustentação da epistemologia de Kant e interpretá-la à luz de Strawson. Ela contém a doutrina da sensibilidade responsável pelas intuições, que repousam sobre os conceitos de espaço e tempo e, com isso, a tematização de duas importantes questões. Para a filosofia kantiana em sua vertente epistemológica, qual a importância dos conceitos de espaço e tempo? Como esses conceitos de espaço e tempo se inscrevem com tal estatuto como uma tarefa investigatória da metafísica? Os conceitos de espaço e tempo, especificados como ingredientes das teses tratadas e arroladas nesta dissertação, são noções relevantes da estética transcendental de Kant, aqui interpretados à luz de Strawson. A pesquisa está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo, que consta de duas partes, após fazer uma introdução à estética transcendental de Kant, expõe a doutrina da sensibilidade de que fazem parte espaço e tempo, formas autênticas da intuição. O segundo capítulo, constituído de cinco partes, trata da interpretação do modelo austero de Strawson relacionado com a estética transcendental de Kant. A conclusão do nosso trabalho é a de que, no que pese a declarada objeção de Strawson em sua interpretação austera, que recusa a idealidade do espaço e do tempo, mesmo mantendo o seu caráter *a priori*, não pode ser aceita. A aprioridade, a intuitividade e a idealidade são teses inseparáveis numa abordagem coerente do espaço e do tempo do modelo de epistemologia kantiana.

Palavras-chave: Crítica da Razão Pura, filosofia transcendental, metafísica, epistemologia, conexão, experiência, conceitos, intuições, austero, geometria, exposição metafísica e exposição transcendental.

ABSTRACT

This work's objective is to make a literal interpretation of Kant's Aesthetic transcendental, the first pilaster of sustentation of the epistemology of Kant and to interpret it at Strawson's light. It contains the doctrine of sensitivity responsible for the intuitions, which rests on the concepts of space and time, and, with this, the tematização of two important questions. For Kant's philosophy in its epistemologic source what's the importance of the concepts of space and time? How these concepts of space and time inscribe themselves with such statute as an investigatory task of metaphysics? The specification of the concepts of space and time as ingredients of the theories treated and enrolled in this work are segmented of the Aesthetic transcendental of Kant, and interpreted under Strawson's light. The research is divided in two chapter; first, constituted of two parts, the first part presents an introduction to the Aesthetic transcendental of Kant, to show the doctrine of the sensitivity which is part of with its forms space and time, authentic forms of the intuition. The second chapter, is constituted of four parts, that deal with the interpretation of the austere model of Strawson and related with Kant's transcendental Aesthetic. The conclusion of our work, about the declared objection of Strawson in its austere interpretation that refuses the idea of space and time, even keeping its a priori character, cannot be accepted. The apriority, the intuitivity and the ideality are theories non-separable in a coherent boarding of space and time of Kant's model of epistemology.

Word-key: Critical of the Pure Reason, transcendental, Metaphysical philosophy, epistemology, connection, experience, concepts, intuitions, austere, geometry, metaphysic exposition and transcendental exposition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPITULO I - A ESTÉTICA TRANSCENDENTAL KANTIANA	21
1.1 Uma Introdução à Estética Transcendental em Kant	21
1.2 Kant: Espaço e Tempo	24
CAPITULO II – O MODELO ANALÍTICO DE STRAWSON E SUA INTERPRETAÇÃO AUSTERA	40
2.1 Strawson e a Possibilidade da Metafísica como Ciência em Kant	40
2.2 A Estética transcendental Kantiana e a “Interpretação Austera” de Strawson	48
2.3 Strawson e a Teoria Kantiana da Geometria	67
2.4 Espaço e geometria	74
2.5 A Visão de Strawson se sustenta?	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

INTRODUÇÃO

A filosofia kantiana se classifica como crítica, pois sua principal tarefa se constitui a crítica da própria razão, investigando quais as questões impostas por ela que se justificam e excluindo as propostas sem cabimento. A Crítica da Razão Pura¹, a principal obra da lavra kantiana, doravante nomeada por CRP, terá por tarefa conhecer a razão, a sensibilidade e o entendimento, independentemente de toda a experiência, o que abre caminho certo para a metafísica, que tem a tarefa de procurar e estabelecer os limites de todo o conhecimento puro, *a priori*, isto é, independentemente da experiência, assegurando-lhe necessidade e universalidade a esse saber.

As transformações ocorridas com o saber que permitiram constituir uma nova ciência da natureza representam para Kant a necessidade de impor a esta natureza um projeto através do qual se possa interrogá-la de forma sistemática e de forçá-la a responder; assim, da mesma forma, deve ocorrer com a filosofia que, ao seguir o caminho seguro da ciência, encontrará o resultado tão certo como os obtidos pelas disciplinas científicas. Em relação à metafísica, a mudança da perspectiva kantiana realiza algo designado por revolução copernicana²; assim, em vez de impor as estruturas mentais como regra máxima, se exige que, antes de qualquer afirmação sobre as ideias, houvesse de estudar a própria capacidade da razão. Por isso, Kant diz: “Se a intuição tiver que se guiar pela natureza dos objetos, não vejo como deles se poderia conhecer algo *a priori*; se, pelo contrário, o objeto (como objeto dos sentidos) se guiar pela natureza da nossa faculdade de intuição, posso perfeitamente representar essa possibilidade”³. Entretanto, de acordo com CRP, pode se demarcar o início do conhecimento a partir da experiência, embora não se possa provar que todo ele se origine ou dela se derive. Certamente que existem conhecimentos hauridos na experiência, que se traduzem por juízos sintéticos, nos quais o predicado se acrescenta ao sujeito ampliando-os pela experiência;

¹ As citações retiradas dessa obra se referem à tradução portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª edição de 2001, tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. As notas relacionadas a ela estão definidas pela abreviação KANT, CRP com os respectivos parágrafos, com indicação da edição A ou B.

² Tinha mostrado Copérnico que, afastada a hipótese geocêntrica e admitindo que os corpos celestes gravitam em torno do sol ou se, ao invés dos corpos celestes, inclusive o sol, girarem em torno do observador, considerar que este observador é quem se desloca em torno do sol, os movimentos dos astros poderiam ser melhor explicados; utilizando o sentido metafórico relativamente ao que fez Copérnico na astronomia, Kant vai imprimir uma profunda viragem no saber metafísico, KANT, CRP p. XI.

³ CRP, B XVII, p.20.

juízos desse quilate são válidos unicamente nos domínios dessa experiência, sendo, assim, apenas particulares e contingentes. Mas, ao lado deles, na forma tradicional, Kant apresenta os juízos analíticos em que os predicados não são mais do que características extraídas por análise da própria noção tornada explícita do sujeito, coadjuvantes de grande parte de nossa atividade racional, consistindo, precisamente, no emprego da análise de conceitos que já possuímos. Assim, em tais juízos, mesmo sendo *a priori*, expõe-se apenas aquilo que já implicitamente era sabido, porém, sem criar conhecimentos novos. Porém, para Kant, um saber autêntico não se pode procurar nesses juízos, pois o *a priori* concebido por ele deve se referir à estrutura do sujeito que torna possível a experiência, que contribui para o conhecimento dos objetos através dos sentidos ao fornecer sensações, que vão se constituir a matéria indispensável à faculdade do conhecimento; pois, ordinariamente, o conhecimento compõe-se dessa matéria e respectiva elaboração que sofre pela estrutura do sujeito cognoscente. Contudo, ainda afirma que, para além dos limites do saber retirado da experiência, haverá um saber de outro nível, o saber *a priori*; pois, ao se antecipar à experiência, o seu objeto (do saber *a priori*) não pode ser dado pela experiência e, sim, pelo próprio sujeito, por sua estrutura que torna possível a experiência.

A CRP como ciência ao possuir objetivos propedêuticos se propõe a examinar a razão pura, suas fontes e limites. Não se trata de uma doutrina, porém de uma crítica transcendental (se ocupa menos dos objetos, do que da estrutura de conhecê-los, na medida em que pode existir *a priori*) em virtude de sua finalidade, que não é o alargamento dos próprios conhecimentos, porém a sua justificação como indicação do valor de todos os conhecimentos *a priori*. Assim, o objeto da crítica não sendo a natureza das coisas, que é inesgotável, mas o entendimento que julga a natureza dessas coisas é uma crítica da própria faculdade da razão pura. A filosofia deixa de ser uma ontologia, ultrapassa o ceticismo empirista e transforma-se em filosofia transcendental, como diz Kant: “se preocupa menos dos objetos do que do modo de os conhecer”⁴, na medida que este pode ser *a priori*”.

Portanto a filosofia transcendental é uma ideia de ciência da razão pura com plano próprio em que deve incluir todos os princípios da razão pura. A crítica deve enumerar todos

⁴ Afirma Kant que, para se conhecer um objeto, torna-se necessário poder provar sua possibilidade, que pode ser de duas formas: a primeira, pelo testemunho da experiência a partir de sua realidade, e a segunda *a priori* pela razão. Porém, diz ainda que o homem pode pensar no que quiser, desde que não entre em contradição consigo mesmo, ou seja, desde que o seu conceito seja um pensamento possível, embora não possa garantir que, no conjunto de todas as possibilidades, tal conceito possa corresponder ou não a um objeto. Para atribuir àquele conceito validade objetiva, isto é, possibilidade real, já que a primeira era apenas possibilidade lógica, é exigido por Kant algo mais, que não é preciso procurar nas fontes teóricas do conhecimento, porque isso pode também encontrar-se nas fontes práticas, CRP, B XXVII, nota, p.25.

os conceitos fundamentais relacionados ao conhecimento puro, prescindindo-se de uma análise exaustiva desses conceitos, bem como da recensão completa dos que deles se derivem, pois não faz parte do plano da crítica. Assim, tudo o que integra a filosofia transcendental pertence à crítica da razão pura, atenta para a apreciação completa do conhecimento sintético *a priori*. A análise dessa ciência mostra que dela não participa qualquer conceito de origem empírica, ou seja, o conhecimento *a priori* que a integra é totalmente puro. O conhecimento discursivo ou conceitual, que daí se deriva através de seus elementos (intuições e conceitos), e do qual os seres humanos são capazes, pode ser traduzido, pelo idealismo transcendental, quando Kant estabelece a natureza, condições e limites do conhecimento humano. Entretanto, na CRP Kant estabelece dois troncos do conhecimento originários de uma raiz comum e desconhecida, a saber: a sensibilidade e o entendimento, em que, pelo primeiro, nos são dados os objetos e pelo segundo, eles são pensados⁵. Dessa forma, Kant cria uma ciência chamada de estética transcendental para enquadrar todos os princípios pertencentes à sensibilidade, que representa a primeira parte de sua teoria transcendental dos elementos, em contraposição à que contém os princípios do pensamento puro, denominada de Lógica transcendental.

A estética transcendental da CRP, a primeira pilastra de sustentação da epistemologia kantiana, objeto de nossa investigação, contém a doutrina da sensibilidade responsável pelas intuições que, ao repousar sobre os conceitos de espaço e tempo, leva-nos à discussão de duas importantes questões que precisam ser antecipadamente tematizadas para facilitar a compreensão do presente trabalho. Para a filosofia kantiana, em sua vertente epistemológica, qual a importância dos conceitos de espaço e tempo? Como esses conceitos de espaço e tempo se inscrevem, com tal estatuto, como uma tarefa investigatória da metafísica? Por que priorizar a especificidade do tema concernente aos conceitos de espaço e tempo como ingredientes das teses tratadas e, ao segmentá-los da estética transcendental de Kant, interpretá-los à luz de Strawson ou como ele deseja?

Se a atitude filosófica sempre nos leva a perguntar, a primeira questão nos coloca diante de um contexto que segue rigorosamente associado a um problema. Assim, o contexto se dá pelo encadeamento de ideias para facilitar a compreensão do texto, sendo que a questão maior se remete para o âmbito do problema a ser investigado, que deverá ser proposto de forma clara e precisa, amparado pelo contexto que, ao lhe servir de base, integra a filosofia e a busca pela metafísica. Assim, se a ordem das questões deve iniciar pelo tratamento do contexto, a abordagem dos conceitos espaço e tempo adquire proeminência filosófica ao se

⁵ CRP, A 16 / B 30.

constituírem instrumento de enquadramento e limitação adotado pela metafísica na busca do conhecimento pretendido do objeto.

Ademais, o contexto deve priorizar os aspectos sistemáticos da questão espaço temporal sem necessidade de consulta à trajetória histórica do pensamento sobre espaço e tempo e, na hipótese de tal fato ocorrer, só de forma casual. Pois, não se tratando de uma investigação da história dos conceitos de espaço e tempo, nossa pretensão é investigá-los como um problema, em virtude de serem, gestados sob os auspícios da estética transcendental kantiana e interpretados à luz do modelo analítico (austero) de Strawson.

Assim sendo, qual deverá ser o contexto que se deve fixar como pano de fundo para a discussão entre Kant e Strawson sobre espaço e tempo? O contexto poderá ser determinado ao se tomar a CRP e eleger a estética transcendental como uma base para a leitura epistemológica e reconstruir uma via alternativa para a solução do problema do conhecimento dos objetos. Assim, para se localizar, de modo consistente e decisivo, o contexto dos conceitos de espaço e tempo, deve-se buscá-los originalmente na metafísica kantiana e no modelo austero da metafísica da experiência tratado por Strawson. Sem priorizar datas ou períodos, o contexto se relaciona à metafísica como objeto de consulta, num novo nível de relação epistemológica entre sujeito e objeto para a produção do conhecimento. Essa nova epistemologia idealizada por Kant na CRP se refere muito mais ao modo de conhecer dos objetos e, assim, apontando para o seu subjetivismo transcendental, se origina na estética transcendental, que contém a doutrina da sensibilidade cuja forma apropriada se dá pela estrutura espaço temporal.

O fato mais auspicioso relativamente ao conceito de espaço e tempo ocorre pelo tratamento ímpar implementado por Kant e evidenciado pela mudança de concepção que ele adota em relação à metafísica tradicional. Se for correto afirmar que o empirismo vigente no momento kantiano pode destruir os fundamentos da metafísica tradicional, também será lícito dizer que caberá a Kant reconstruí-los diante de novos paradigmas. Esse contexto que pode representar um genuíno problema filosófico medeia as relações entre lógica e metafísica, como ponto de convergência que, em todas as épocas, parece instigar a criatividade dos grandes pensadores⁶. Assim, primeiramente, se denota que o interesse do pensamento está voltado para a contemplação do mundo ou dos tipos de objetos que lhe pertencem, que expõem a composição desse mundo. Isto representa o tratamento do ser pela ontologia convergente no discurso da filosofia antiga e do período medieval. O período de reflexão que

⁶ Cf. LIMA, Túlio, Sales Souza, p.12

se segue, característico do período moderno, ao invés de perguntar pelo ser à filosofia, faz com que esta se pergunte pelo conhecimento, que começa com Descartes, e explicita sua forma mais autêntica em Kant, cujo modelo se compromete com as condições de possibilidade do conhecimento dos objetos, ao invés do próprio objeto.

Por isso parece valer a pena perguntar sobre a mudança de contexto verificada na metafísica em sua nova relação que se estabelece com a lógica, pois, se na metafísica tradicional se pergunta pelo que é do objeto sem nenhuma mediação, na metafísica de Kant passa a se perguntar se podemos conhecer o que é o que, estabelecendo a tematização dos problemas que se apresentam à filosofia que não se restringirá à reflexão lógica. Pois a vertente epistemológica adquire importância decisiva e complementar em relação à lógica, ou seja, uma metafísica do conhecimento relativa aos problemas filosóficos torna-se mais importante do que a reflexão meramente lógica. A metafísica, ao tomar a experiência como estrutura de amarração do conhecimento empírico, tem na estética transcendental de Kant ponto de entrada para a formulação do conhecimento de objetos ao receber seus *insights*, vindos da coisa em si e que se instrumentalizam pelo uso nessa instância do suporte espaço temporal. Para Kant a lógica transcendental torna-se indispensável ao se juntar com a estética transcendental para buscar os termos originais que tornam possível a experiência dos objetos. Por tais considerações, pode-se afirmar que a interpretação de Strawson a Kant leva em consideração os conceitos de espaço e tempo como tema central, tanto quanto o momento essencial de seus modos de reflexão a ponto de constituir-se o problema marcante de suas filosofias tratado em nossa dissertação. Consequentemente, se pretendemos entender o modelo austero de Strawson interpretativo da estética transcendental Kantiana, torna-se indispensável compreendermos suas respectivas especulações sobre a questão espaço temporal e, ainda mais, como cada um, a seu modo, responde às demandas suscitadas pela estrutura espaço temporal e como ela se insere no âmbito de suas metafísicas. Assim, mesmo se pudermos generalizar tal procedimento, neste sentido, a compreensão do autor parece, antes de tudo, poder interpretar a sua exposição filosófica como a elaboração de uma resposta que ele mesmo suscita e, com isso, se pode afiançar a hipótese de que, sem o problema, não se tem a resposta, tampouco filosofia. Admitindo tal raciocínio, o primeiro passo para entender o modelo de filosofia de determinado autor será o de sempre buscar e estabelecer o problema que ele decidiu tematizar, pois a tarefa de tematização representa essencialmente a busca de tratamento para o problema. Se o contexto da discussão para a interpretação do modelo analítico de Strawson serve para interpretar a estética transcendental de Kant tendo como

pano de fundo as relações entre lógica e metafísica que, por si, se constitui um problema que sempre existiu na filosofia e se os conceitos de espaço e tempo se apresentam nesse contexto como tema, assim contexto e problema se tornam equivalentes para fazer parte da estrutura desta dissertação. Portanto, os tratamentos dados aos conceitos de espaço e tempo, respectivamente, por Kant e Strawson na estética transcendental e no modelo analítico austero, se constituem o principal ponto de investigação do estudo.

Assim, o primeiro capítulo é constituído de duas partes. Na primeira, será apresentada uma introdução à estética transcendental de Kant, para mostrar a doutrina da sensibilidade que a integra com suas formas espaço e tempo, formas autênticas da intuição. Diz-se que a interpretação retirada da estética versando sobre seu significado e objetivo, é a parte da CRP que, desde o início e até as recentes interpretações, mais levantou questionamentos, seja por conta de suas teses mais explícitas, como no caso do que é uma “intuição pura”, seja de maneira indireta, devido a concepções que parecem localizar na estética sua principal fonte: a questão da coisa em si é a do idealismo transcendental colocam-se a partir da estética, mesmo se esta não basta para dar a eles toda a sua dimensão. Em sua segunda parte, trata-se do estatuto concedido ao espaço e tempo na estética transcendental da CRP para fornecer a indicação de suas naturezas, segundo Kant. Pois, é ali onde Kant oferece as exposições metafísica e transcendental dos conceitos de espaço e de tempo em que, pela via da exposição metafísica, impõe que seja apresentado com clareza o que pertence a tal conceito de concessão *a priori*; pois, para Kant, como a mente humana possui tais propriedades, respectivamente do sentido externo e interno, a ela permite-se a representação de objetos como exteriores a nós e situados todos no espaço e que transcorrem no tempo. Pela exposição transcendental, Kant expõe que os conceitos de espaço e tempo tornam-se princípios, a partir dos quais se pode entender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*, e que, para tanto, exige, aditivamente, atendimento de dois pontos: que do conceito dado se derivem conhecimentos dessa natureza e que esses conhecimentos apenas sejam possíveis desde que se pressuponha um dado modo de apresentação desse conceito. Por isso, Kant, ao tomar o exemplo dos objetos da geometria (ponto, reta, plano etc.) deseja mostrar que a explicação dada pela exposição transcendental do conceito de espaço permite determinar, sinteticamente e *a priori*, as propriedades deste espaço. Ainda mais, é apresentada uma trajetória do pensamento kantiano sobre espaço e tempo, confrontado com as ideias que ensinaram sua discussão histórica, iniciando-se com Platão e Aristóteles passando por

Descartes e centrando no debate com Newton e Leibniz e, com estes, a divergência kantiana relativamente aos conceitos de espaço e tempo absolutos de Newton e relativos de Leibniz.

O segundo capítulo, constituído de cinco partes, trata da interpretação do modelo austero de Strawson, que é correlacionado com a estética transcendental de Kant. Na primeira parte, é discutida a visão de Strawson sobre as possibilidades da metafísica como ciência em Kant, onde se confirmam as bases científicas da metafísica kantiana legitimadas pelo princípio de significatividade; tal princípio, repetidamente anunciado em toda CRP, estabelece que não pode haver nenhum uso legítimo, de ideias, nem de conceitos, se eles não são postos em relação com as condições empíricas ou experimentais de sua aplicação. Assim, para Kant, a consideração de tal princípio, também corroborada pelos empiristas, representava a negação total da metafísica transcendente. Mas, Kant, ao constatar não só que a tendência de se pensar nas ideias para as quais não se podia especificar nenhuma condição empírica de uso, o que se constituía primeiramente uma aberração filosófica, ele julgou ser, também, uma propensão natural inevitável da razão humana, que podia inclusive aportar resultados positivos quando, no curso da investigação científica, servisse para estimular a indefinida extensão do conhecimento empírico. Entretanto, a ilusão do conhecimento metafísico para ele ocorreria somente quando se impusesse correspondente realidade a tais ideias, como se pudesse produzir conhecimento dessas realidades, apenas pelo puro pensar, sem o concomitante contributo da experiência e, ao violar o princípio da significatividade, tornava a metafísica impossível como ciência.

A segunda parte apresenta a estratégia argumentativa de Strawson, partindo dos conceitos embutidos na estética transcendental que julga indispensável para construir sua interpretação que chama de austera. Inicialmente, destaca que a teoria kantiana sobre a natureza da experiência do conhecimento humano esposada nas teses da estética transcendental se apresenta sob a égide de quatro grandes contrastes, a saber, o contraste entre fenômeno e coisas em si mesmas, entre intuições e conceitos, entre o *a priori* e o empírico, e entre o externo e o interno, em que sobre tais dualidades erguerá seu modelo analítico. Sua interpretação austera parte da tese kantiana de que o espaço e o tempo são as formas da intuição humana. Para fundamentá-la, ele, ao se utilizar da dualidade entre intuições e conceitos, explicita que este contraste não é, de fato, mais do que um aspecto da distinção inerente a qualquer filosofia que trate com rigor do conhecimento humano, dos seus objetos ou de sua linguagem. No tratamento filosófico do conhecimento dos objetos, diz ele, não se

têm três tarefas distintas, mas apenas parte de uma mesma tarefa filosófica, onde o contraste entre intuições e conceitos surge necessariamente sobre diferentes formas.

A doutrina kantiana, diz Strawson, prioriza o marco epistemológico na interpretação da tarefa filosófica e, assim, seguramente, para ele, não se pode formar qualquer conceito de experiência ou do conhecimento empírico de objetos a não ser que se possam conhecer, nesta experiência, itens particulares que devam ser reconhecidos ou especificados como casos de tipos ou características gerais. Assim, para que se possam produzir conceitos gerais, devem ter-se capacidades de operar tais reconhecimentos e classificações, e a oportunidade de desenvolver e exercitar tais capacidades se dá pelo que Kant chama de intuição. Para Strawson, Kant expressa essas necessidades em sua linguagem de departamentos ou faculdades da mente, o que aumenta a ênfase de seu marco epistemológico, pois, distingue entre a faculdade da sensibilidade, que é receptiva, através da qual os objetos nos são “dados” produzindo as intuições, e a do entendimento, que é ativa, por meio da qual os objetos “são pensados” e constitui-se a fonte dos conceitos. A cooperação dessas duas faculdades da mente torna-se necessária para a experiência ou para o conhecimento empírico do objeto, em Kant. Paralelamente a isso, o que diz Strawson sobre a teoria que afirma que o espaço e o tempo são a forma da intuição? Primeiramente, afirma que a dualidade entre intuições e conceitos, traço marcante na estética transcendental, corresponde simplesmente à característica epistemológica do contraste entre o caso particular e a classe geral ou, dito de outra forma, é simplesmente o pensamento do caso particular semelhante ao que é encontrado na experiência e aí reconhecido como caso de alguma classe geral. Em segundo lugar, essa destacada afirmação strawsoneana confirma que o pensamento, em sua máxima generalidade, estabelece alguma conexão íntima e particular entre o espaço e o tempo, por um lado, e a ideia de um caso particular do conceito geral, por outro lado. Portanto, ao se verificar qualquer conceito geral ou qualquer ideia de um tipo geral de objeto – supondo-se, apenas, que objetos ou itens que nele se subsumam sejam tais que possam converter-se em objetos do conhecimento empírico – tornar-se-á evidente que qualquer desses casos particulares, que de fato ocorra, deve realmente se verificar em algum momento, como também que qualquer desses casos particulares que possa encontrar-se, deve de fato encontrar-se em algum local. Pois, para que a classe geral de objetos possa aplicar-se a um caso particular, deve ocorrer em algum local ou, se este não for possível, pelo menos em algum tempo. Assim, a identidade da existência dos casos particulares subsumidos nos conceitos gerais e materializadas na experiência está conectada no espaço e no tempo. Desta forma, a posição espaço temporal para Strawson

fornece a base fundamental para distinguir entre um item particular e outro geral, constituindo-se o suporte da identidade dos objetos particulares, o que demarca o modo austero de sua interpretação.

Mas, Strawson, ao considerar o segundo contraste entre o *a priori* e o empírico, pode constatar, que na teoria kantiana apresentada na estética, o espaço e o tempo não são apenas as formas da intuição, senão formas *a priori* da intuição. Para ele, não há apenas o pensamento de uma conexão inata entre a ideia de itens particulares, susceptíveis de serem encontrados na experiência, e a ideia de que são itens ordenados espacial e temporalmente. Trata-se, de fato, do pensamento de que esta conexão é tão vital que não pode ser desconsiderada sem anular toda a concepção de experiência. Assim, a ideia de experiência em geral parece ser realmente inseparável da sucessão temporal e da ordenação espacial que ocorre em tal experiência. Pois, o caso de uma completa abstração da sequência temporal separada da ideia de experiência em geral é uma tarefa que ultrapassa a capacidade cognitiva humana. Assim, em relação ao caráter do *a priori* a interpretação austera de Strawson conclusivamente afirma que um conceito ou característica (elemento) poderá denominar-se de *a priori* se puder se constituir um elemento estrutural essencial em qualquer concepção de experiência que pudermos tornar inteligível. A divergência da posição defendida pelo idealismo transcendental de Kant se dá pelo fato de que a qualificação *a priori* a um elemento pretende que sua presença como uma característica da experiência seja totalmente atribuída à natureza de nossa constituição cognoscitiva, não sendo, de maneira alguma atribuída às coisas em si que afetam esta constituição para produzir a experiência. A interpretação analítica de Strawson discute também os argumentos apresentados na estética transcendental que, em sua visão, de fato, dão sustentação e notabilizam as teorias relacionadas ao espaço e ao tempo. Para ele, o argumento de maior expressão, relativamente à questão do espaço, se deriva da ideia kantiana subjacente às proposições da geometria (axiomas e teoremas), chamada de matemática do espaço, e a prova da teoria do espaço remete-se prioritariamente à teoria da geometria.

Na terceira parte, Strawson, ao discutir a teoria kantiana da geometria, tem presente que a teoria da intuição pura de Kant é a fonte genuína do conhecimento da geometria que, por sua vez, se associa com a teoria do espaço do idealismo transcendental. Para ele, o argumento mais convincente apresentado na estética transcendental da CRP, ao tratar da teoria da subjetividade do espaço, diz respeito ao argumento da geometria. Tal argumento representa um conjunto de proposições ou premissas que combinam características das

proposições empíricas com os atributos das proposições analíticas, mas que não são nenhuma, nem outra. Suas proposições combinam o caráter de sintéticas e de necessárias, daí que não são analíticas nem tampouco baseadas na intuição empírica.

Se a intenção de Kant é a de que, se aceitamos a teoria da subjetividade do espaço como uma mera forma de intuição pertencente à nossa constituição cognoscitiva, então se pode concluir que tal classe de intuição espacial deve existir, também como as proposições sintéticas que ele produz se aplicam necessariamente aos objetos espaciais ordinários da intuição empírica. Portanto, essa interpretação pouco clara para Strawson é a de que tais “intuições não empíricas” são o resultado da imagem da mente buscando em si o meio em que devem aparecer ante ela os objetos e determinando, a partir dessa busca, independentemente da manifestação real dos objetos, verdades que devem valer para quando elas aparecem. Mas, para a moderna crítica antikantiana, conhecida como “a perspectiva positivista” é perda de tempo conceder tal interpretação, pois a rigor as proposições da geometria não são necessárias, nem sintéticas. Strawson, porém, ao endossar parte da crítica positivista antikantiana, afirma que tal crítica não é suficientemente robusta para justificar a negação abrupta e total da teoria kantiana da geometria. Strawson considera que Kant já dizia que não era importante se “a construção de um conceito (espacial) na intuição pura” se ocupasse de um desenho sobre um papel ou simplesmente na imaginação. A imaginação visual para Strawson não pode oferecer figuras físicas, senão figuras fenomênicas, distintamente do conceito kantiano usado na CRP, aplicáveis inclusive a objetos físicos. Assim, as retas que são objeto da intuição pura não são retas físicas, mas retas fenomênicas, cujas aparências ilustram tais retas.

Portanto, para Strawson, tal sistema de objetos assim concebidos, que não é nenhum cálculo não interpretado, nem uma geometria física, representa uma geometria fenomênica e que é independente da intuição empírica. Assim, não se necessita, nessa geometria fenomênica (strawsiana), na medida em que se pode imaginar a espacialidade, comprovar tais resultados através da referência a objetos espaciais dados pelos sentidos. Por outro lado, ele afirma que essa geometria fenomênica não carece da relação com objetos empíricos, pois o exercício adequado da imaginação produz precisamente tais semelhanças, como as que podem ser apresentadas pelos objetos físicos na intuição sensível ordinária. Essa geometria é primariamente a dos fenômenos espaciais dos objetos físicos e, subsidiariamente, a geometria das mesmas coisas físicas. Ainda mais, se há sentido em sua interpretação fenomênica da geometria euclidiana, a teoria kantiana da intuição pura e da constituição de conceitos, pode

perfeitamente considerar-se como a descrição razoável de tal interpretação fenomênica da geometria.

A quarta parte versa sobre a relação entre a teoria do espaço kantiano e a geometria entendida como a ciência que produz e descreve adequadamente seus objetos produzidos e descritos no interior desse espaço. A base desta temática apoia-se no contexto da discussão levada a efeito pela declarada objeção de Strawson à abordagem kantiana do espaço e do tempo por focar no fato de que o argumento de Kant para a idealidade transcendental depende da tese da intuitividade e esta, por sua vez, é dependente da validade da concepção euclidiana de espaço. Pois, de acordo com a tese da idealidade defendida no idealismo transcendental, o espaço e tempo como elementos com qualificação *a priori*, Kant pretende que a presença desses elementos como uma característica da experiência seja totalmente atribuída à natureza de nossa constituição cognoscitiva, e, assim, “estão em nós” previamente à experiência, não sendo, de maneira alguma, atribuída à natureza das coisas em si que as afetam para produzir a experiência. Contrapondo-a, encontra-se a interpretação chamada austera ou strawsoniana, pela qual se afirma que um conceito ou característica (elemento) poderá denominar-se de *a priori* se puder se constituir um elemento estrutural essencial em qualquer concepção de experiência inteligível para nós. Relativamente à tese da intuitividade, Kant afirma que o espaço e o tempo são em si mesmos intuições *a priori*, pelo fato de existir um só espaço e um só tempo e que ambos são infinitos, ou seja, possuímos a concepção de um único sistema espacial e temporal que engloba tudo o que sucede e tudo o que existe fisicamente. Assim, a relação de dependência das teses da aprioridade e da intuitividade se evidencia quando Strawson indaga sobre tal concepção espacial e temporal derivada da afirmação kantiana de que o espaço e o tempo são intuições *a priori* ou puras. Entretanto, afirma que dificilmente se pode entender esse pensamento kantiano sem se referir, mais uma vez, ao argumento da geometria, pois, o nosso conhecimento das verdades dessa ciência na perspectiva kantiana, embora independente da intuição empírica, é dependente da intuição, ou seja, não depende de modo algum da observação dos objetos físicos reais, como aqueles que conhecemos através de nossos sentidos. Ao contrário, depende inteiramente da operação da faculdade da intuição pura espacial. O exercício dessa faculdade tanto pode se dar com ajuda de figuras empíricas (como linhas desenhadas sobre um papel), como pelo concurso da faculdade da imaginação. No caso do uso da faculdade da imaginação, se pode conhecer não só as características necessárias das figuras espaciais, por exemplo, ângulos e triângulos, que se constroem na intuição pura, como também as características necessárias de espaço em que as construímos,

por exemplo, que é infinito e tridimensional. Assim, se pode descrever adequadamente esse espaço infinito (euclidiano) como uma intuição pura, isto é, como resultado do exercício da faculdade da intuição pura. Dessa forma, fica evidenciada a relação de dependência entre as teses kantianas da idealidade e da intuitividade e esta dependente da validade da concepção euclidiana de espaço. Extraída essa dependência dos Prolegômenos, Kant demonstra recorrer às proposições sintéticas *a priori* da matemática e da geometria para derivar as conclusões alcançadas na estética transcendental. Mas, tendo em vista que a geometria de Euclides foi impugnada com o surgimento das geometrias não euclidianas desenvolvidas após Kant, alguns comentadores têm afirmado que o idealismo transcendental baseado nas considerações kantianas sobre o espaço e tempo não pode mais se sustentar.

Por último, a quinta parte trata da análise da sustentação da visão de Strawson. Partindo-se das razões justificadas por Kant na estética transcendental, ao conceber o espaço e tempo como formas da intuição, primeiramente, poderia se alegar que a defesa do atributo *a priori* do espaço e tempo, tomado isoladamente em relação à experiência, não ofereceria uma base segura para sustentação do idealismo transcendental. Ou, como afiança Strawson, poder-se-ia pensar que a experiência não é possível sem o pressuposto da estrutura espacial e temporal, porém, ainda assim, negar que eles sejam transcendentalmente ideais. Pois, ao concordar que espaço e tempo sejam *a priori*, disto não se segue para ele que tenhamos de pensá-los como intuições “em nós”, na forma do idealismo de Kant. Ao invés disso, Strawson propõe sua interpretação austera do *a priori*, de acordo com a qual ela seria “um elemento essencial estrutural em qualquer concepção de experiência que possamos tornar inteligível a nós mesmos”. Em sua genuína tese exposta no idealismo transcendental, sobre a qualificação *a priori* da estrutura espacial e temporal, Kant pretende que sua presença como uma característica da experiência seja totalmente atribuída à natureza de nossa constituição cognoscitiva, não sendo de maneira alguma atribuída à natureza das coisas em si que afetam a constituição para produzir a experiência. Tanto quanto em relação a Kant, a noção de experiência no formato strawseano, “parece ser realmente inseparável do espaço e do tempo”. Por isso, a ideia de uma experiência não espacial e não temporal torna-se ininteligível e, assim, ela terá que ser sempre sucessiva no tempo e espacialmente localizada.

Inicialmente, o argumento da inseparabilidade da experiência em relação à estrutura espaço temporal poderia sugerir uma solução com dupla interpretação, ou seja, se as noções ou conceitos de experiência e de espaço e tempo são inseparáveis, então não apenas a noção de experiência já pressupõe as concepções de espaço e tempo, ou como tais concepções de

espaço e tempo, por sua vez, só podem ser pensadas através da dita experiência. A questão é, pois, se a tese da inseparabilidade, na forma da interpretação austera, apresenta essa simetria. Strawson, entretanto, não esclarece se os conceitos de espaço e tempo, uma vez tratados como elementos essenciais para uma concepção consistente da experiência, poderiam ou não ser inteligíveis se concebidos independentemente ou descolados da noção de experiência; ao que parece, ele não está interessado em investigar a coerência de sua interpretação mediante análise deste outro enfoque. A nossa análise demonstra que separar-se da ideia de um sujeito do conhecimento comprometido com as concepções de espaço e tempo é um equívoco com base no qual nenhuma visão coerente dos objetos externos pode ser elaborada. Como afirma Kant, “é somente mediante o ponto de vista humano que podemos falar do espaço e do tempo”. Consequentemente, não é possível sustentar-se, com consistência, a ideia de que espaço e tempo são *a priori*, mas não ideais. Portanto, a interpretação austera de Strawson, que recusa a idealidade do espaço e tempo, mesmo mantendo o seu caráter *a priori*, ao que parece não pode ser aceita. A aprioridade, a intuitividade e a idealidade são teses inseparáveis numa abordagem coerente do espaço e do tempo do modelo de epistemologia kantiano.

CAPÍTULO I - A ESTÉTICA TRANSCENDENTAL KANTIANA

1.1 Uma Introdução à Estética Transcendental Kantiana

Kant, na *CRP*, em consonância com a tradição alemã do século XVIII, estabelece para o termo “estética” dois significados distintos: o primeiro, trata da “ciência de uma sensibilidade *a priori*”, incrustada na “estética⁷ transcendental” da *CRP*⁸, e o segundo refere-se a uma “ciência do gosto” ou filosofia da arte⁹. Porém, Kant na primeira edição da *CRP*, reserva estética para a “doutrina da sensibilidade”, excluindo-lhe a filosofia da arte, para formar a primeira parte da “doutrina transcendental dos elementos”, a qual considera os modos como os objetos são “dados” imediatamente à mente humana ao fornecer intuições. O segundo significado prevalece na crítica da faculdade de julgar estética, a primeira parte da crítica dos juízos.

Explicitamente, Kant nos diz na abertura da estética transcendental na *CRP*:

Sejam quais forem os modos e os meios pelos quais um conhecimento se possa referir a objetos, é pela intuição que se relaciona imediatamente com estes e ela é o fim para o qual tende, como meio, todo o pensamento. Esta intuição, porém, apenas se verifica na medida em que o objeto nos for dado, o que, por sua vez, só é possível [pelo menos para nós humanos] se o objeto afetar o espírito de certa maneira. A capacidade de receber representações (receptividade), graças à maneira como somos afetados pelos objetos, denomina-se sensibilidade. Por intermédio, pois, da sensibilidade são-nos dados objetos e só ela nos fornece intuições.

Portanto, o pensamento para Kant resultante de uma longa e profunda meditação tem sempre que se referir em seu último apelo às intuições quer direta ou indiretamente, e, assim,

⁷ A interpretação retirada da Estética versando sobre seu significado e objetivo é parte da *CRP* que, desde o início e até as recentes interpretações, mais levantou questionamentos, seja por conta de suas teses mais explícitas, seja porque é uma “intuição pura” ou, de maneira indireta, devido a concepções que parecem localizar nela sua principal fonte: a questão da coisa em si e a do idealismo transcendental colocam-se a partir da Estética, mesmo que esta não baste para dar a eles toda a sua dimensão, de acordo com FICHANT. M., em Espaço Estético e Espaço Geométrico em Kant. In: *Analytica*, p. 11.

⁸ Para Kant, a *CRP*, à maneira de um tribunal, não é uma crítica a livros ou a sistemas, mas à faculdade da razão em geral, em relação a todos os conhecimentos a que se possa aspirar, independentemente de toda a experiência e, assim, a solução da questão da possibilidade ou não de uma metafísica em geral e a determinação tanto de suas fontes como da sua extensão e limites, tudo isso em observância a princípios que, para conquistar respeito, tal razão só concede a quem suscitar seu livre e público exame. *CRP*, Prefácio da Primeira Edição, A XII e nota.

⁹ Como assinala Kant, esses dois significados diferentes foram estabelecidos pelo filósofo wolffiano A. G. Baumgarten para ressuscitar o termo grego “*aisthesis*” com vistas a remediar questões nas áreas da sensibilidade e da arte, evidentes no sistema de Wolff, pois o racionalismo de Wolff reduzira a sensibilidade à “confusa percepção de uma perfeição racional”, não deixando lugar para o tratamento filosófico da arte. Baumgarten, assim, tenta resolver ambos os problemas ao mesmo tempo ao afirmar que o conhecimento sensível ou estético possuía sua própria dignidade e status contribuindo para o conhecimento racional, e que a arte exemplificava esse conhecimento ao oferecer uma imagem sensível da perfeição. *CRP*, B 35, nota.

sempre em relação a nós, pela via da sensibilidade, pois, de outra forma, nenhum objeto jamais pode nos ser dado.

Conhecer o que são os objetos obriga ao concurso da sensibilidade e do entendimento, pois a coisa, tal qual a conhecemos, não é a simples imagem do real; o objeto ou coisa tal como se pode compreender graças às faculdades que o homem possui, é objeto na medida em que nos aparece, isto é, dado pelas formas espaço temporal da sensibilidade, e assim, constituindo-se o fenômeno. Do mesmo modo, o mundo em que vivemos e nos é acessível é o mundo que aparece graças às nossas faculdades do conhecimento e, da mesma forma, é o mundo da ciência que, ao ser produzido pela contribuição do sujeito, é fenomênico.

Portanto, a doutrina kantiana, ao estabelecer a necessidade da faculdade da sensibilidade para produzir intuições, proclama que o efeito de um objeto sobre nossa capacidade representacional, na medida em que por eles somos afetados, produz a sensação, e a correspondente intuição derivada desse objeto chama-se intuição empírica. Esta é, pois, a forma de como se constitui a representação¹⁰ do fenômeno que se dá pelo conteúdo do objeto ainda indeterminado contido numa intuição empírica. Por sua vez, esse fenômeno se compõe de duas partes, a saber: a primeira, Kant denomina de matéria que corresponde à sensação; e a outra ele a chama de forma, a qual possibilita que o diverso do fenômeno possa ser ordenado de acordo com outras relações; por isso a sensação e sua correspondente intuição empírica, não podendo ordenar sua forma, implicam que, se a matéria de todos os fenômenos nos é dada somente *a posteriori*, essa sua forma deve encontrar-se já *a priori* na mente humana pronta a aplicar-se a ela e deve ser considerada independente de toda sensação.

Assim, em sentido transcendental¹¹, serão puras todas as representações de objetos que, de nenhum modo, possam pertencer à sensação e, conseqüentemente, deverão encontrar-

¹⁰ Em relação ao termo representação na filosofia kantiana vale a pena transcrever integralmente a passagem contida em CRP, B 376-377: “Não nos faltam denominações convenientemente adequadas a toda a espécie de representações sem haver necessidade de recorrer ao que é propriamente alheia. Eis aqui a escala das mesmas. O termo genérico é a representação em geral (*repraesentatio*). Subordinado a este, situa-se a representação com consciência (*perceptio*). Uma percepção que se refere simplesmente ao sujeito, como modificação do seu estado, é sensação (*sensatio*); uma percepção objetiva é conhecimento (*cognitio*). O conhecimento, por sua vez é intuição ou conceito (*intuitus vel conceptus*). A primeira refere-se imediatamente ao objeto e é singular, o segundo refere-se mediatamente, por meio de um sinal que pode ser comum a várias coisas. O conceito é empírico ou puro e ao conceito puro, na medida em que tem origem no simples entendimento (não numa imagem pura da sensibilidade), chama-se noção (*notio*). Um conceito extraído de noções e que transcende a possibilidade da experiência é a ideia ou conceito da razão. Quem uma vez se habitue a esta distinção achará insuportável ouvir chamar ideia à representação da cor vermelha, que nem sequer se deverá chamar noção (conceito do entendimento)”.

¹¹ Os atributos transcendentais, desde os medievais, serviam para discriminar qualidades extras categoriais dos seres, tais como unidade, verdade, bondade, beleza, e outras; para Kant, um vestígio desse uso remanesce no emprego que faz como uma forma de conhecimento, não dos próprios objetos, mas do modo como somos

se absolutamente *a priori* na mente humana, na qual todo o diverso dos fenômenos é intuído sob determinadas condições. A essa forma pura da sensibilidade Kant também chamará de intuição pura, por constatar que, ao se separar da representação de um corpo o que o entendimento pensa dele, como seja substância, força, indivisibilidade etc., e o que pertence à sensação, tal qual a dureza, cor, penetrabilidade etc., algo ainda restará dessa intuição empírica: trata-se da extensão ou espaço e da figura ou tempo, pertencentes à intuição pura, genuinamente de ocorrência *a priori* na mente, mesmo independentemente de um objeto real dos sentidos ou sensação, a simples forma pura da sensibilidade ¹².

Portanto, a doutrina da sensibilidade componente basilar da estética transcendental, ao tratar das formas puras de intuição sensível, determina o que pode ser intuído e limita a aplicação de conceitos em juízo, como são os casos do espaço na forma do sentido externo e do tempo na forma do sentido interno. Tempo e espaço não são percepções confusas de uma ordem racional objetiva nem abstrações da experiência empírica; conseqüentemente, a percepção sensível no espaço e no tempo tem sua própria origem e conteúdo que não deriva nem da sensação nem do entendimento. A sua relação com a estrutura conceitual do entendimento envolve princípios judicativos que adaptam mutuamente a experiência espacial e temporal a conceitos abstratos, o que confere à estética transcendental elemento de destaque em qualquer epistemologia ¹³.

Por isso, a estética transcendental na CRP se constitui uma ciência que envolve todos os princípios da sensibilidade, formando a primeira parte da teoria transcendental dos elementos que se reúne com a lógica transcendental, que trata dos princípios do pensamento puro e que, segundo Kant, deve responder à questão da possibilidade do conhecimento, que é também prioritariamente a possibilidade da metafísica¹⁴. Assim, ao se isolar dela a sensibilidade, abstraindo tudo o que o entendimento pensa com seus conceitos, restará a intuição empírica, da qual se separando igualmente tudo o que pertence à sensação, somente

capazes de conhecê-los, isto é, as condições da experiência possível; esse uso deve nomear todo conhecimento que está ocupado não tanto com os objetos, mas muito mais com o modo de conhecê-los, na medida em que este conhecimento é possível *a priori*, e o sistema de conceitos desse gênero por restringir-se aos princípios da síntese *a priori*, deveria se chamar de filosofia transcendental.. A ubiquidade do termo transcendental empregado por Kant serve para qualificar nomes como estética, lógica, percepção, faculdades etc. e, em cada caso, assinala o uso que se dará em função de suas possibilidades. O significado preciso do termo transcendental pode ser distinguido de um termo empírico, e alinhado com *a priori*, na medida em que este envolve uma referência ao modo de conhecimento. O transcendental também se distingue do metafísico e do lógico, como no caso da exposição metafísica do espaço que apresenta com clareza o que pertence a este conceito dado *a priori*, como também ao explicar o conceito de espaço na exposição transcendental como um princípio a partir do qual se pode entender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*. CRP, B 38, 40, 53.

¹² CRP B 35.

¹³ CRP B 61.

¹⁴ De acordo com FICHANT, M. em Espaço Estético e Espaço Geométrico em Kant, p.12.

sobrará a intuição pura e simples como a forma dos fenômenos, que é a única que a sensibilidade pode oferecer; por isso, Kant conclui que haverá somente duas formas puras da intuição sensível, a saber: o espaço e o tempo, como princípios¹⁵ do conhecimento *a priori*.

1.2 Kant: Espaço e Tempo.

O estatuto concedido ao espaço e tempo na estética transcendental da CRP fornece a indicação de suas naturezas. Aí Kant oferece a exposição metafísica e a exposição transcendental dos conceitos de espaço e de tempo em que, pela via da exposição metafísica do conceito de espaço, impõe que seja apresentado com clareza o que pertence a tal conceito de concessão *a priori*; pois, como a mente humana possui tal propriedade do sentido externo, a ela permite-se a representação de objetos como exteriores a nós e situados todos no espaço. O espaço seria a forma do sentido externo, a forma na qual as sensações dos “objetos” que nos afetam seriam recebidas e ordenadas como intuições empíricas de objetos externos no espaço. Portanto, nos diz Kant, é neste espaço onde as configurações, as grandezas e as relações recíprocas desses objetos podem ser determinadas. Da mesma forma, em relação ao conceito de tempo, possuímos o sentido interno, no qual a mente, ao se intuir a si mesma, ou intuir também o seu estado interno, não nos dá, em verdade, qualquer intuição dela própria como um objeto; constitui, todavia, numa forma determinada, a única através da qual é possível a intuição de seu estado interno, de tal modo que tudo que pertence às determinações internas é representado segundo relações de tempo, ou seja, a variação dos estados de consciência e a própria mente são representadas como fenômenos internos que transcorrem no tempo. Nesse sentido, o tempo não pode ser intuído como algo externo, tampouco o espaço como se fosse algo de interior; por isso, espaço e tempo, não sendo entes reais, nem mesmo determinações ou relações de coisas, mesmo quando estas deixassem de ser intuídas, são, na verdade, para Kant, unicamente dependentes da forma da intuição, e, portanto, da constituição subjetiva da mente humana, sem a qual, tais predicados - espaço e tempo - não poderiam ser

¹⁵ Para Kant, um princípio é um começo ou um ponto de partida que se caracteriza, classicamente, por atributos ontológicos e lógicos e, assim, o ponto central da filosofia moderna é ‘fornecer’ princípios adequados à física, à ética e à lógica, a divisão grega clássica da filosofia. Nos escritos pré-críticos, Kant critica a elisão da razão para o saber com o fundamento do ser, cuja crítica converte-se na distinção posterior na CRP entre lógica formal e transcendental, compostas, respectivamente de juízos analíticos e juízos sintéticos *a priori*, em cada uma delas e em seus juízos tem um “*Grundsatz*” ou princípio supremo; para o juízo analítico, é o princípio de contradição, assim como para o juízo sintético *a priori* é que “as condições da possibilidade da experiência em geral são, ao mesmo tempo, condições de possibilidade dos objetos da experiência” (A 158 / B 197), o que significa que as condições para uma experiência coerente também determinam os objetos de tal experiência. CAYGILL, Howard, Dicionário de Kant, p.260.

atribuídos a nenhuma coisa¹⁶. Porém, não é possível determinar o espaço e o tempo como formas da intuição apenas olhando para o fato de termos intuições empíricas de objetos no espaço, ou de termos intuições de nós mesmos, ou de nossos estados de consciência no tempo. Trata-se, pois, de uma tese que ainda precisa demonstrar que temos, de fato, intuições puras, que o espaço e o tempo são tais intuições puras e que elas funcionam como formas da sensibilidade¹⁷.

Quanto à exposição transcendental, Kant explica tais conceitos de espaço e tempo como princípios, a partir dos quais se pode entender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*, e que exige aditivamente que dois pontos sejam atendidos: que do conceito dado se derivem conhecimentos dessa natureza e que esses conhecimentos apenas sejam possíveis desde que se pressuponha um dado modo de apresentação desse conceito¹⁸. Assim, Kant, ao tomar o exemplo dos objetos da geometria (ponto, reta, plano etc.), deseja mostrar que a explicação dada pela exposição transcendental do conceito de espaço permite determinar, sinteticamente e *a priori*, as propriedades deste espaço; ou ainda, de outra forma, ao indagar como deverá ser a representação do espaço para que o conhecimento dos objetos nele contidos, como no caso da geometria, possa ser possível. Responde Kant que deve ser “originalmente uma intuição, pois de um simples conceito não se podem extrair proposições que ultrapassem o conceito, tal qual ocorre com a geometria”¹⁹. Por isso, é que os objetos desta ciência podem ser produzidos por simples intuição, que se encontra em nós *a priori*, isto é, encontra-se anteriormente a toda a nossa percepção de qualquer de seus objetos, o que a converte em intuição pura e não empírica; com efeito, tais proposições da geometria são apodicticas e necessárias e, assim, não podem ser juízos empíricos ou de experiência, nem derivados desses juízos, afiança Kant. Assim, esta geometria deve ser considerada como uma descrição verdadeira da forma pura da intuição ou do espaço euclidiano.

Outra questão da mesma importância indaga como poderá existir, na mente, tal intuição externa que preceda os próprios objetos a serem construídos e que também permita determinar *a priori* o conceito destes. Explica Kant: desde que essa intuição esteja

¹⁶ CRP, A 23 / B 38

¹⁷ A prova dessa tese torna-se indispensável, tanto aos leibnizianos como aos newtonianos que não aceitam o espaço e tempo como meras intuições, além do que serve para demonstrar a distinção entre fenômeno e coisa em si. Por outro lado, se espaço e tempo são as formas da intuição pura, tem-se em princípio a possibilidade de conhecimento *a priori*, e, se ainda elas se constituem as formas da sensibilidade unicamente através das quais se pode perceber os objetos, segue-se que só se pode ter acesso senão a fenômenos ordenados no espaço e no tempo, o que confirma a incognoscibilidade da coisa em si, fundamento da tese do idealismo transcendental. BONACCINI, J. A. Kant e problema da Coisa em Si, no Idealismo Alemão, p.184.

¹⁸ CRP B 40

¹⁹ CRP B 41

simplesmente alojada no sujeito, constitui-se o seu sentido externo em geral, isto é, enquanto propriedade formal do sujeito de ser afetado por tais objetos e assim, poder obter uma representação imediata deles, ou uma intuição. Assim, apenas a explicação de Kant produzida pela exposição transcendental do conceito de espaço permite estabelecer as possibilidades da geometria como princípio ordenador de conhecimento sintético *a priori*²⁰; ou, ainda, em relação ao conceito de espaço tomado como princípio ela serve para provar nossa capacidade de conhecer e revela sua origem *a priori*; neste caso, bastando se tomar na experiência de um corpo e dele se isolar tudo o que lhe é empírico, por exemplo, a cor, a rugosidade, o peso etc. restará ao final, apenas o espaço ocupado por tal corpo, impossível de eliminação, onde se constata a sede de alojamento *a priori* de tal conceito em nossa faculdade de conhecer²¹.

Aristóteles, em sua Física, explorou algumas das “dificuldades que podem ser suscitadas a respeito da natureza essencial do espaço” (1941, 210A, 12)²², criticando Platão por considerar o espaço como receptáculo, “kora” com matéria (“hyle”). Para ele, a dificuldade básica em conceber a “natureza essencial” do espaço resulta da impossibilidade de distingui-la em razão da sua composição constituída de matéria e forma, uma característica ressaltada do movimento no espaço, pois, na medida em que o espaço é separável do objeto, não é a forma, uma vez que, na condição de continente, é diferente da matéria. Para Aristóteles, o espaço consiste na fronteira do corpo continente na qual ele está em contato com o contido, o que permite reunir os aspectos formais e materiais de espaço na noção de limite. Muito da concepção subsequente de espaço permaneceu dentro das características definidas por Platão e Aristóteles variando desde a concepção de Platão de “receptáculo” para objetos em movimento ou a de Aristóteles que o considera como os limites de tal receptáculo. A principal dificuldade, pois, identificada por Aristóteles para conceitualizar espaço, residia em como especificar sua natureza se não estava identificada com matéria e forma.

Assim, ao se observar a tradição filosófica, constata-se que a compreensão cartesiana de espaço inclina-se para a posição platônica identificando espaço com “extensão em comprimento, largura e profundidade” (Descartes, 1644, p.46)²³; e, ao considerar a extensão como substância material, Descartes pôde pensar na mudança de lugar como acidente e manter a identidade entre extensão e espaço: “atribuímos uma unidade genérica à extensão de espaço, de modo que, quando o corpo que preenche o espaço foi mudado, não se considera

²⁰ CRP B 41.

²¹ CRP B 6, p. 39.

²² Apud CAYGILL, Howard. Dicionário Kant. p. 118.

²³ DESCARTES, René. Principles of Philosophy. p. 46, apud CAYGILL. Ibidem.

que o próprio espaço tenha mudado, mas que continua sendo uma só e mesma coisa”. A marcação dessa posição cartesiana enseja surgimento de variada crítica, que passa a figurar na definição kantiana de espaço. A posição adotada por Newton rompe com a identificação cartesiana da identidade espaço e extensão ao distinguir entre o espaço absoluto e espaço relativo, em que o primeiro destes se constitui o espaço de Deus “sem relação com qualquer coisa externa permanecendo sempre semelhante e imutável”, enquanto o segundo, ao estabelecer o espaço da percepção humana, cria o espaço relativo, que é alguma dimensão com medida móvel dos espaços absolutos que os nossos sentidos determinam por sua posição em relação aos corpos e que comumente passa por ser espaço imóvel.²⁴ Outra posição, a de Leibniz, refuta as posições de Descartes e Newton, ao afirmar que o espaço é, em certo sentido, substancial; em sua “correspondência com Clarke”, Leibniz defende a tese de que o espaço é relativo, uma “ordem de coisas que existem ao mesmo tempo consideradas como existindo juntas”²⁵; o que é ordenado pelo espaço não são simplesmente coisas existentes, mas substâncias metafísicas ou mônadas, e sua ordem está em plena conformidade com a razão. Também Locke, ao criticar os cartesianos, considera o espaço uma simples ideia que se converte em medidas de distância e figuras, onde a origem dessa ideia de espaço reside nos sentidos da visão e do tato, pois para ele é muito evidente que os “homens percebem, por sua visão, uma distância entre corpos de diferentes cores ou entre as partes do mesmo corpo, quanto que veem as próprias cores”.²⁶ Berkeley, em seu Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano, estabelece que o espaço não pode existir fora da mente e que é derivado do movimento percebido pelos sentidos; em sua doutrina fenomenalista, não concorda com a existência da ideia de um espaço puro exclusivo de todos os objetos. Para ele, a ideia de espaço é concebida a partir da ideia de movimento, pois afirma que, quando a mente provoca o movimento do seu corpo e confere falta de resistência, ela produz a ideia de espaço e, se há resistência maior ou menor em tal movimento, a mesma mente é levada a produzir a ideia do objeto; o espaço não deve ser concebido como uma ideia percebida pela mente distintamente das ideias dos outros objetos, pois a existência da ideia do espaço, da mesma forma da ideia dos outros objetos, consiste simplesmente em ser percebida pela mente²⁷.

²⁴ NEWTON, Isaac. *Mathematical Principles of natural philosophy*. p. 8, apud CAYGILL. *Ibidem*, p. 119.

²⁵ LEIBNIZ, G. W. *Philosophy papers and letters*. p. 682, apud CAYGILL. *Ibidem*.

²⁶ LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. p. 80, apud CAYGILL. *Ibidem*.

²⁷ BERKELEY. *Princípio do Conhecimento Humano*, § 116.

Entretanto, a trajetória do pensamento kantiano sobre a doutrina do espaço e tempo se inicia já nos seus escritos pré-críticos das décadas de 1740 e 1750, onde Kant adota a concepção de espaço, de um modo geral, fazendo coro com a tradição da crítica de Leibniz a Descartes. Assim, ele critica a compreensão cartesiana de substância como extensão, argumentando com Leibniz que o corpo possui força antes de extensão, e que esta pode, assim, ser considerada um acidente da força. Partindo, pois, dessa noção de força substancial, Kant defende a ideia de que “não haveria espaço e extensão se as substâncias não tivessem força, através da qual podem agir fora de si mesmas”²⁸. O atributo das leis de força substancial determina o caráter da união e composição da unidade delas, as quais são expressas em extensão e espaço tridimensional; pois, se a lei que dita tais relações de força fosse outra, isso teria produzido uma extensão e um espaço “com propriedades e dimensões diferentes” das que nos são familiares, o que sugere a possibilidade de uma “ciência de todas essas possíveis espécies de espaço, o que seria, indubitavelmente, a suprema tarefa que um entendimento finito poderia empreender no campo da geometria”. Dessa forma, Kant estabelece de fato a validade da geometria euclidiana dentro dos limites de um espaço possível, mas não de um único.

Mesmo se detendo nos aspectos subjetivos do espaço, para Kant, sua ênfase incide sobre o espaço como o fenômeno das relações entre forças substanciais; nesse momento, Kant atribui a “impossibilidade, que observamos em nós mesmos, de representar um espaço de mais de três dimensões ao fato de ser a mente humana constituída de tal modo que é afetada ou recebe “impressões” de fora, de acordo com o quadrado inverso das distâncias”.

A partir da metade da década de 1760, Kant, ao se afastar da definição leibniziana de espaço como uma relação objetiva de substâncias, adota um ponto de vista mais subjetivo, em consonância com a definição de sua metafísica, neste momento entendida como a “ciência dos limites da razão humana”; assim, ao se afastar da posição de Leibniz, adota um alinhamento com os preceitos de Newton, que defende a tese do espaço absoluto, ao achar que o espaço entendido como um “ordenamento” só poderia ser defensável se tratado como espaço absoluto. Essa adesão à teoria do espaço absoluto de Newton, mesmo sendo de curta duração, cria as condições pelas quais ele estabelece a validade dos “juízos intuitivos de extensão”, o que marca posição duradoura em seu pensamento.

Portanto, Kant, ao relacionar sistematicamente as diferenças observadas no interior do espaço por ele proposto com “o espaço absoluto e original” de Newton que, embora não

²⁸ KANT. FV, § 9. apud CAYGILL, Howard. *Ibidem*, p. 119.

seja o objeto de sensação exterior, defende o seu conceito de espaço como fundamental, já que, antes de tudo, ele torna possíveis todas as sensações exteriores²⁹. As três dimensões do espaço, antes derivadas da lei das relações entre forças substanciais, são doravante atribuídas à experiência de ser corporificado. Afastando-se dos três planos interseccionais que configuram um espaço em três dimensões, Kant estabelece que o “fundamento essencial, em cuja base formamos os nossos conceitos de direções no espaço, deriva da relação desses planos interseccionais que configuram um espaço em três dimensões com os nossos corpos”. As deflexões, acima-abaixo, adiante-atrás, esquerda-direita, são inteiramente derivadas da experiência espacial de um corpo imóvel de pé, e são descritas como “sensações distintas”.

Assim, reconhece Kant que sua diferença quanto a Newton sobre espaço relativo e absoluto “não está isenta de dificuldades”, e que elas surgem quando se tenta filosofar acerca dos dados fundamentais do nosso conhecimento; porém, ao postular um espaço absoluto contrariando, inclusive, a sua nova definição de metafísica como a ciência dos limites da razão humana, Kant se vê obrigado, novamente, logo em seguida, a alterar radicalmente sua base conceitual do espaço.

Nessa sua nova posição, refuta a identificação cartesiana de matéria e espaço, como também a ideia leibniziana de espaço como uma especificação quase racional de substâncias, além da concepção newtoniana de espaço absoluto e relativo e, ainda, a noção lockiana de espaço como uma abstração dos sensíveis, permanecendo com a concepção de espaço constituída das seguintes características:³⁰

- 1 – ordena relações entre objetos dos sentidos, porém sem o ordenamento objetivo de forças substanciais subjacentes neles;
- 2 – coordena os objetos dos sentidos de acordo com diferenças não conceituais;
- 3 – torna possíveis os objetos dos sentidos sem serem derivados deles;
- 4 – trata-se de um fenômeno inseparável da experiência humana de possuir um corpo.

Assim a mudança para uma compreensão mais subjetiva do espaço coincide com a revisão que faz Kant de sua metafísica, que deixa de ser equiparada à ciência de forças substanciais para se tornar, doravante, ciência dos limites do conhecimento humano. A geometria, nessa nova definição, deixa de ser oposta à metafísica e passa a ser reconhecida como a ciência das relações espaciais; porém, não considera que tais relações consistam meramente nas formas e quantidades assumidas pela extensão, sendo agora admitidas em

²⁹ Idem. DE. p. 383 e p.371, apud CAYGILL, Howard. Ibidem, p. 120.

³⁰ Idem. DI § 16, §10, § 4 e § 15, apud CAYGILL. Ibidem, p. 121.

referência a propriedades da intuição humana do espaço. Assim, o espaço não é “algum elo real e absolutamente necessário, por assim dizer, ligando todas as substâncias e estados possíveis, mas torna-se a forma do mundo sensível”. O espaço representa uma intuição significando, a par do tempo, parte da coordenação passiva da mente de objetos dos sentidos e, assim, inseparável da sensibilidade receptiva de um sujeito. Portanto, como intuição, o espaço não é espontâneo e discursivo na forma de um conceito, mas coordena objetos do sentido e, por isso, é inseparável da sensibilidade receptiva de um sujeito.

Ainda mais, afirma Kant em sua *Dissertação Inaugural* de 1770, que o espaço não inclui objetos sobre conceitos gerais, mas apreende-os “imediatamente ou como algo similar” e, assim fazendo, “reveste-os com certo aspecto” e, ainda mais, o espaço não é derivado por abstração de objetos dos sentidos, porém se constitui uma “condição sobre a qual alguma coisa pode ser objeto de nosso sentido”. A par dessa caracterização, Kant estabelece alguns atributos mais significativos para a definição de espaço; assim é que a possibilidade de “percepções externas” pressupõe, enquanto tais, o conceito de espaço; não o cria pelo seu corolário que “coisas que estão no espaço afetam os sentidos”, mas que o próprio espaço não pode ser derivado dos sentidos. Ali mesmo, noutra caracterização, estabelece cinco características essenciais inerentes à definição de espaço: a primeira, é que a possibilidade de “percepções exteriores pressupõe, enquanto tais, o conceito de espaço; não o cria”, com o seu corolário de que “coisas que estão no espaço não podem ser derivados dos sentidos”; a segunda estabelece que o espaço é uma “representação que encerra todas as coisas dentro de si; não é um conceito abstrato contendo-as sobre si”. Disso se segue, como terceira característica, que o espaço representa uma “intuição pura” ou conceito singular que é a “forma fundamental de toda a sensação exterior”, não podendo ser derivada, quer de sensações, quer de conceitos. A quarta característica, estabelece “o espaço como algo que não é real”. Assim, Kant nega explicitamente as teorias newtonianas e leibnizianas de espaço ao mostrar que este não é substância, acidente ou relação, mas é “subjetivo e ideal”, resultante da “natureza da mente de acordo com uma lei estável como um esquema, por assim dizer, para coordenar tudo o que é externamente sentido”. Como última característica, Kant considera o espaço, mesmo sendo subjetivo e ideal, como “o alicerce de toda a verdade na sensibilidade exterior”. Os objetos só podem ser fenômenos como consequência do espaço e, só por seu intermédio, os objetos da natureza podem representar-se aos sentidos.

Com essas teses tratadas na *Dissertação Inaugural* de 1770, Kant antecipa os argumentos relativos ao espaço e ao tempo, discutidos na *estética transcendental* da CRP. Aí

espaço e tempo constituem-se as formas *a priori* ou puras da intuição que, como sentido externo e interno, formam as condições necessárias da experiência interna e externa, bem como os objetos de tal experiência. Assim, espaço e tempo são *a priori* porque “antecedem todo e qualquer ato do pensamento”; puros na medida em que não podem ser derivados da experiência; formais porque coordenam “a diversidade da aparência” e intuições na medida em que o modo como ordenam a matéria da sensibilidade é distinto da maneira de um conceito (classificar, mas não subsumem seu múltiplo). Espaço e tempo, como formas puras da intuição, estão aptos a legitimar corpos de saber, tais como as matemáticas e, particularmente, a geometria. O papel do espaço e do tempo consiste, pois, em coordenar os objetos da sensibilidade antes de sua unificação no juízo pelos conceitos do entendimento.

De fato, como nos diz Paton, Kant acredita que “espaço e tempo são as condições necessárias sob as quais objetos podem ser dados aos nossos sentidos, e eles são devidos à natureza da nossa sensibilidade”. Isto tem de ser provado e não pode ser assumido. Ele, portanto, se pergunta: o que são espaço e tempo? Paton, entretanto, esclarece que há uma diferença na ordem da exposição nas duas edições da Crítica. Na primeira, Kant coloca todos os seus argumentos conjuntamente, enquanto que, na segunda, ele distingue dois métodos diferentes de argumentos e separa a exposição metafísica da exposição transcendental. Ainda segundo Paton, a exposição metafísica de uma ideia analisa a ideia *a priori* e, por análise, mostra que ela é dada *a priori*. Já a exposição transcendental dessa ideia a exhibe como um princípio à luz do qual pode ser entendida a possibilidade de outras cognições sintéticas *a priori*.

Quanto à exposição metafísica, ele considera composta de duas partes; na primeira, Kant pretende provar que espaço e tempo não são ideias³¹ empíricas, mas *a priori*, enquanto na segunda parte, deseja provar que são intuições e não conceitos e, assim, ambas as partes juntas provam que espaço e tempo são intuições *a priori* ou puras³². Porém, assinala que o argumento apresentado por Kant é complicado e obscuro na medida em que não distingue claramente “intuição pura” da “forma da intuição”, nem estabelecer diferença entre os dois sentidos do *a priori* quando aplicados às nossas ideias de espaço e tempo.

³¹ Paton emprega a palavra “ideia” transliterada do correspondente termo alemão “Begriff” para expressar o significado de espaço e tempo; em sentido estrito, “Begriff” significa um conceito e não intuição; assim, para ele, é melhor referir-se a espaço e tempo como ideias, pois ideia (Vorstellung) abrange ambos intuição e conceito; “Vorstellung” se refere a aquilo que é colocado antes, ou apresentado antes à mente humana. PATON, Kant’ Mataphisic of Experiense, p. 108, nota n. 1.

³² Idem, ibidem, p.107.

Em relação, pois, à primeira parte da exposição metafísica, ao tratar, primariamente, do espaço e tempo como formas da aparência ou forma da intuição, a teoria nela apresentada explica que espaço e tempo, sendo de concessão *a priori*, significam que eles (espaço e tempo) se constituem as condições necessárias e universais ou formas de todas as aparências possíveis. A segunda parte explicita que, se existe qualquer argumento para mostrar que espaço e tempo são não apenas intuições, mas intuições puras, como sugere a linguagem kantiana, então “puras” ou *a priori* ao garantir independência da experiência além de não denotar conteúdo sensível, são usados para indicar que as partes do espaço e tempo são conhecidas apenas como limitação de um espaço e tempo como um todo, ou magnitudes totais, ou seja, ao se conhecer espaço e tempo devemos conhecer o que suas partes devem ser sem se recorrer à experiência. Assim, há, na exposição metafísica, apenas o argumento de que espaço e tempo são, ao mesmo tempo, intuições puras e formas necessárias da aparência (ou formas da intuição)³³.

A exposição metafísica, portanto, sendo composta de duas partes, contém, na primeira parte, dois argumentos: o primeiro estabelece negativamente que espaço e tempo não são ideias empíricas, enquanto que o segundo afirma positivamente que espaço e tempo são ideias *a priori*. As ideias de espaço e tempo não podem ser derivadas ou hauridas da experiência e, portanto, não podem ser ideias empíricas, porque essas ideias de espaço e tempo já são pressupostas por tal experiência. Se sensações podem ser relacionadas a objetos físicos ou sensíveis³⁴ situados externamente em relação ao sujeito que conhece e mesmo se tais objetos sejam conhecidos como fora e ao lado, antes e depois, um do outro (como devem ser na experiência humana), então espaço e tempo já devem estar pressupostos, tenhamos ou não consciência disto. Conhecer coisas externas e ao lado uma das outras não é meramente conhecer suas diferenças qualitativas, mas é conhecê-las como em diferentes lugares, ou seja, em diferentes partes do espaço; similarmente, conhecer objetos quando simultâneos ou quando sucessivos também não se constitui meramente conhecer suas diferenças qualitativas, mas significa conhecê-las em um e mesmo tempo ou em tempos diferentes, isto é, em uma parte ou diferentes partes ou momento do tempo³⁵. A ênfase do principal argumento de Kant,

³³ Paton afirma, ainda, que a questão da origem do espaço e tempo pertencente à mente humana e que, conseqüentemente, coisas que nos aparecem distintamente do que elas são em si mesmas, não estão apresentadas na exposição metafísica, mas tratadas nas conclusões. Idem, ibidem, p. 110.

³⁴ Kant refere-se a objetos sensíveis embora a natureza do objeto fenomenal ou sensível não tenha ainda sido esclarecida. Deve-se ressaltar que, embora todas as aparências (mesmo as reveladas em sonhos) sejam espaciais e temporais, apenas o objeto, em seu sentido particular, possui posição determinada numa comum estrutura espaço e tempo. Idem, ibidem, p. 110, n. 5.

³⁵ Idem, ibidem, p. 111.

afirma Paton, destaca que a particularidade dessas relações espaciais e temporais em que sensações e objetos são dados não podem ser reduzidas às meras diferenças qualitativas, pois, espaço e tempo já estão pressupostos como condições de tais relações particulares.

O segundo argumento da primeira parte da exposição metafísica, ao sustentar que espaço e tempo são ideias *a priori*, para Paton, vai além e afirma que podemos conhecer espaço e tempo separados das aparências; pois, o primeiro argumento em si, ao afirmar que espaço e tempo não são ideias empíricas, não é suficiente para estabelecer *a prioridade* lógica do espaço e tempo, na medida em que espaço e tempo poderiam posicionar-se em relação às aparências numa relação simétrica, e as aparências tanto poderiam ser condição para espaço e tempo, como espaço e tempo seriam as condições para as aparências.

Entretanto, diz Paton que a teoria que sustenta o argumento do espaço e tempo como ideias necessárias e *a priori* também afirma que se podem pensar objetos da experiência separados da relação de espaço e tempo e até pensá-los de forma separada, porém, neste caso nada remanescerá; por isso, é que espaço e tempo não são “determinações” logicamente dependentes das aparências, mas são condições da possibilidade delas e são, assim, logicamente *a priori* em relação a tais aparências.

Pensar qualquer objeto, por exemplo, uma cor ou uma árvore, sem considerá-las atreladas a uma estrutura de espaço e tempo não seria possível, pois, é mais difícil estar seguro de se poder ter uma ideia de um espaço ou tempo em que não há objetos; ainda assim, embora no caso de uma árvore que deve ocupar espaço e durar através do tempo, poderia ter espaço e tempo, e mesmo que deste espaço e tempo esta árvore ou todas as árvores nunca tivessem existido; isto é o mesmo que afirmar a condição de espaço e tempo separada de qualquer objeto individual, embora não se possa aquilatar qualquer objeto individual separado de espaço e tempo.

O que significa para Kant considerar espaço e tempo separados de todos os objetos da experiência? Afirma Paton que, de acordo com Kant, certamente não se pode perceber (*wahrnehmen*) espaço e tempo vazios, pois, para se perceberem tempo e espaço, devem perceber-se coisas no tempo e no espaço e, para se terem ideias do tempo vazio ou absoluto e espaço vazio ou absoluto, só é possível eliminando-se, por abstração, objetos no tempo e no espaço³⁶. Kant sustenta que, na geometria, se pode estudar o espaço como uma coisa individual pela abstração de objetos empíricos que possam existir, como também algo de

³⁶ Newton presumidamente acreditava que se podia conhecer espaço e tempo como entes absolutos e reais separados de seu conteúdo, no que Kant não concordava. Idem, *ibidem*, p. 113.

similar no caso do tempo. Assim, se permite a construção de figuras geométricas *a priori* na intuição pura, embora se diga que possam ser aparências apresentadas aos nossos sentidos.

Também se pode apreender a ideia de espaço e tempo como um todo, únicos, e afirmar que espaço tem três dimensões, enquanto o tempo se compõe de apenas uma dimensão; porém tais princípios básicos não teriam significados isto é, nenhuma referência objetiva, a menos que se possa exibir o seu significado em frente de objetos empíricos³⁷ e, neste sentido, a ideia de espaço ou tempo para Paton seria um mero “esquema” separado da atividade da imaginação reprodutiva relativamente aos objetos da experiência. Ademais, ele afirma que se podem pensar o espaço e tempo vazios de qualquer objeto particular, mas que deve haver, pelo menos, algum tipo de referência a objetos possíveis, pois para se poderem conhecer espaço e tempo particulares apenas é possível com o recurso ao conhecimento de objetos contidos na estrutura espaço e tempo.

Ao estabelecer espaço e tempo como magnitudes inteiras individuais, Paton passa à segunda parte da exposição metafísica (argumentos de números três e quatro no caso do espaço e quatro e cinco em relação ao tempo), onde Kant trata do espaço e tempo como intuições puras e não como forma da intuição ou aparência. Entretanto Paton afirma que, até ali, Kant está correto ao estabelecer que espaço e tempo possuem um status único na experiência que permite apropriadamente a constituição das condições necessárias e universais da possibilidade da experiência. Separado dessas condições espacial e temporal, o múltiplo dado na intuição ou aparência poderia ser organizado com tais relações de fora e ao lado, e antes e depois, como sempre ocorre para produzir a experiência humana. Espaço e tempo são, assim, as formas *a priori* de todas as aparências³⁸.

Esses argumentos, ou seja, os de números três e quatro referentes ao espaço e os de números quatro e cinco relativos ao tempo são elaborados para mostrar que espaço e tempo não são conceitos, mas intuições. Um conceito é uma ideia geral que contém características comuns de objetos individuais diferentes. Uma intuição é uma ideia singular ou individual, isto é, a ideia de um objeto individual. As razões por que espaço e tempo não são conceitos e sim intuições, postas no terceiro argumento, estabelecem espaço e tempo como magnitudes

³⁷ KANT. CRP A 240 / B 299.

³⁸ De acordo com Paton nota-se que o próprio Kant deveria ter considerado os primeiros dois argumentos, e, especialmente, o segundo, como fornecendo não que espaço e tempo são formas da aparência, mas que eles são intuições puras. Nesse caso, entretanto, diz ele que se deve tomar intuição pura para significar primariamente uma intuição cujo conteúdo é a forma (ou relações formais) em que todas as aparências são e devem ser dadas. Nos argumentos seguintes, intuição pura é considerada em abstração às aparências. PATON. Op.cit., p. 114, nota n. 3.

únicas e, no quarto argumento, estabelece-se que essas magnitudes são infinitas. Entretanto, diz Paton, estes dois argumentos não são nitidamente distinguíveis, pois as justificativas usadas para definir o espaço como unidade única são usadas também para explicar o tempo como magnitude infinita. Assim, o tratamento do espaço e tempo como unidades únicas se justifica na medida em que diferentes espaços são todos partes de um único espaço, e diferentes tempos são todos partes de um só tempo. Espaço e tempo são, portanto, únicos e individuais e, como tais, devem ser conhecidos, primariamente, como intuição e não conceito. Ainda em relação ao espaço, segundo Paton, há um argumento adicional, aplicado igualmente ao tempo, em que o espaço não é somente um todo individual de partes, que devem ser conhecidas pela intuição, mas também um todo individual que é logicamente *a priori* em relação a estas partes e, portanto, conhecido pela intuição pura³⁹.

Ainda mais, Paton, ao se referir a espaços diferentes como partes de um espaço todo abarcante, não afiança tais espaços distintos em si mesmo, e que nem este espaço todo abarcante é um mero agregado de tais espaços distintos. Ao contrário, estes diferentes pedaços de espaços devem ser pensados como em um único espaço todo abarcante, os quais são conhecidos somente como limitações de um só único espaço todo abarcante, o qual deve ser pressuposto⁴⁰. Todavia, esta questão não esclarece, conclusivamente, por que o espaço não é conhecido primariamente por intuição. O reconhecimento do espaço pela intuição realmente se segue do fato de que o espaço é “essencialmente uno” (*wesenthch*), um todo que é logicamente *a priori* para suas partes; mas, assinala Paton, que há um ponto adicional a ser considerado, quando Kant não nega que temos um conceito de espacialidade, entendido como um conceito que se compõe de características ou marcas comuns a todos os diferentes espaços ou, como ele chama, um conceito universal de espaços em geral⁴¹, cujo argumento parece basear-se na premissa maior de que uma marca comum a muitos espaços diferentes os caracteriza como necessariamente limitados; e que, conseqüentemente o seu conceito de espacialidade é derivado da intuição imediata de espaços como necessariamente limitados. A intuição de espaços como necessariamente limitada pressupõe uma intuição pura do espaço todo abarcante. Por isto, o seu conceito de espacialidade pressupõe uma intuição pura do

³⁹ Idem, ibidem, p. 115, nota n. 4

⁴⁰ Paton não pensa que, para Kant, signifique primeiro se conhecer este espaço todo abarcante para, em seguida, se conhecerem muitos espaços dele partidos. Sua interpretação do argumento kantiano explica que qualquer espaço dado é conhecido como uma parte de um espaço maior e que, se pensar assim, constata-se que cada espaço dado implica um espaço todo-abrangente do qual ele (o espaço particular do objeto) se constitui uma limitação. O espaço todo abarcante é logicamente *a priori* para muitos espaços partidos. Idem, ibidem, p. 116, nota n. 1.

⁴¹ KANT. CRP A 25 / B 39.

espaço todo abarcante, isto é, uma intuição pura de espaço, base para a produção de seus conceitos de espacialidade. Portanto, este segundo argumento mostra que nosso conhecimento de espaço não é apenas intuitivo, também é *a priori*⁴². Por isso, ressalta Paton, o conhecimento de espaço tem de ser *a priori* não no sentido de ser conhecimento das condições necessárias das aparências, mas no sentido de ser conhecimento de um todo cujas partes são conhecidas independentemente da experiência.

Em relação à tese de que espaço e tempo são magnitudes infinitas, Paton observa que Kant utiliza-se da mesma argumentação empregada no caso do argumento do tempo como unidade. Assim, ele sustenta que este tempo nada mais é do que qualquer quantidade ou parte de tempo que somente é possível se tomada como uma limitação de um tempo todo ou único, o qual se impõe como condição pressuposta. Daí a ideia de tempo original (em oposição a um sentido derivado) converte-se no sentido de tempo ilimitado, ou seja, a ideia de um tempo todo ou único torna-se logicamente *a priori* em relação à diferentes tempos partidos. Para mostrar que a ideia de tempo deve ser uma intuição e não um conceito, Paton ressalta que Kant poderia partir da afirmação do tempo como único e individual, porém se baseia na tese da infinitude do tempo. As razões disto se dão de forma distinta nas duas edições da Crítica, a saber: a primeira edição mostra a ideia de que o tempo único não pode ser dado através de conceitos, pois as partes que compõem tais conceitos são logicamente *a priori* em relação ao próprio conceito, ou seja, no conceito a parte sempre precede o todo em oposição à intuição onde o todo antecede às partes⁴³; e, na segunda edição, mostra que o tempo não pode ser dado através de conceitos porque conceitos contêm apenas representações parciais ou notas.

Porém, para Paton, o argumento kantiano se torna complicado pelo fato de que Kant trata tanto o tempo único como suas partes como ideias na designação patoniana. Em sua interpretação, Paton assinala que a ideia de um tempo único corresponde a uma ideia da existência de todos os tempos, ou seja, ele contém todos os tempos como partes do próprio tempo único. Por outro lado, se ideias de tempo fossem um conceito suas partes não poderiam ser tempos individuais ou comprimentos de tempo, pois os componentes de qualquer conceito não são instâncias individuais abrigadas sob seus auspícios, mas simplesmente são características comuns encontradas nas instâncias individuais. Portanto, a ideia de tempo deve ser uma intuição, pois suas partes representam tempos individuais; de fato, deve ser uma

⁴² É possível que os terceiros e quartos argumentos da exposição metafísica pretendam apenas provar que espaço e tempo são intuições. Kant certamente afirma, em sua conclusão, que eles (espaço e tempo) são intuições puras e *a priori*; entretanto, Paton realça o segundo sentido do *a priori*, claramente explicitado no argumento kantiano, e muito importante para sua doutrina. PATON. Op. cit., p. 117, nota n. 1.

⁴³ Idem, ibidem, p. 117, n. 5.

intuição pura, pois, apenas assim, pode se converter na ideia de um tempo único cujas partes ou tempos individuais são conhecidos como limitação desse tempo único.⁴⁴ Essa intuição de um tempo único não é apenas *a priori* em relação às intuições de distintos tempos partidos, mas é também *a priori* quanto aos conceitos de temporalidade, isto é, aos conceitos portadores de características comuns inerentes a tempos diferentes, que se constitui elemento básico do conceito kantiano. A razão disso reside na correlação presumida que já possui com a unidade do espaço. Uma característica comum de tempos distintos consiste em que eles são necessariamente limitação de um tempo único e, assim, o conceito de temporalidade deve derivar-se de intuições de tempos como necessariamente limitados; desse modo, a intuição de tempos como necessariamente limitados pressupõe a intuição pura de um tempo inteiro e único e, portanto, esta intuição pura única deve estar na base do seu conceito de temporalidade, afirma Paton.

Entretanto, para ele os argumentos que tratam da infinitude do espaço, apesar de diferentes, são estabelecidos com muita clareza; na primeira edição, Kant, argumenta que o conceito de espacialidade, ao abrigar a característica de limitação comum a espaços de distintos tamanhos, não pode determinar qualquer noção de quantificação. Mas, se poderia inferir que a noção de infinitude estando associada a uma noção de quantificação, o conhecimento da infinitude do espaço deve se derivar não do conceito de espacialidade, mas da intuição de espaço. Neste sentido, Paton afirma que, devido à ausência de limites no progresso de nossas intuições, é que se pode obter o princípio da infinitude.⁴⁵ Sendo completamente distintos, não se podem confundir a intuição de espaço e tempo infinitos com os respectivos conceitos de espacialidade e temporalidade, estes, como conceitos do que são comuns a todos os espaços ou tempos; pois, se uma ideia patoniana individual é uma intuição, enquanto outra ideia com marcas ou caracteres comuns se constitui conceito, então as ideias de espaço e tempo devem ser intuições. Ainda mais, afiança Paton que, como esta questão não se limita apenas a esta tese kantiana que sustenta a intuição do espaço ou tempo como todo ou inteiros, acrescentam-se dois outros requisitos: primeiramente, espaço ou tempo, sendo todo e inteiros, se colocam logicamente *a priori* para intuições de espaços individuais limitados e, em segundo lugar, pela razão de serem logicamente *a priori* em relação aos conceitos de espacialidade ou temporalidade, são derivados por abstração de tais intuições.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 119.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 120, n.1.

Em relação à exposição transcendental do espaço na qual uma ideia é exibida como um princípio à luz do qual pode ser entendida a possibilidade de outras cognições sintéticas *a priori*, como bem nos adverte Paton, Kant garante que os juízos da geometria são juízos sintéticos *a priori*, pois para serem sintéticos eles devem apoiar-se na intuição, como também, para serem *a priori*, devem basear-se numa intuição pura; antes, porém, pelo concurso da exposição metafísica, KANT mostrou que espaço é uma intuição pura; agora ele constata que, a menos que espaço fosse tal como esta intuição pura, os juízos da geometria não possuiriam o status de universais e necessários que de fato possuem; ou numa forma aplicada, a menos que espaço fosse uma intuição pura, não se poderia afirmar que existe apenas uma linha reta entre dois pontos, nem se dizer que espaço possui três dimensões⁴⁶.

Um argumento similar é usado em relação à exposição transcendental do tempo, embora não se possa aplicá-lo como uma completa ciência, da maneira empregada no caso da geometria em relação ao espaço; neste caso, o tempo assim empregado refere-se apenas a certos princípios sintéticos *a priori* das relações de tempo ou axiomas do tempo em geral, como nos caso de sentenças, tais como “o tempo tem uma só dimensão” ou “diferentes tempos não são simultâneos, mas sucessivos”.

Entretanto, Paton nos diz que um argumento adicional é acrescentado na segunda edição da Crítica. Aí sustenta Kant que não se pode entender a mudança (inclusive, o movimento como uma mudança de lugar) abstraindo-a do tempo como intuição *a priori*. Pois, entender a mudança envolve a atribuição de permitir a ocorrência no mesmo sujeito de predicados contraditórios, sem o que não se poderia pensá-los. Assim, tais predicados contraditórios somente tornam-se possíveis no mesmo sujeito se tal ocorrência se dá em tempos diferentes. Tempo é, portanto a condição necessária e universal para nossa apreensão da mudança ou movimento⁴⁷. Além do mais, essa visão da ideia de tempo de Paton sozinha explica a “doutrina geral do movimento” que Kant considera composta de juízos sintéticos *a priori*. Porém, duas questões são daí derivadas: a primeira, ao considerar o tempo como uma intuição pura, primeiramente se pudermos conhecer certos axiomas sobre o próprio tempo e, em segundo lugar, se entendermos o conceito de mudança e a teoria geral do movimento. Entretanto, sublinha Paton, o esforço de Kant para descobrir uma ciência do tempo sintética *a priori*, correspondente à geometria como uma ciência do espaço, para ele essa ciência não existe. Uma vez que o tempo é unidimensional, a ciência do tempo não avança além de tais

⁴⁶ KANT. CRP A 24, nota 1.

⁴⁷ PATON. Op. cit., p. 128.

axiomas, como o próprio Kant afirmou. Para acomodar tal questão, ele tem que considerar a mudança e movimento como princípios à maneira concedida ao tempo e ao espaço. Além do mais, a ciência da geometria leva em conta o espaço apenas, e não o tempo, enquanto que a doutrina do movimento deve levar em conta tanto espaço quanto tempo. Uma vez que tempo é a forma do sentido interno, uma ciência pura do tempo deve permitir-nos lidar *a priori* com estados internos (não com corpos em movimento), e deve oferecer uma base para psicologia e não para física, afiança Paton.

Todavia, se o tempo como uma intuição pura é necessária para explicar axiomas que Kant propôs, para Paton talvez seja necessário estar-se preparado para aceitar sua doutrina do tempo fornecida por ele para demonstrar a maneira do correspondente ponto de vista relativo ao espaço necessário à geometria.

Portanto, a exposição transcendental está preocupada em provar apenas que espaço e tempo são intuições puras – no sentido de que conhecendo espaço e tempo se pode dizer o que suas partes devem ser. Por exemplo, conhecendo o espaço se podem construir figuras geométricas *a priori* nele de acordo com um conceito, e é isso que permite provar proposições geométricas e aplicar a geometria pura ao mundo atual através da nossa intuição pura do espaço supridora da forma de todas as aparências, e de origem subjetiva.

CAPÍTULO II – O MODELO ANALÍTICO DE STRAWSON E SUA INTERPRETAÇÃO AUSTERA

2.1 Strawson e a possibilidade da Metafísica como Ciência em Kant.

A interpretação analítica elaborada por Strawson da estrutura de pensamento da CRP mostra o sistema cognitivo humano, constituído por faculdades dotadas de estruturas separáveis e, endogenamente, inter-relacionadas. No próprio título da obra⁴⁸, *THE BOUNDS OF SENSE*, Strawson já se refere aos principais fios condutores como rota de identificação do pensamento kantiano. Pois, ao traçar os limites do sentido ou da experiência, impõe a exigência de uma estrutura mínima essencial a qualquer concepção de experiência possível verdadeiramente inteligível para nós mesmos; além do que, ao se ampliar para além desses limites da experiência o uso dos conceitos estruturais ou de qualquer outro conceito, conduz somente a experiências vazias de significado, como são os casos do racionalismo dogmático ao sobrepor aqueles limites superiores, como também do empirismo clássico por não alcançar tais limites inferiores. Contudo, afirma Strawson, postas essas restrições, os argumentos kantianos, sustentando-se pelo conjunto de suas teorias, parecem violar seus próprios princípios críticos, quando traça os limites da experiência a partir de um ponto externo a eles. Já no marco geral de sua obra, Strawson estabelece três linhas principais de raciocínio distinguidas pelos títulos de “metafísica da experiência”, “metafísica transcendente” e “metafísica do idealismo transcendental”, em cuja composição fundamental e sucessiva, vincula destacado caráter de interdependência de cada parte em relação às outras, indispensável à compreensão e interpretação do todo.

Assim, primeiramente, em relação à *Metafísica da Experiência*⁴⁹, a interpretação analítica de Strawson, ao considerar a CRP com “dupla face”, já nos diz que é possível

⁴⁸ A abordagem do livro *The Bounds of Sense. An Essay on Kant's Critique of Pure Reason* escrito por P. F. Strawson (Inglaterra, 1919), obra básica de apoio a esta dissertação, representa em um dos textos analíticos mais importantes sobre a filosofia kantiana, produzida por um filósofo lúcido, criativo e rigoroso do século XX. Assim, a leitura desse texto permite investigar a reconstrução e interpretação da filosofia transcendental de Kant, não só por se tratar de um comentário verdadeiramente elucidativo, mas por discutir e defender teses kantianas naquilo em que seu pensamento permanece vivo e fértil, além de também expor um pensamento de um dos mais importantes filósofos ingleses recentes.

⁴⁹ Ao se tomar a experiência como ponto de amarração para o conhecimento *a priori*, como quer provar Kant, Bonaccini diz que a experiência é um gênero de conhecimento, mas não o único, e, portanto, todo o conhecimento parte da experiência, mas não que todo ele (conhecimento) tem sua origem nela (experiência).

imaginarem-se tipos de mundos muito distintos do mundo que conhecemos, da mesma forma descreverem-se espécies de experiências muito diferentes daquelas que efetivamente possuímos; pois, nem toda descrição da experiência, mesmo contendo sentido lícito, poderia consistir numa descrição realmente inteligível, visto que há que se considerar nela sua estrutura geral possível de tudo aquilo que se pode fazer ou tornar inteligente para nós mesmos. Por isso *Strawson* salienta o tenaz esforço de Kant para esta importante tarefa filosófica ao estudar tais limites, isto é, o conjunto de ideias que formam a estrutura que limita todo o nosso pensamento sobre o mundo e experiência deste.

Na CRP, Kant estabelece dois troncos do conhecimento originários de uma raiz comum e desconhecida, a saber: a sensibilidade e o entendimento, em que, pelo primeiro nos são dados os objetos e, pelo segundo, eles são pensados⁵⁰. Daí a concordância de que o caráter de nossa experiência, ou a maneira como os objetos que nos afetam, se explica em parte por nossa constituição humana, que é formada por órgãos sensoriais e o sistema nervoso. Entretanto, para Kant, o modo de funcionamento do mecanismo perceptivo humano, tanto quanto a maneira segundo a qual nossa experiência depende causalmente dele são temas que pertencem ao domínio da ciência e não à filosofia, pois, que, os resultados obtidos de uma investigação empírica e científica teriam um aspecto distinto do projeto kantiano que trata de estudar a estrutura fundamental das ideias, na forma única de tornar inteligível para nós mesmos a ideia da experiência do mundo.

Para isso, Kant explicita que a estrutura das ideias contidas na CRP, com suas características gerais limitantes ou necessárias, tem sua origem na própria constituição cognitiva humana. Sua teoria, mesmo ambígua ou de duas faces para *Strawson*, julgou indispensável, para explicar a possibilidade de conhecer, a estrutura necessária da experiência; por isso, essa teoria é incoerente e esconde em vez de explicitar o caráter real da investigação kantiana e, conseqüentemente, a questão central para entender a CRP é precisamente o de separar nesta teoria o que advém da argumentação analítica daquilo que é efetivamente independente dela. A separação dessas duas vertentes na CRP faz parte apenas de uma tarefa

Esse autor, citando *Vaihinger*, explicita também que “a experiência é sem dúvida o primeiro produto que nosso entendimento produz enquanto elabora a matéria bruta das sensações”; o termo experiência para *Bonaccini*, mesmo sendo ambíguo na CRP, destaca pelo menos duas acepções diferentes: 1 – O sentido de impressão sensível ou sensação, indicando o objeto dado que nos afeta provocando representações ou no sentido da mera modificação de nosso ânimo. 2 – Quando o conhecimento empírico adquirido por nós elabora a matéria das sensações. *BONACCINI. KANT e o problema da coisa em si no idealismo alemão*, p.176.

⁵⁰ KANT. CRP A 16 / B 30.

maior que consiste em dividir entre o que dela há de fecundo e o que não parece aceitável, diz *Strawson*⁵¹.

Na CRP, Kant inclusive destaca o fato de que os resultados aportados até então na filosofia eram desfavoráveis em relação aos obtidos nas matemáticas e nas ciências naturais e que, para colocar a filosofia “no caminho seguro das ciências” teria de limitar suas pretensões⁵²; para isso ocorrer, tornava-se necessário submetê-la aos crivos do princípio de significatividade, repetidamente anunciado e aplicado por Kant na CRP, o qual estabelece que não pode haver nenhum uso legítimo nem com sentido de ideias ou conceitos, se eles não são postos em relação com as condições empíricas ou experimentais de sua aplicação⁵³. Ao se aplicar um conceito em que não se é capaz de se especificar as condições empíricas ou experimentais de tal aplicação não se estaria operando nenhum uso legítimo do conceito em questão, pois isto seria o mesmo que afirmar o que não se conhece, reforça *Strawson*⁵⁴.

Assim, para Kant, a consideração do princípio de significatividade, também corroborada pelos empiristas, representava a negação total da metafísica transcendente; é por isso, sustenta Kant, que áreas inteiras da filosofia (áreas de máxima pretensão e mínimo acordo) deviam sua existência ao fato de não considerar tal princípio, pois, liberadas da exigência de especificar essas condições empíricas relativas à aplicação de conceitos parecia que estavam informando da realidade tal e qual é em si mesma e não como aparece na experiência, e assim, a primeira tarefa da filosofia devia ser a de estabelecer os seus próprios limites. Mas, Kant, ao constatar não só que a tendência de se pensar nas ideias para as quais não se podia especificar nenhuma condição empírica de uso, se constituía primeiramente numa aberração filosófica, julgou ser também uma propensão natural inevitável da razão

⁵¹ STRAWSON. The Bounds of Sense. An Essay on Kant's Critique of Pure Reason, p.16.

⁵² KANT. CRP B XIV.

⁵³ Todos os conceitos e com eles todos os princípios, inclusive os que são possíveis *a priori*, devem se relacionar com as intuições empíricas, isto é, com os dados de uma experiência real ou possível ou, como diz Kant, para que um conhecimento possua realidade objetiva, isto é, se refira a um objeto e nele encontre sentido e significado, deverá o objeto poder de qualquer maneira ser dado. Dar um objeto, tanto de maneira mediata ou se apresentado imediatamente na intuição, não é mais do que referir a sua representação à experiência real ou possível. Os próprios espaço e tempo, mesmo tomados em toda sua pureza como conceitos isentos de todo elemento empírico e com toda certeza de serem apresentados *a priori*, na mente, não possuiriam validade objetiva privada de sentido e de significado, se não fosse demonstrado seu uso necessário para objetos da experiência em CRP, A 156 / B 195, como também, ao tratar Kant das categorias - através das quais procura formar um conceito de um tal objeto - que só permitem uso empírico e carecem totalmente de significado quando não se aplicam a objetos da experiência possível, isto é, ao mundo dos sentidos. Idem, ibidem, A 696 / B 724. Como ainda, a afirmação de que as condições de possibilidade da experiência também devem ser as condições de possibilidade do objeto da experiência que se operam pelas formas puras da sensibilidade espaço e tempo e, pelos conceitos puros do entendimento, estes como regras que servem à apercepção originária em sua ação sintetizadora para submeter a juízos; assim, sem que algo seja dado para a síntese na intuição nenhuma ligação pode ser realizada mesmo que a maneira de operar esteja presente pela categoria, Brito Op. Cit. p. 122.

⁵⁴ Strawson. Op cit., p.16.

humana, que podia inclusive aportar resultado positivo quando no curso da investigação científica servisse para estimular a indefinida extensão do conhecimento empírico. Entretanto, a ilusão do conhecimento metafísico para ele, ocorreria somente quando se impusesse correspondente realidade a tais ideias, como se pudesse produzir conhecimento dessas realidades, apenas pelo puro pensar, sem o concomitante contributo da experiência e, ao violar o princípio da significatividade, tornava a metafísica impossível como ciência.

Isso, porém, não quer dizer para Kant, que seja completamente impossível toda a metafísica científica⁵⁵. Ao contrário, estava posta sua grandiosa e genuína tarefa para investigar a estrutura que estabelece as ideias e os princípios cujo uso e aplicação são essenciais para o conhecimento empírico e que estão implícitos numa concepção coerente de experiência que se possa formular; esta metafísica⁵⁶, como afirma Kant, representa, assim, os estudos mais gerais e fundamentais, através de seu método não empírico ou *a priori*, não como na metafísica transcendente ao elaborar o conhecimento de objetos inacessíveis à experiência, mas porque se compromete com a estrutura conceitual presente na investigação empírica.

Portanto, Kant, ao investigar a estrutura geral das ideias e princípios suposta no conhecimento empírico, constata a correspondência com a estrutura e a maneira de proceder de nossa capacidade cognitiva, o que demarca destacado sentido psicológico em sua investigação⁵⁷, permitindo afirmar-se que experiência e natureza das faculdades humanas são autocorrelacionadas. E para fundamentar essa associação, Kant explica o contraste entre conceitos gerais e suas instâncias particulares que se encontram na experiência; pois, elaborar conceitos gerais com vistas ao conhecimento empírico significa afirmar possuir capacidades tais que sirvam para reconhecer os fatos; por sua vez, essas capacidades para o seu

⁵⁵ MONTEIRO. In: LIMA, nota 41, p.62, afirma que a relação intrínseca entre filosofia e ciência comporta uma vertente essencialmente histórica; houve um momento em que elas eram indiscerníveis. Desde os gregos até Descartes e Leibniz, todos pareciam agir como filósofos ou cientistas ao mesmo tempo, porém isso mudou com Kant desaparecendo a relação congênita entre filosofia e ciência, ou seja, a filosofia tem pouco a ver com quem faz ciência e vice-versa.

⁵⁶ Como solução posta para a questão geral sobre as possibilidades da metafísica como ciência, Kant aponta para uma metafísica, como disposição natural da razão que pode tornar-se real, como também dialética e enganadora, mas que nesta condição não pode produzir ciência. A pretensão do projeto kantiano para permitir à metafísica a produção do conhecimento científico a submete a uma crítica imposta pela própria razão que se ver obrigada a provisionar “com conceitos *a priori*, a sua divisão segundo as diversas fontes; a sensibilidade, o entendimento e a razão, além disso, um quadro completo dos mesmos e a análise de todos estes conceitos com tudo o que deles pode ser deduzido, mas, em seguida, sobretudo a possibilidade do conhecimento sintético *a priori* por meio da dedução destes conceitos, os princípios e também, finalmente, os limites do seu emprego; tudo isso, porém, num sistema completo”. Assim, afirma Kant, a crítica, e só ela, possui o plano inteiro e provado juntamente com todos os meios de realização para que a metafísica possa surgir como ciência. KANT. Prolegômenos a toda a metafísica futura. p. 163.

⁵⁷ STRAWSON. Op. cit, p.19.

funcionamento, denotado pelas instâncias particulares, exigem o que ele chamou de intuição que, contida nos conceitos gerais, viabiliza a experiência, como está dito na famosa passagem da CRP: “pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceitos são cegas”⁵⁸.

Assim, essa expressão do psicologismo em linguagem kantiana consiste em dividir a mente em faculdades ou compartimentos. Estabelece uma distinção entre a faculdade receptiva da sensibilidade produtora das intuições e a faculdade ativa do entendimento, como fonte dos conceitos. Elas, juntas, comandam a noção de experiência em geral. Para isto, exige-se que se conheçam suas instâncias espacial e temporal que constituem a forma de nossa sensibilidade, indispensável para que se possam conhecer as particularidades das coisas que podem subsumir-se nos conceitos. Para tanto, repete *Strawson*, a menos que os conceitos que são utilizados em nossa experiência não impliquem implicitamente o uso de algumas noções (categorias) muito gerais, seria impossível que se desse algo como o conhecimento autoconsciente da sucessão da experiência no tempo, que é condição da possibilidade da experiência do conhecimento empírico, fruto de nossa constituição cognitiva, pois, para Kant, o mundo natural tal e como o conhecemos, ao se constituir conteúdo inteiro de nossa experiência, é essencialmente experiência de um mundo espacial e temporal de objetos regulados e concebidos distintamente da experiência temporal sucessiva que temos deles. Nós não temos, nem se pode ter nenhum conhecimento das coisas tais como são em si mesmas, enquanto opostas à sua forma fenomênica; pois, somente é possível o conhecimento de objetos que se podem experimentar caso se submetam às formas impostas por nossa sensibilidade e do nosso entendimento.⁵⁹

Entretanto, para *Strawson*, a defesa dessa pretensão kantiana deve ser feita com cuidado, pois garante tanto o conhecimento imediato de objetos físicos do “sentido externo” cuja forma é o espaço, quanto os “estados psicológicos”, os objetos do “sentido interno”, cuja forma é o tempo. E ainda mais, considera que a experiência produzida por nossas determinações internas não proporciona mais conhecimento de nós mesmos tais como somos do que a experiência calcada no sentido externo das coisas tais como são em si mesmas, pois tais correspondências não outorgam a mesma realidade aos corpos no espaço (objetos

⁵⁸ KANT, CRP A51 / B75.

⁵⁹ Este é o idealismo transcendental defendido por Kant, segundo o qual todo o mundo da Natureza é mero fenômeno, que se distingue dos demais. Assim o típico idealista ‘empírico’ kantiano toma como verdadeiramente real os estados de consciência temporalmente sucessivos e questiona ou nega a existência real (ou conhecimento que dela temos) dos corpos no espaço. O idealismo transcendental, diz Kant, demarca um realismo empírico que não possui nenhuma superioridade em relação à existência dos estados de consciência sobre os objetos físicos. STRAWSON, Op. cit., p.21.

externos) e aos estados de consciência (determinações internas)⁶⁰. Assim, segundo Strawson, a teoria kantiana, segundo a qual os componentes material e mental do mundo natural, sendo, igualmente, fenômenos, não atribuem conclusivamente a mesma ponderação aos objetos físicos do que aos estados de consciência, (e nesse sentido Kant como idealista transcendental) se aproxima mais de Berkeley do que ele crê.

Por isso, para Strawson, as teorias do idealismo transcendental⁶¹, ao destacarem a ideia de uma estrutura mental que recebe e ordena produzindo a Natureza tal como nós a conhecemos a partir de uma realidade incognoscível, tal como ela é em si mesma, não permitem uma interpretação compreensiva da CRP, da mesma forma como o caráter ambíguo da teoria ali posta segundo a qual só podemos conhecer as coisas como objetos de uma possível experiência e não como são em si mesmas, ou seja, é possível interpretar todo o modelo da Natureza feita pela mente como um simples meio para representar uma investigação analítica ou conceitual aceita por uma imaginação que se contenta com figurações. Essa irônica interpretação strawsiana, mesmo estranha ao caráter da CRP se tomada em conjunto, não seria capaz de explicar as intenções de Kant; como é o caso patente exposto no prefácio da CRP onde ele estabelece que sua intenção não é somente a de pôr freio às pretensões da metafísica dogmática em sua busca do conhecimento suprassensível, mas também de querer limitar as pretensões da sensibilidade de fazer-se coextensiva com o real. Por isso, a prova da nossa necessária ignorância sobre o suprassensível salvaguarda os interesses da moral e da religião, o que põe a salvo o reino do suprassensível; assim, pois, se não temos conhecimento do suprassensível, então é já possível crer em ideias como a de Deus ou da imortalidade da alma.

Da mesma forma, Strawson destaca que há outras indicações mais diretamente relativas aos objetivos principais da CRP que também não facilitam sua interpretação como no caso da afirmação kantiana de que o mesmo princípio de significatividade, quando aplicado às categorias, deriva-se como uma consequência da natureza do julgamento da faculdade do entendimento ao ordenar a experiência, enquanto que a verdadeira possibilidade das características necessárias da experiência fica dependendo do seu subjetivismo transcendental, ou seja, há uma teoria da mente segundo a qual se fabrica a natureza dos objetos, ao que ele cunhou, com orgulho, de “revolução copernicana”, chave para se

⁶⁰ Idem, ibidem, p.19.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 20.

compreender uma metafísica da experiência reformada e científica⁶². Diz a CRP que é somente devido ao fato de que os objetos da experiência devem se conformar com a constituição da mente humana que se poderá produzir a classe de conhecimentos *a priori* da natureza da experiência que se demonstra pelas suas características gerais.

O segundo ponto arrolado por *Strawson* em seu quadro geral ainda focado no âmbito da metafísica da experiência destaca a expressiva contribuição da analítica transcendental,⁶³ portadora do cerne da CRP, ao se complementar com a estética transcendental, através da forma da sensibilidade espacial e temporal, o que permite demonstrar quais são as características que devem limitar toda a noção de experiência para que possamos torná-la inteligível.⁶⁴ Assim é que *Strawson*, ao interpretar o modelo epistemológico kantiano, destaca suas principais teses gerais, a saber: tese da temporalidade, da necessária unidade da consciência, da objetividade, da unidade espacial e temporal e das analogias, que são inerentes ao modelo de epistemologia kantiano. As duas primeiras teses, ou seja, da temporalidade e da espacialidade, se relacionam com a estética transcendental. Quanto à tese da temporalidade, Kant, ao afirmar que a experiência exhibe essencialmente uma sucessão temporal de percepções, dispensa tratamento inquestionável ao longo de toda a CRP, sem possibilidade de oferecer-se alternativa, assegura *Strawson*. Em relação à segunda tese, a da espacialidade, Kant estabelece que os objetos que se dão na experiência são essencialmente espaciais; contudo, para *Strawson*, os objetos dessa experiência, concebidos enquanto existentes independentes da experiência que deles temos, já que são de fato objetos espaciais, não parece lógico que o único modo de concebê-los seja o espacial; poderia conceder-se a tais objetos que o único modo de existência concebível é o espacial, se abstrairmos do conceito de espacialidade suas associações sensoriais, dando-lhe assim, um significado essencialmente formal; pois, ao se permitir que tais conceitos comportem suas associações usuais, visuais e

⁶² Idem, ibidem, p. 23.

⁶³ A analítica transcendental, que não será objeto específico dos estudos desta dissertação, constitui-se a decomposição de todo o nosso conhecimento *a priori* nos elementos do conhecimento puro do entendimento, que para tanto deverá atender aos seguintes pontos: 1-que os conceitos sejam puros e não empíricos; 2 – que não pertençam à intuição nem à sensibilidade, mas ao entendimento; 3 – que sejam conceitos elementares e sejam bem distintos dos derivados ou dos compostos de conceitos elementares; 4 – que a sua relação seja completa e abranja inteiramente o campo do entendimento puro. Assim, toda ela, pertencendo à Lógica Transcendental, se compõe de dois livros, que tratarão dos conceitos ou categorias e dos princípios do entendimento puro. KANT. CRP A 65 / B 69.

⁶⁴ Também Bonaccini, ao apontar a diferença entre o objeto considerado dos sentidos (fenômeno) e ele (objeto) pensado como coisa em si, como alternativa para explicar a possibilidade dos conhecimentos *a priori* dos objetos, provada por Kant que ressalta a conjunção da analítica transcendental com a estética transcendental para evitar as contradições da metafísica vigente em seu tempo. BONACCINI Op. Cit., p.175, nota n. 69.

tácteis, segue-se que o modo espacial é aquele que, se pode conceber como modo legítimo para conceber a existência dos objetos independentemente de nossa experiência

Na terceira tese, da necessária unidade da consciência, Kant estabelece que deve ocorrer uma unidade entre os membros da série de experimentos estendidos temporalmente, a qual se impõe necessariamente para que seja possível a autoconsciência ou autoatribuição dessas experiências ao sujeito delas; ao exigir a necessária conceitualização da experiência, através da qual os conteúdos particulares da experiência devem reconhecer-se por algum de seus atributos gerais, Kant obriga a esta experiência uma espécie de definição padrão ou ‘econômica’, muito limitada como a da prática dos empiristas, apesar de servir de premissa para a dedução transcendental das categorias, a parte da analítica a que Kant dedicou o seu maior esforço.

A tese da objetividade, conclusivamente, afirma que a experiência deve incluir conhecimento de objetos que formam o tema dos juízos objetivos; discutida na Analítica, é a tese da unidade necessária da consciência; esta necessária unidade tem na CRP variada designação: às vezes, “unidade da apercepção” ou “unidade da consciência” ou “autoconsciência” ou ainda “unidade transcendental da apercepção” a expressão favorita de Kant que, para ele, não visa expressar uma espécie de consciência de si, pois o que lhe interessa são as condições gerais de uso dos conceitos, do reconhecimento dos conteúdos particulares enquanto possuam algum caráter geral e que se constituam nas condições fundamentais, ao mesmo tempo da possibilidade da autoconsciência ordinária ou empírica.

O cumprimento dessas condições impõe um padrão mínimo para o que deve ser a experiência, cuja exigência estabelece que a série de experimentos possíveis estendida temporalmente deva conectar-se de tal modo entre eles que deva produzir como resultado uma representação unificada do mundo objetivo, cujos experimentos ou alguns deles são experiências de conhecimento. Porém, nos diz *Strawson* que esta argumentação tratada por Kant na dedução das categorias e em algumas seções da analítica dos princípios apresenta ordem e tratamento que não facilitam uma boa compreensão dos temas, pois, na própria dedução transcendental insiste, com frequência, que há necessariamente uma certa conexão e unidade entre nossas experiências para que possam ser experiências de um mundo objetivo e regulado; os conceitos do mundo objetivo que se aplicam à experiência encarnam as regras de tal unidade e que essa regulada conexão dos experimentos subsumidos nos conceitos do objeto é precisamente o que se requer para a necessária unidade da consciência, isto é, a possibilidade da autoconsciência. Para *Strawson* a força desta argumentação não é

conclusivamente evidente, a não ser em certas seções da analítica dos princípios quando trata da aplicação da dedução, especialmente no argumento da refutação do idealismo e nas analogias da experiência, pois, as experiências, ao ocorrerem numa relação temporal, tornando possível a autoconsciência que é a consciência de minha própria existência enquanto determinada no tempo, pelo menos permitirão distinguir entre a ordem e disposição de nossas experiências e a ordem e disposição que têm os objetos independentemente dessas experiências.

A teoria da natureza da experiência humana do conhecimento, apresentada na estética transcendental, se estabelece na vanguarda de quatro grandes contrastes, a saber: o contraste entre fenômeno e coisas em si mesmas, entre intuições e conceitos, entre o *a priori* e o empírico, e entre o externo e o interno. A interpretação de *Strawson*, denominada de austera, ao tomar por base a dualidade entre intuição e conceito, parte da tese kantiana de que o espaço e o tempo, foco principal da estética transcendental, representam as formas da intuição humana. Portanto, a interpretação das teses *strawsonianas*, especialmente as da temporalidade e da espacialidade, arroladas na seção seguinte, são a chave para a discussão com o modelo de epistemologia kantiano.

2.2 A Estética Transcendental Kantiana e a “Interpretação Austera” de Strawson.

Para Strawson, a metafísica tratada na CRP consiste, genuinamente, numa metafísica⁶⁵ da experiência. Já na estética transcendental, que contém a doutrina da sensibilidade com sua estrutura espaço temporal e que compõe a primeira grande divisão da obra kantiana, apresenta a teoria da natureza da experiência humana do conhecimento dominada por quatro grandes contrastes⁶⁶, a saber: O contraste⁶⁷ entre fenômeno e coisas em si mesmas, entre intuições e conceitos, entre o *a priori* e o empírico, e entre o externo e o interno.

⁶⁵ Para Kant a metafísica, mesmo se considerada apenas como uma ciência, como disse até então em esboço, embora indispensável à razão humana, tem de se firmar por meio dos juízos sintéticos *a priori*; por isso, afirma que não se trata nessa ciência de simplesmente decompor os conceitos que formamos *a priori* acerca das coisas para explicá-los analiticamente; ao contrário, sua pretensão é alargar o nosso conhecimento *a priori*, servindo-se de princípios capazes de acrescentar ao conceito dado algo que ainda não possuía e, por meio de tais juízos sintéticos *a priori*, estabelecer os contornos da experiência. Portanto, a metafísica kantiana, em relação aos seus fins consiste em puras proposições sintéticas *a priori*. KANT. CRP B 18.

⁶⁶ STRAWSON. Op. cit., p. 43.

⁶⁷ A distinção entre fenômeno (objeto do sentido) e o mesmo objeto pensado como uma coisa em si representa a alternativa capaz de explicar a possibilidade do conhecimento *a priori* dos objetos e evitar as contradições da metafísica. BONACCINI. Op. cit., p. 175.

A interpretação de Strawson denominada de austera, tendo por base essas dualidades, parte da tese kantiana de que o espaço e o tempo, foco principal da estética transcendental, são as formas da intuição humana. Para fundamentá-la, ele, ao se utilizar da dualidade entre intuições e conceitos, explicita que esse contraste não é, de fato, mais do que um aspecto da distinção inerente a qualquer filosofia que trate com rigor do conhecimento humano, dos seus objetos ou de sua linguagem⁶⁸. No tratamento filosófico do conhecimento dos objetos, não se têm três tarefas distintas, mas apenas parte de uma mesma tarefa filosófica, onde o contraste entre intuições e conceitos surge necessariamente sobre diferentes formas. No primeiro caso, não se pode evitar a distinção entre itens ou objetos concretos e suas classes gerais nas quais tais objetos ocorrem; na segunda, se deve reconhecer a necessidade de possuir tanto conceitos gerais como de conhecer os objetos na experiência, os quais são coisas que não são conceitos, mas que estão contidos neles; por último, deve-se reconhecer, igualmente, a necessidade dos recursos linguísticos ou de outro tipo, para permitir classificar ou descrever as formas dos objetos como indicação dos casos particulares dessas classificações ou descrições.

A doutrina kantiana, diz Strawson, ao eleger o segundo aspecto ou o epistemológico prioritário na interpretação da tarefa filosófica, pode ter seus riscos, pois, seguramente, para ele, não se pode formar qualquer conceito de experiência ou do conhecimento empírico de objetos a não ser que se permita conhecer, nesta experiência, itens particulares que possam ser reconhecidos ou especificados como casos de tipos ou características gerais. Assim, para que se possam produzir conceitos gerais, devem ter-se capacidades de operar tais reconhecimentos e classificações, cuja oportunidade de desenvolver e exercitar tais capacidades se dá pelo que Kant chama de intuição. Para Strawson, Kant expressa essas necessidades em sua linguagem de departamentos ou faculdades da mente, o que aumenta o viés da perspectiva epistemológica. Pois, distingue entre a faculdade da sensibilidade, que é receptiva, através da qual os objetos nos são “dados” produzindo as intuições, e a do entendimento, que é ativa, por meio de quem os objetos “são pensados”, constituindo-se a fonte dos conceitos. A cooperação dessas duas faculdades da mente torna-se necessária para a experiência ou para o conhecimento empírico do objeto.

Paralelamente a isso, o que diz Strawson sobre a teoria que afirma que o espaço e o tempo são a forma da intuição? Primeiramente, afirma que a dualidade entre intuições e conceitos, traço marcante na estética transcendental, corresponde simplesmente à característica epistemológica do contraste entre o caso particular e a classe geral, ou dito de

⁶⁸ STRAWSON. Op. cit., p.47.

outra forma, é simplesmente o pensamento do caso particular semelhante ao que é encontrado na experiência e aí reconhecido como caso de alguma classe geral. Em segundo lugar, não há nenhuma razão para não se abordarem todos os aspectos dessa dualidade para que se possa ajudar a compreender a doutrina sobre espaço e do tempo. E a principal tese strawseana que dela se destaca afirma “que o pensamento, em sua máxima generalidade, estabelece alguma conexão íntima e particular entre o espaço e o tempo, por um lado, e a ideia de um item particular, ou caso particular do conceito geral, por outro”⁶⁹. Portanto, ao se verificar qualquer conceito geral ou qualquer ideia de um tipo geral de objeto – supondo-se, apenas, que objetos ou itens que nele se subsumam, sejam tais que possam converter-se em objetos do conhecimento empírico – tornar-se-á evidente que qualquer desses casos particulares, que realmente ocorrem, deve de fato ocorrer em algum momento, como também que qualquer desses casos particulares que realmente possam encontrar-se, deve de fato encontrar-se em algum local. Pois, para que a classe geral de objetos possa aplicar-se a um caso particular, deve ocorrer em algum local ou ‘habitat’ ou se este não for possível, pelo menos em algum tempo. Assim, a identidade da existência dos casos particulares subsumidos nos conceitos gerais e materializados na experiência está conectada no espaço e no tempo. Assim, a posição espacial e temporal fornece a base fundamental para distinguir entre um item particular e o outro do mesmo tipo ou quilate geral, consistindo no suporte da identidade dos objetos particulares, o que demarca o modo austero de sua interpretação.

A segunda dualidade kantiana encontrada na estética transcendental diz respeito ao contraste entre o *a priori* e o empírico. Por sua interpretação relativamente austera, Strawson considera junto com o *a priori* a variante do “puro”, associados com o que ocorre antes da experiência, enquanto o empírico se dá pelos eventos derivados da experiência e pertencentes à sensação. Da análise geral que realizou da CRP ele conclui que a principal meta kantiana empreendida por sua metafísica consistia em articular a estrutura geral de toda e qualquer experiência verdadeiramente inteligível. Se essa estrutura existe, diz ele, se há um conjunto de ideias formuladoras desta estrutura, só por isso os membros que lhe pertencem têm igualmente um status distintivo. Assim, seria adequado contrastá-la com o conjunto de outras ideias menos gerais que entram na concepção da experiência considerada, sem, contudo desmerecê-la e, por isso, como ocorre com os conceitos, deve suceder com as características que os fazem conceitos. Dessa mesma forma, ao se considerar neste mesmo sentido o contraste entre o *a priori* e o empírico, pode constatar-se que, na teoria kantiana, o espaço e o

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 48.

tempo não são apenas as formas da intuição, senão formas *a priori* da intuição. Para *Strawson*, não há apenas o pensamento de uma conexão inata entre a ideia de itens particulares, susceptíveis de serem encontrados na experiência, e a ideia de que são itens ordenados espacial e temporalmente. Trata-se, de fato, do pensamento de que essa conexão é tão vital que não pode ser desconsiderada sem anular toda a concepção de experiência⁷⁰. Assim, a ideia de experiência em geral parece ser realmente inseparável da sucessão temporal e da ordenação espacial que ocorre na experiência; pois, para o caso de uma completa abstração da sequência temporal separada da ideia de experiência em geral, parece se constituir numa tarefa que ultrapassa a capacidade cognitiva humana.

Porém, para *Strawson*, Kant não afiança explicitamente, na estética transcendental, a tese de que a ordenação espacial de pelo menos alguns dos objetos particulares extraídos na experiência seja elemento necessário e próprio de qualquer experiência inteligível; contudo, no capítulo da “Refutação do Idealismo” ao sustentar que a possibilidade do autoconhecimento empírico e o conhecimento dos objetos através das categorias são mutuamente dependentes e ambos necessários para a possibilidade da experiência em geral, reafirma que a ocorrência de intuição dos objetos no espaço é a condição necessária para que se dê o conhecimento empírico de objetos. Da mesma forma, afirma, na Nota Geral do Sistema dos Princípios, que tais intuições de objetos espaciais representam, igualmente, a condição necessária para entender o conhecimento dos objetos através das categorias. Entretanto, para *Strawson*, essa argumentação não está bem explicitada, e Kant teria sido mais claro se tivesse argumentado que as condições gerais de possibilidade da experiência, ao exigirem algum modo de ordenação sensível, distinto do modo temporal, e pelo menos análogo ao modo espacial dos objetos particulares encontrados na experiência, excluem a possibilidade de outro modo alternativo distinto do espacial, o que confirma, assim, da forma como se apresentam os objetos, que não se pode concebê-los, senão com o concurso do modo

⁷⁰ A hipótese de objeção à tese da conexão íntima entre itens particulares encontrados na experiência e respectiva ordenação espacial e temporal pode ser posta de duas maneiras: a primeira, simplesmente não se aceitando que a ordenação temporal fosse inseparável de itens particulares encontrados na experiência, o que não seria possível, pois, abstrair completamente a ideia de tempo ou da sequência temporal para restar a ideia de experiência em geral torna-se uma tarefa ininteligível, o que sustenta que a ideia de experiência em geral parece ser inseparável da sucessão temporal da experiência; quanto à sucessão espacial parece que não ocorre o mesmo, como mostra o exemplo retirado do caso da audição de uma sequência de notas musicais; pois, ao se constituir numa experiência coerente pode ser concebida separada da ordenação do espaço. Neste caso, a experiência em geral deveria consistir exclusivamente em tais sequências da experiência da audição, dispensando assim, o lugar necessário ou possível, enquanto noção de ordenação espacial dos itens particulares hauridas na experiência. *Idem*, *ibidem*, p. 46.

espacial. As teses kantianas já anunciadas por *Strawson* da espacialidade e da objetividade suprem a lacuna deixada por Kant.⁷¹

Para *Strawson*, ainda que, de fato, Kant estabeleça o espaço e tempo como formas *a priori* da intuição, não é esta a acepção kantiana primária que o termo *a priori* encerra quando se penetra nas teorias apresentadas pela estética transcendental. Para ele, o sentido que ali predomina, diz respeito às fantasias doutrinárias do idealismo transcendental, cujo modelo se apresenta com toda sua força desde o início da estética, que é distinto do modelo austero anunciador da estrutura analítica kantiana da experiência. Assim, preliminarmente, *Strawson*, ao reconsiderar a afirmação de que o espaço e o tempo são as formas da intuição (deixando de fora a qualificação do *a priori*), confirma que tal afirmação representa o marco epistemológico derivado da conexão íntima que existe entre a ideia do caso particular e as ideias da ordenação espaço e tempo, ou seja, o espaço e o tempo são a forma da particularidade. Porém, alerta ele que este mesmo viés epistemológico é suficiente para introduzir uma arriscada ambiguidade na tese, quando estabelece que o espaço e o tempo são modos pelos quais concebemos os casos particulares dos conceitos gerais, enquanto ordenados em relação de um ao outro. Pois, neste caso, o espaço e o tempo podem ser tanto as formas pelas quais os casos particulares estão ordenados e, portanto, as formas pelas quais nós as conhecemos como ordenadas, quanto são nossas formas de conhecer os casos particulares enquanto ordenados e, portanto, as formas como eles estão ordenados. Denota-se assim, a ambiguidade quando apenas se enfatiza o “nosso” da dita afirmação, o que releva o lado da subjetividade inerente ao modelo epistemológico determinado e priorizado por Kant. Assim é que a estrutura essencial do modelo kantiano de epistemologia está claramente apresentada na teoria onde o espaço e o tempo são as formas da intuição sensível⁷². Fixando-se, primeiramente, na teoria que afirma que a intuição humana é essencialmente uma intuição sensível, como explica Kant, nosso conhecimento ou percepção de um objeto exige, por sua vez, que sejamos afetados por esse objeto, o que torna indispensável nada mais do que a existência de um objeto percebido seja a existência deste e nossa percepção dele outra distinta independente da primeira no sentido não lógico ou causal, embora possa ser correto descrever tal percepção como percepção de um objeto que dependa logicamente da existência do objeto. Assim, toda e qualquer teoria que sustente que conhecemos objetos cuja existência é independente do nosso conhecimento torna a verdade da experiência comprometida, ou seja,

⁷¹ Idem, ibidem, p. 51.

⁷² Idem, ibidem, p. 52.

não é evidente que não possa haver a experiência possível em que o ser (*esse*) dos objetos do conhecimento não seja senão o seu ser percebido (*percipi*).

Contudo, essa tese de cunho *berkeliana* muda totalmente de concepção ao acrescentar a teoria de que a intuição humana não é senão sensível, do que se segue que o espaço e o tempo são as formas da nossa sensibilidade, o que não invalida a tese reformista *strawseana* onde o espaço e o tempo são as formas da particularidade.

Além do mais,⁷³ conforme a teoria kantiana, os itens ordenados espacial e temporalmente não são os objetos afetadores em questão, senão apenas os seus efeitos, isto é, os fenômenos, que se manifestam a seres equipados como nós, possuidores dos modos espacial e temporal de intuição sensível; eis aqui toda a força subjetiva da teoria que sustenta que o espaço e o tempo representam as formas da intuição e que, ademais, chamá-las de formas *a priori* é simplesmente acentuar o seu caráter subjetivo ou sua subjetividade, pois o espaço e o tempo estão em “nós” antes da experiência, sendo uma característica de nossa constituição cognitiva e, por isso, se constitui numa condição de possibilidade da experiência tal como a temos, na qual os objetos nos afetam de tal forma que produzem o conhecimento de itens ordenados espacial e temporalmente. Sendo, pois a intuição essencial para o conhecimento dos objetos e que, sem possuímos outros modos de intuição que o sensível, não se podem conhecer os objetos que nos afetam tais como são em si mesmos.

Esta teoria de sentido revolucionário e alarmante para *Strawson*, ao ser confrontada com a dualidade do externo e o interno no âmbito da estética transcendental, parece paradoxal. Pois, nos diz ele, que estando o espaço e tempo atribuídos à constituição subjetiva de nossa mente e todos os itens ordenados espacial e temporalmente tendo lugar em nossa experiência, são proclamados simplesmente como resultado de que essa constituição subjetiva é afetada pelos objetos tais como desconhecidamente são em si mesmos.⁷⁴ Porém, torna-se evidente a incoerência de poder compatibilizar nossas experiências ou estados de consciência, alguns deles percepções de itens relacionados espacialmente e outros não, só ocorrendo pelo concurso da ordem temporal com a teoria de que o conhecimento de itens ordenados temporalmente não é o conhecimento de nada tal como o que advém da coisa em si mesma.

Assim, é que Kant, ao constatar tal dificuldade, aponta para a solução que teve como resultado a negação de conhecer o que são os nossos estados de consciência (ordenados temporalmente) e como são em si mesmos. Ainda mais, ao associar essa negação com a teoria

⁷³ KANT. CRP A 42 / B 59.

⁷⁴ STRAWSON. Op. cit., p.54.

geral das formas da sensibilidade, confirma que dos dois modos - o espacial e o temporal em que estão ordenados os itens particulares na experiência - é o modo temporal especificamente aquele em que os itens particulares aparecem ordenados como resultado de uma autoafecção em nós como somos em nós mesmos. Pois, já que os objetos afetadores são nós mesmos, podemos denominar os resultados desta afecção o fenômeno de nós mesmos, e falar legitimamente de autoconsciência empírica e de ser conscientes de nossos próprios estados mentais (temporalmente ordenados) sempre e quando afiançarmos que não é este o conhecimento de nós como realmente é, senão, apenas de nós como nos manifestamos; assim, com isso ficam estabelecidas as bases da teoria que afirma que o tempo é a forma do sentido interno, e se pode aceitar que todos os estados particulares de consciência, inclusive nossas percepções de objetos ordenados espacialmente, estão ordenados temporalmente. O tempo, assim, não é senão a forma do sentido interno, e, por conseguinte, dos estados de consciência ordenados temporalmente onde se incluem as percepções de objetos ordenados espacialmente.

Por outro lado, o conhecimento dos itens particulares enquanto ordenados no espaço e possuindo características espaciais, como a extensão e a figura, depende de que tenhamos uma faculdade de intuição espacial ou “externa” chamada de “sentido externo”. Por isso, afirmar simplesmente que o espaço, ao ser uma característica de nossa constituição cognoscitiva, garante que a contribuição ou efeito advindo dos objetos como são em si mesmos sobre esta constituição mental permite produzir itens particulares espaciais possuidores de características espaciais. Porém afirmar que o espaço, sendo só uma das formas de nossa sensibilidade (a forma do sentido externo), acarreta alguma das mesmas implicações quando se diz que o tempo também o é; pois, sendo duas as nossas formas de intuição sensível, a saber, a temporal e a espacial, têm de ser distintas as contribuições que advêm dessas formas. Assim, partindo-se da coisa como é em si mesma, ao afetar o nosso sentido externo para produzir o conhecimento de itens espaciais, não se pode afirmar que seja o mesmo ou da mesma natureza que nós como somos em si mesmos, tampouco negá-lo⁷⁵. Mas, para Strawson, há algo que se pode afirmar, seja o que for: é que tanto os objetos que afetam nossa faculdade do sentido externo para produzir o conhecimento de itens particulares ordenados espacialmente são em si mesmos idênticos ou distintos a como nós somos em nós mesmo, quanto, como se são de igual ou distinta natureza, fica garantido de que seus fenômenos, ou seja, os itens ordenados espacialmente através dos quais surgem o conhecimento que deles temos, devem estar ordenados no espaço e no tempo, isto é, devem

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p.55, n.1.

exibir relações de existência simultânea e sucessiva. Pois, sustenta Kant, todos os estados particulares de existência, incluindo nossas percepções de itens ordenados espacialmente, estão necessariamente ordenados no tempo, e, portanto, também estão espacialmente. O tempo “é a condição imediata dos fenômenos internos (de nossas mentes) e, portanto, a condição mediata de fenômenos externos... Todo fenômeno... qualquer... baseia-se nas relações de tempo”⁷⁶.

Assim, para *Strawson*, a submissão alegada por Kant ao submeter à determinação do tempo todos os objetos de conhecimento relacionados espacialmente como consequência da necessária relação ao tempo de todos os estados de conhecimento, destaca uma das faces do idealismo transcendental. Pois, Kant ao tratar da idealidade do espaço e do tempo, distintamente da tese idealista *berkeliana* que “degrada os corpos à mera ilusão”, parece afirmar que o espaço e o tempo possuem a mesma realidade empírica, ou seja, os itens particulares situados no espaço e no tempo, qualquer que seja o seu caráter, se refiram a qualquer tipo de objeto no espaço e no tempo, ou apenas aos estados de consciência no tempo, ambos estão em pé de igualdade relativamente ao que suas existências reais se referem. Têm, portanto, a mesma realidade empírica, ainda que todos eles sejam apenas fenômenos da coisa em si. Porém, diz *Strawson* que esse não é o significado real do pensamento kantiano; pois, Kant não afirma que as coisas, inclusive nós mesmos, como somos em si, ao afetar nossa constituição cognoscitiva, produzam dois tipos distintos de ocorrência ou existência, a saber, os corpos no espaço (e no tempo), por um lado, e os estados de consciência ordenados temporalmente, incluindo-se aqui as percepções de tais corpos no espaço, por outro. Com outras palavras, os efeitos reais dessas transações no âmbito da coisa em si são todos estados de consciência ordenados temporalmente, os quais incluem os estados de consciência que julgamos como percepções de corpos no espaço, o que expõe que o espaço e o tempo, os corpos e os estados de consciência não estão em pé de igualdade. O tratamento igualitário que recebem obscurece a causa da insistência em que todas as coisas que estão no espaço e no tempo são igualmente fenômenos, porém, afirma *Strawson* que o pensamento kantiano não aplica o mesmo peso a estas duas classes de coisas: primeiramente, os estados de consciência ordenados temporalmente são fenômenos porque são meramente efeitos das coisas como são em si e não estados de certas coisas (nossas) como são atemporalmente na realidade; e, em segundo lugar, os corpos que estão no espaço são fenômenos concebidos de forma muito mais clara, pois não são nem sequer efeitos das coisas como são em si; o que sucede é

⁷⁶ KANT. CRP A 34 / B 50-1.

simplesmente que, entre os efeitos das coisas como são em si, se colocam certos estados de consciência que somos restringidos a julgar como percepções de corpos no espaço, pois eles fora destas percepções nada são⁷⁷.

A interpretação analítica de *Strawson* evidencia, ainda mais, a seguinte questão: quais são os argumentos apresentados na estética transcendental que, de fato, dão sustentação e notabilizam as teorias relacionadas ao espaço e ao tempo? Para ele, o argumento de maior expressão, relativamente à questão do espaço, se deriva da ideia kantiana subjacente às proposições da geometria (axiomas e teoremas), chamada de matemática do espaço, noutro contexto. A elas se acrescentam, paralelamente, outras referências de menor expressão relativas ao tempo, que lhe pareciam da mesma natureza, e, por isso, poderiam receber igual tratamento explicativo. Assim, as explicações relativas ao espaço são de maior densidade de conteúdo do que as relativas ao tempo, estas apenas de teor paralelo ao do espaço quando possível. Portanto, a prova da teoria do espaço remete-se prioritariamente à teoria da geometria e só subsidiariamente são levados em consideração outros argumentos mais relacionados à história intelectual kantiana, que tanto ocupou sua atenção, entre os que, como Newton, defendia o caráter absoluto do espaço (e do tempo) e como Leibniz que enfatizava seu caráter relacional. Assim, para *Strawson*, o idealismo transcendental de Kant concilia a verdade de ambos, sem incorrer em seus erros como está indicado de maneira embora esquemática na estética transcendental, onde oferece outros argumentos independentes do argumento da geometria. No caso da exposição metafísica do conceito do espaço e do tempo, são apresentados e numerados argumentos em quatro textos, dos quais, dois deles tratam da singularidade ou unicidade do espaço e do tempo, e os demais de pouca capacidade explicativa se tomados em si mesmos. Assim, esses argumentos dali extraídos, para *Strawson*, pouco esclarecem relativamente às teses da idealidade kantiana. Primeiramente, ao afirmar Kant que a ideia de espaço não pode derivar-se da experiência dos objetos enquanto relacionados, entre si ou conosco, no espaço, pois, essa experiência já pressupõe a representação do espaço. Constituído dessa forma, o argumento se torna insuficiente para o que dele pouco se oferece em relação ao que se persegue a não ser a tautologia, mediante a qual se afirma que conhecemos os objetos como relacionados no espaço apenas se possuímos a capacidade de conhecimento, diz *Strawson*. O argumento seguinte se baseia na afirmação anunciada por Kant de dois atributos concebidos ao espaço, a saber: nunca se pode representar a ausência de espaço; embora se possa perfeitamente pensar que não haja objeto algum no

⁷⁷ STRAWSON. Op. cit., p.57.

espaço, ou vazio de objetos. Para *Strawson*, ideias como essas, mesmo que servissem para montar certa experiência de pensamento possível para Kant não possuem clareza quanto a sua natureza nem a expectativa a que levariam seus resultados. Entretanto, a par dessa argumentação de baixo valor epistemológico, *Strawson* trata de identificar, no curso geral da estética, outras opções explicativas distintas do argumento da geometria (reproduzido ao final), as quais pareciam a Kant constituir os pontos de amarração das teses da idealidade.

Nesse sentido, utilizando-se de um indicador elaborado na composição⁷⁸ do fenômeno, forma ainda indeterminada da sensação estabelece que ele se compõe de duas partes, a saber, matéria e forma, cuja distinção para *Strawson* significa o mesmo do que conhecemos quando experimentamos itens particulares que são subsumidos sobre conceitos gerais. Assim, a forma é “o que faz com que a diversidade dos fenômenos possa ser ordenada segundo certas relações”, enquanto que, a matéria é o que “do fenômeno corresponde à sensação”. Entretanto, a estrutura geral da tese idealista, ao considerar a oposição entre matéria e forma, estabelece que a forma seja atribuída imediatamente à mente ou às nossas faculdades cognitivas, ao contrário do que a matéria ou sensação que se afirma como aquilo advindo dos fenômenos cuja atribuição não é da alçada da mente, mas pertence ao objeto que a afeta, e, por conseguinte, atribui-se o espaço e o tempo à forma e não à matéria. Desse contraste entre matéria e forma *Strawson* extrai duas indicações: a primeira, reside na conexão entre forma e relação, e a segunda, na oposição entre forma e sensação, e assim, questiona se tanto esses pontos da conexão quanto da oposição podem convalidar-se em relação a espaço e tempo para fornecerem um fundamento independente à tese da idealidade kantiana. No primeiro caso, diz ele, Kant se expõe contra si mesmo, ao admitir que não há incoerência em se manter essa visão relacional do espaço e do tempo, negando, por isso, sua idealidade transcendental⁷⁹.

⁷⁸ KANT. CRP B 34.

⁷⁹ Para Kant, espaço e o tempo são duas fontes de conhecimento mediante as quais se permite extrair conhecimentos sintéticos, como no caso do adequado exemplo da matemática pura ao se basear no conhecimento do espaço e das suas relações. Espaço e tempo tomados conjuntamente são formas puras de toda a intuição sensível, o que proporciona proposições sintéticas *a priori*; e, por serem simples condição da nossa sensibilidade, determinam seus limites pelos quais se referem somente aos objetos enquanto tomados como fenômenos, em nada representando propriedade da coisa em si; apenas os fenômenos constituem o campo de sua validade e, fora deste, não se pode fazer nenhum uso do espaço e do tempo como fonte de origem do conhecimento. Essas afirmações de Kant atestam, pois, a realidade empírica do espaço e do tempo, ou suas validades objetivas em relação a todos os objetos que possam apresentar-se aos nossos sentidos. Em virtude de nossa intuição humana ser sempre sensível, não é possível a experiência produzir um objeto que não tenha sido submetido ao crivo do espaço e do tempo. Portanto, a idealidade transcendental do espaço e tempo para Kant consiste na afirmação de que o espaço e o tempo nada são se separá-los das condições subjetivas de nossa intuição sensível, nem podem ser atribuídos aos objetos em si (independentemente de sua relação com nossa intuição), nem por conta de substância ou acidente. KANT. CRP B 44, 55-57.

Assim, diz *Strawson*, que a negação da visão relacional do espaço e tempo incapacita a apreensão deles como verdade necessária da qual a geometria fornece um brilhante exemplo. Por outro lado, a consideração do espaço e tempo como sistemas de relações entre itens particulares da forma que ocorre na experiência responde ao embaraço newtoniano, por considerar o espaço e o tempo como existências independentes ou dois não seres auto-subsistentes eternos e infinitos. Mas, para que se possa ter uma teoria adequada do conhecimento matemático e da natureza, há que considerar que as proposições da geometria não podem fundamentar-se na contingência de objetos espaciais, pois assim as proposições daí derivadas seriam falsas. Por isso, o reconhecimento por *Strawson* do passo ulterior em que os sistemas de relações espaciais e temporais entre os itens particulares encontrados na experiência apenas ocorrem se constarem de nossa constituição cognoscitiva, em consonância com Kant.. Portanto, o argumento kantiano deixa claro que não existe nenhum passo independente, desde o caráter relacional do espaço e do tempo (como aspecto dos fenômenos) em relação a sua idealidade (em nós), e, conseqüentemente, o que não pode tornar omisso o argumento da geometria, afirma *Strawson*.

Ademais, a interpretação da conexão entre “forma” e “relação” pode mostrar certa ambigüidade, pois, na ausência do marco epistemológico, a teoria do espaço e tempo, como a forma da intuição, consiste nos sistemas fundamentais de relações entre itens particulares encontrados na experiência, ou seja, o espaço e o tempo são os modos fundamentais em que relacionam entre si os itens particulares achados na experiência. Já na presença da característica epistemológica, a mesma teoria do espaço e tempo como forma da intuição impõe ao espaço e tempo tornarem-se os modos mediante os quais conhecemos os itens particulares encontrados na experiência, enquanto relacionados entre si, o que acentua a ambigüidade na interpretação da conexão entre “forma” e “relação”.

No segundo caso, *Strawson* questiona o tratamento da oposição entre espaço e tempo como “forma”, de um lado, e “o que pertence à sensação”, por outro; para ele, Kant particulariza a natureza da oposição no caso do espaço e, ao fazê-lo, mostra que este tema não tem tanto a ver com o espaço, mas, muito mais com a espacialidade, ou seja, enfatiza muito mais a ideia de características espaciais e relações em geral, do que a ideia de um sistema de itens particulares relacionados espacialmente.

A teoria kantiana da intuição pura⁸⁰ estabelece que, ao dispensar a presença real dos objetos dos sentidos ou da sensação, destaca a faculdade da imaginação que produz a representação de exemplares individuais de figuras que respondem a certos conceitos espaciais (como no caso de um triângulo), com cuja ajuda podemos determinar que todas as coisas que respondem a tais conceitos possuem necessariamente outras propriedades ou relações. O que Kant garante, ao opor “o que pertence à sensação” a certa classe de conceitos espaciais, incluindo-se, sobretudo o conceito de figuras espaciais, que não dependemos da observação empírica das características e relações de objetos encontrados realmente na experiência para determinar que certas propriedades pertençam necessariamente a coisas que passam a subsumir-se nos conceitos pertencentes a sua classe.

Para tal resultado, dependemos verdadeiramente do exercício de nossa faculdade da intuição sensível, apenas em seu exercício “puro” e não empírico. Por isso, afirma Strawson que não passa de uma mera afirmação da teoria do idealismo transcendental opor espaço e tempo ao que “pertence à sensação”, representando uma breve e confusa apresentação da teoria da intuição pura que deve ser desenvolvida ainda para solucionar o conhecimento das verdades da geometria⁸¹; pois, uma vez mais, não encontra nenhum argumento independente para a tese de que o espaço é *a priori* no sentido do idealismo transcendental, e todas as considerações que se têm, se é que é algo mais do que simples afirmações dessa tese, apoiam-se no argumento da geometria.

Contudo, nos estudos que realiza sobre o espaço, Kant se utiliza pelo menos de três formas distintas, ainda que associadas entre si, pelas quais junta as expressões *a priori* e “intuições”. Primeiramente, declara que o espaço e o tempo são formas *a priori* da intuição empírica, tratados tanto pela interpretação austera quanto na do idealismo transcendental; em segundo lugar, declara que possuímos uma faculdade ou poder de intuição *a priori* não empírica espacial e ao operá-la conhecemos as verdades da geometria. Por último, afirma que o espaço e o tempo são em si mesmos intuições *a priori*. Esta tese⁸² encetada por Kant em sua exposição metafísica do conceito de espaço e tempo parece sustentar que só existe um espaço e um tempo e que ambos são infinitos. Em relação a esse atributo de serem infinitos e para melhor compreendê-los, considere-se a objeção contra o caso do espaço e, assim, afirmar que só há um espaço é dizer pelo menos que todo objeto relacionado espacialmente está

⁸⁰ KANT. CRP A 20 -1 / B 35.

⁸¹ STRAWSON. Op. cit., P. 62.

⁸² A exposição metafísica do conceito de espaço é apresentada em quatro textos numerados, em que os dois últimos tratam da unicidade e singularidade do espaço e tempo. KANT. CRP B 39 - 47.

relacionado espacialmente aos demais objetos, ou seja, que só existe um só sistema de coisas relacionadas espacialmente. A isso poderia se objetar, de fato, que existem tais sistemas de coisas relacionados espacialmente, mas que são independentes no espaço. Por exemplo, os elementos que a imagem visual de uma pessoa (A) podem estar relacionados espacialmente entre si e o mesmo ocorrendo com os elementos visuais de outra pessoa (B); assim, não possui nenhum sentido se perguntar por um único sistema espacial que englobe os elementos visuais de ambas as pessoas e, assim, o espaço não seria comum a elas. Para Kant essa objeção não se torna relevante, pois a classe de itens relacionados espacialmente, cada um dos quais considera que esteja relacionado espacialmente com cada um do outro num sistema compreensivo, se refere apenas à classe de objetos físicos públicos, concebidos por nós como objetos de nossa percepção, distintos de nossas percepções deles e dos estados de consciência em geral. O espaço ocupado assim por tais objetos é para Kant seu espaço unitário e único.

Para *Strawson*, parece, com efeito, que possuímos de fato uma concepção assim do espaço físico e sem a qualificação do atributo de ser físico, temos também a mesma concepção do tempo. Pensamos sobre qualquer objeto real que mantém uma relação temporal com todos os outros objetos de mesmas características, ou ainda, pensamos que todos os casos particulares temporais se relacionam em um único sistema de relações temporais, da mesma forma como se pensa que os casos materiais estão relacionados em um único sistema espacial, ou seja, possuímos a concepção de um único sistema espacial e temporal que engloba tudo o que sucede e tudo o que existe fisicamente.

Porém, indaga *Strawson*, dada tal concepção de espaço e tempo, como se deve conciliar com a afirmação kantiana de que o espaço e o tempo são intuições puras ou *a priori*? A partir do significado do termo “intuição” emprestado do contraste com “conceito”, *Strawson* afirma que a palavra “espaço” é usada por *Kant* como um termo que expressa um conceito geral. Assim se pode pensar um espaço concreto formado por três metros cúbicos como um caso do conceito geral “espaço de três metros cúbicos”, ou de outra forma, afirmar que o espaço limitado pelo piso, as paredes e o teto de uma sala é maior do que outro que possui outras dimensões, mas ambos são casos particulares do conceito de “um espaço”. Porém, estes espaços particulares, ainda que cada um seja um caso de “um espaço” não são casos do Espaço no sentido do sistema compreensivo de objetos físicos públicos relacionados espacialmente.

Considerando-se, pois, a conexão da intuição com o espaço e o tempo, o que se sucede com a qualidade do *a priori* atribuída por *Kant* à intuição de espacial e temporal? Pode

se entender que a mesma singularidade do espaço e tempo deve igualmente ser atribuída à nossa faculdade da sensibilidade? Para *Strawson*, é possível que sim, embora a convergência nesse ponto dessas linhas de pensamento alinhada a certa falta de integração das doutrinas da estética com a doutrina da analítica transcendental promova algumas dificuldades de interpretação. Pois, manter a unidade espacial e temporal no sentido relativamente austero do *a priori* seria estabelecer que essa unidade espacial e temporal constitui um elemento essencial à concepção de experiência para tornar-se inteligível. Assim, o espaço que se declara “essencialmente uno” somente pode ser entendido como espaço físico, ou seja, o espaço que contém mutuamente relacionados corpos ou objetos físicos públicos concebidos por nós como objetos diferentes das percepções que deles temos. Portanto, estabelecer que a concepção de um único sistema espacial e temporal unitário é *a priori* no sentido austero (*strawsonian*) é comprometer-se com os aspectos necessários da nossa experiência já anunciados pelas teses kantianas da objetividade, da espacialidade e da unidade de espaço e de tempo.

Portanto, estando Kant comprometido com essas teses, as exigências de necessidades *a priori*, de acordo com a CRP, só podem explicar-se pelo argumento do qual tais necessidades não refletem senão aspectos inerentes à nossa constituição cognoscitiva. Para apoiar a afirmação *kantiana* de que espaço e tempo não são apenas intuições (cada uma essencialmente uma intuição), senão intuições puras ou *a priori*, parece resumir-se no fato de que as noções de um único espaço ilimitado ou infinito, como da mesma forma o tempo, são, em certo sentido, anteriores a qualquer noção que possamos ter de espaços ou tempos particulares ou limitados; pois, não se pode conceber a ideia de um espaço infinito no qual tudo possam englobá-lo, se tal composição ocorresse por meio da junção ou soma de espaços particulares experimentados ou dados. Ao contrário, diz *Strawson*, só se pode ter a ideia dos espaços particulares se os fizer incluir no único e infinito espaço que tudo abarca e que dificilmente se pode entender esse pensamento kantiano sem se referir, mais uma vez, ao argumento da geometria, pois, o nosso conhecimento das verdades da geometria na perspectiva kantiana, embora dependa da intuição, é independente da intuição empírica, ou seja, não depende de modo algum da observação dos objetos físicos reais, como aqueles que conhecemos através de nossos sentidos. Ao contrário, depende inteiramente da operação da faculdade da intuição pura espacial. O exercício dessa faculdade tanto pode se dar com ajuda de figuras empíricas (como linhas desenhadas sobre um papel), quanto pelo concurso da faculdade da imaginação. No caso do uso da faculdade da imaginação, se pode conhecer não

só as características necessárias das figuras espaciais, por exemplo, círculos e triângulos, que se constroem na intuição pura, como também as características necessárias de espaço em que as construímos, por exemplo, que é infinito e tridimensional. Assim, se pode descrever adequadamente esse espaço infinito (euclidiano) como uma intuição pura, isto é, como resultado do exercício da faculdade da intuição pura.

A tese do idealismo transcendental relativamente ao espaço trata, pois, do argumento em que a faculdade de intuição espacial ou conhecimento espacial pode ser exercitado puramente, isto é, com total independência de qualquer afecção de nossa constituição cognoscitiva provocada pelas coisas como são em si mesmas. Da mesma forma, constitui-se ela a mesma faculdade que, num papel distinto, é ao menos excitada pelo efeito das coisas como são em si, que provoca sobre nossa constituição cognoscitiva e que assim, é responsável por nosso conhecimento na intuição pura, de itens ordenados e caracterizados espacialmente⁸³. Por esta razão, as matemáticas puras do espaço se constituem as matemáticas do espaço físico, e as proposições da geometria pura se convalidam nos objetos físicos da intuição empírica.

Assim, se justificam os reclamos de Kant quando atribui o status de intuição pura para o espaço infinito, pois tem presente, de fato, os resultados do exercício puro ou não empírico da faculdade da intuição espacial. Entretanto, diz *Strawson* que não se pode comprometer com a afirmação de que a ideia de espaços particulares empíricos determinada por conjuntos particulares de corpos relacionados espacialmente, implique a ideia de um único espaço todo englobante, que inclua todos os objetos relacionados dessa forma, enquanto que não nega a implicação inversa, ou seja, confirma a ideia de um espaço único que tudo comporta ao se constituir antes de se pensarem os espaços particulares empíricos determinados por conjuntos particulares de corpos relacionados no espaço. Por isso é que a tese da unidade necessária do espaço físico que compreende todos os corpos relacionados espacialmente não pode se apoiar somente nas considerações apresentadas na estética. A geometria, assim, não tem nada que dizer sobre se há um único sistema compreensivo de corpos físicos.

Ainda mais, o argumento de que nunca se pode representar a ausência do espaço ou da suposta “representação do espaço”, argumento um da exposição metafísica, ao lado do de número dois, que trata da capacidade de se poder pensar um espaço “vazio de objeto”, ambos de baixo poder explicativo sobre o conceito de espaço, para *Strawson* podem talvez

⁸³ STRAWSON. Op. cit., p. 67.

conceberem-se como alusões ao exercício puro ou não empírico da faculdade de intuição espacial, os quais, interpretados dessa forma, perdem o status de argumentos independentes, dado o vínculo que guarda com o argumento da geometria.

Portanto, conclui *Strawson* que, ao se qualificar o espaço e tempo como *a priori* no sentido do subjetivismo transcendental – em qualquer sentido que imponha que [espaço e tempo] estejam “em nós previamente à experiência” – tanto se afirma que espaço e tempo são intuições *a priori*, como se considera que são formas *a priori* da intuição (empírica), os quais em nenhum dos casos se baseia num fundamento independente do argumento da geometria ou no seu paralelo equivalente no caso do tempo.

Por último, *Strawson* distingue entre as expressões *a priori* e “inato”. Em relação ao *a priori*, são duas as interpretações aportadas, a saber: a primeira, a interpretação chamada austera ou *strawsoniana*, afirma que um conceito ou característica (elemento) poderá denominar-se de *a priori* se puder se constituir um elemento estrutural essencial em qualquer concepção de experiência que pudermos fazer inteligível. Na segunda interpretação, que é defendida pelo idealismo transcendental de Kant, a qualificação *a priori* a um elemento pretende que sua presença como uma característica da experiência seja totalmente atribuída à natureza de nossa constituição cognoscitiva, não sendo de maneira alguma atribuída à natureza das coisas em si que afetam a esta constituição para produzir a experiência. Porém, *Strawson* afirma que limitar a concepção do *a priori* a essas duas interpretações, parece esquecer um terceiro sentido, inerente ao argumento de *Kant*, familiar na história da filosofia; tal sentido é o que se tornou comum nos velhos debates vigentes quando se referiam à origem das nossas ideias nomeadas com o termo “inato”, na conformação como a de *Descartes-Leibniz*, denegada por *Locke* e *Hume*, que afirmavam que todas as nossas ideias se derivam da experiência. Há, entretanto, duas boas razões para se negar o conceito de inato atribuído às ideias de Kant relativas ao espaço e ao tempo, diz *Strawson*. Primeiramente, se fossem os temas tratados nos debates sempre carregados de metáforas focando a questão das ideias, tornava sempre estéril o intercâmbio desses temas, pois como toda a capacidade de pensar, reconhecer, classificar etc. deve ser adquirida (um recém-nascido não pensa em absoluto, além do que a aquisição de tal capacidade pressupõe a capacidade para adquiri-la). Em segundo lugar, seja qual for a tese do inatismo, não despertava nenhum interesse para Kant qualquer que fosse a “representação” que se atribuisse ao seu *a priori*, exceto quando se unisse ou tivesse como consequência a tese de que a manifestação da correspondente característica na experiência, ou sua presença no mundo, fosse somente atribuída à nossa

constituição cognoscitiva ou à natureza de nossas faculdades e não atribuída ao caráter das coisas como são em si, que afetam nossa constituição para produzir a experiência, ou o nosso mundo. Portanto, Kant tinha interesse na tese que apenas confirmasse que o espaço e tempo estão em nós previamente à experiência. Espaço e tempo, assim qualificados como *a priori*, significam que tais elementos como formas da intuição, cuja presença como uma característica da experiência, são totalmente atribuídos à natureza de nossa constituição cognoscitiva, não sendo de maneira alguma atribuídas à natureza das coisas em si que afetam esta constituição para produzir a experiência, seja qual fosse o sentido da relação entre o termo “inato” e a “*priori*”. Já *Strawson* sustenta que um conceito ou característica (elemento) poderá denominar-se de *a priori* se puder ser um elemento estrutural essencial em qualquer concepção de experiência que pudermos fazer inteligível.

Como se viu, a exposição metafísica de um conceito para *Kant* consiste, no caso dos conceitos de espaço e de tempo, de numa explicação clara das características pertencentes a tais conceitos quando são dados *a priori*. Em relação ao caráter *a priori* que se atribui a tais conceitos de espaço e tempo, são duas as interpretações discutidas, a saber: a primeira, a interpretação chamada austera ou *strawsoniana*, afirma que um conceito ou característica (elemento) poderá denominar-se de *a priori* se puder se constituir um elemento estrutural essencial em qualquer concepção de experiência que pudermos tornar inteligível. Na segunda interpretação, que é defendida pelo idealismo transcendental de Kant, a qualificação *a priori* a um elemento pretende que sua presença como uma característica da experiência seja totalmente atribuída à natureza de nossa constituição cognoscitiva (ideais, estando em nós), não sendo de maneira alguma atribuída à natureza das coisas em si que afetam a constituição para produzir a experiência. Contudo, nos estudos realizados sobre o espaço, Kant se utiliza pelo menos de três formas distintas, ainda que associadas entre si, pelas quais junta as expressões *a priori* e intuições. Primeiramente, declara que o espaço e o tempo são formas *a priori* da intuição empírica, tratadas tanto na interpretação austera quanto na do idealismo transcendental; em segundo lugar, declara que possuímos uma faculdade ou poder de intuição *a priori* não empírica espacial e, ao operá-la, conhecemos as verdades da geometria. Por último, afirma que o espaço e o tempo são em si mesmos intuições *a priori*.

A última afirmação⁸⁴ de *Kant* que está contida nos textos de números três e quatro da exposição metafísica do conceito de espaço e tempo, parece sustentar que só existe um espaço

⁸⁴ A exposição metafísica do conceito de espaço é apresentada em quatro textos numerados, em que os dois últimos tratam da unicidade e singularidade do espaço e tempo. KANT. CRP A 24 – 31 / B 39 - 47.

e um tempo e que ambos são infinitos. Em relação ao atributo de serem infinitos, Kant estabelece que a classe de itens relacionados espacialmente, cada um dos quais considera que esteja relacionado espacialmente com o outro num sistema compreensivo, se refere apenas à classe de objetos físicos públicos, concebidos por nós como objetos de nossa percepção, distintos de nossas percepções deles e dos estados de consciência em geral. O espaço ocupado, assim, por tais objetos é espaço concebido por Kant que é unitário e único. Para Strawson, parece, com efeito, que possuímos de fato uma concepção assim do espaço físico e, sem a qualificação do atributo de ser físico, temos também a mesma concepção do tempo. Pensamos sobre qualquer objeto real que mantém uma relação temporal com todos os outros objetos de mesmas características, ou ainda, pensamos que todos os casos particulares temporais se relacionam em um único sistema de relações temporais, da mesma forma como se pensa que os casos materiais estão relacionados em um único sistema espacial, ou seja, possuímos a concepção de um único sistema espacial e temporal que engloba tudo o que sucede e tudo o que existe fisicamente.

Portanto, para *Strawson*, considerar a conexão da intuição com o espaço e o tempo, e qualificá-la com o atributo kantiano do *a priori* significa estabelecer que esta unidade de espaço e tempo se representa um elemento essencial à concepção de experiência inteligível. Assim, o espaço que se declara “essencialmente uno” somente pode ser entendido como espaço físico, ou seja, o espaço que contém mutuamente relacionados corpos ou objetos físicos públicos concebidos por nós como objetos diferentes das percepções que deles temos.

A justificativa da afirmação kantiana de que espaço e tempo não são apenas intuições (cada uma essencialmente uma intuição), senão intuições puras ou *a priori* parece apoiar-se no fato de que as noções de um único espaço ilimitado ou infinito, tanto quanto da mesma forma o tempo, são em certo sentido anteriores a qualquer noção que possamos ter de espaços ou tempos particulares ou limitados; pois, não se pode conceber a ideia de um espaço infinito no qual tudo possa englobar, se tal composição ocorresse por meio da junção ou soma de espaços particulares experimentados ou dados. Corroborando, *Strawson* diz que, só se pode ter a ideia dos espaços particulares se incluí-los no único e infinito espaço que tudo abarca, uma vez que dificilmente se pode entender esse pensamento kantiano sem associá-lo ao argumento da geometria, pois o nosso conhecimento das verdades da geometria na perspectiva kantiana, embora dependa da intuição, é independente da intuição empírica, ou seja, não depende de modo algum da observação dos objetos físicos reais, como aqueles que conhecemos através de nossos sentidos. Ao contrário, depende inteiramente da operação da

faculdade da intuição pura espacial. O exercício dessa faculdade tanto pode se dar com ajuda de figuras empíricas (como linhas desenhadas sobre um papel), como pelo concurso da faculdade da imaginação. No caso do uso da faculdade da imaginação, se podem conhecer não só as características necessárias das figuras espaciais, por exemplo, ângulos e triângulos, que se constroem na intuição pura, como também as características necessárias de espaço em que as construímos, por exemplo, que é infinito e tridimensional. Assim, se pode descrever adequadamente esse espaço infinito (euclidiano) como uma intuição pura, isto é, como resultado do exercício da faculdade da intuição pura. A tese do idealismo transcendental relativamente ao espaço trata, pois, do argumento em que a faculdade de intuição espacial ou conhecimento espacial pode ser exercitado puramente, isto é, com total independência de qualquer afecção que afete nossa constituição cognoscitiva advinda e provocada pelas coisas como são em si mesmas; da mesma forma, constitui-se ela a mesma faculdade que, num papel distinto, sendo excitada pelo efeito das coisas como são em si, ao provocar nossa constituição cognoscitiva que, assim, é responsável por nosso conhecimento na intuição pura de itens ordenados e caracterizados espacialmente⁸⁵. Por esta razão, as matemáticas puras do espaço são as matemáticas do espaço físico, e as proposições da geometria pura se convalidam nos objetos físicos da intuição empírica. Assim, se justificam os reclamos de Kant quando atribui o status de intuição pura para o espaço infinito, pois tem presentes, de fato, os resultados do exercício puro ou não empírico da faculdade da intuição espacial.

Portanto, conclui *Strawson* que, ao se qualificar o espaço e tempo como *a priori* no sentido do subjetivismo transcendental – em qualquer sentido que imponha que espaço e tempo estejam “em nós previamente à experiência” – tanto se afirma que espaço e tempo são intuições *a priori*, quanto são considerados como formas *a priori* da intuição (empírica), os quais, em nenhum dos casos, se baseiam num fundamento independente do argumento da geometria ou no seu paralelo equivalente no caso do tempo e, assim, representam um elemento estrutural essencial em qualquer concepção de experiência que pudermos tornar inteligível.

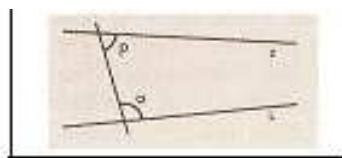
⁸⁵ STRAWSON. Op. cit., p.67.

2.3 Strawson e a Teoria Kantiana da Geometria⁸⁶

A teoria kantiana da intuição pura é a fonte genuína do conhecimento da geometria que, por sua vez, se associa com a teoria do espaço do idealismo transcendental. Para Strawson, o argumento mais contundente apresentado pela estética transcendental na CRP, ao tratar da teoria da subjetividade do espaço, diz respeito ao argumento da geometria. Tal argumento consiste num conjunto de proposições ou premissas que combinam características das proposições empíricas com os atributos das proposições analíticas, mas que não são nem uma coisa nem outra. A experiência ou a intuição empírica ordinária pode fornecer uma base para proposições sintéticas, ao conectar no objeto pretendido características que não estão analiticamente conectadas. Porém, tais proposições, assim elaboradas, não possuiriam o atributo de proposições necessárias que, por sua vez, somente são possíveis, quando se pode afirmar o que não pode ser negado sem contradição e, assim, somente proposições necessárias

⁸⁶ A geometria, consensualmente, é a parte da matemática que estuda as propriedades relativas a pontos, retas, planos, superfícies. Primeiramente, deve-se a Aristóteles a divisão das proposições ou enunciados em qualquer ciência, em primárias e secundárias; as primárias são constituídas pelos axiomas, cujas proposições são aceitas sem demonstração e prova e pelos postulados, em que neles as sentenças são tomadas convencionalmente como verdadeiras; as secundárias constituem os teoremas, os quais são deduzidos das primárias mediante raciocínio lógico. A geometria clássica ou plana, sintetizada na obra de Euclides, é um exemplo do método axiomático, que consiste em escolher um conjunto de axiomas como fundamentais e, a partir deles, deduzir proposições na forma de teoremas que podem ser demonstrados. Nesse sentido, a tarefa de sua geometria está desenvolvida e apoiada por um grupo de definições resultantes de observações experimentais e dez proposições primárias chamadas de noções comuns (axioma) e postulados. No caso do postulado P5: Se uma reta intercepta duas outras retas de tal modo que a soma dos dois ângulos internos do mesmo lado seja menor que dois retos, então essas duas retas, se prolongadas indefinidamente, interceptar-se-ão do lado da primeira reta em que se acham os ângulos mencionados.

Este quinto postulado de Euclides despertou grande interesse nos estudiosos da geometria de todos os tempos, pois a mudança de sua concepção deu origem a novas geometrias, chamadas não-euclidianas. Sua interpretação gráfica, de acordo com a figura abaixo, estabelece que se, $a+b < 180^\circ$, então as retas r e s irão se interceptar quando prolongadas para a direita. Contudo, com a ampliação dos conceitos de paralelismo da geometria euclidiana se permitiu a criação do espaço projetivo, base para a aplicação de outras geometrias, chamadas de não-euclidianas; a par da discussão sobre o quinto postulado de Euclides, também chamado de postulado das paralelas, inclusive com sua negação e a busca de rigor científico nas ciências, dar-se-á a proposta de revisão de toda geometria. Assim, na proposição da geometria plana euclidiana, em que, por um ponto exterior a uma reta dada só se admite uma reta que não intercepta a reta dada, na geometria não-euclidiana (lobachevskiana) se admite uma infinidade de retas ou, de outra forma, na sentença de Euclides onde a soma dos ângulos internos de um triângulo é igual a 180° , em Lobachvski é menor que 180° . ÁVILA, Geraldo Severo de Souza. Análise Matemática para licenciatura, p. 19 – 22.



afirmam conexões analíticas, isto é, proposições que não são sintéticas. Por isso, as proposições da geometria combinam o caráter de sintéticas e de necessárias, daí que não são analíticas, tampouco baseadas na intuição empírica.

Entretanto, indaga *Strawson*, como devem ser as proposições da geometria onde o seu caráter sintético se deriva de algum tipo de intuição sensível, além do que seu atributo do necessário é obtido de um tipo de intuição não empírica? A intenção de Kant é a de que, se aceitamos a teoria da subjetividade do espaço como uma mera forma de intuição pertencente à nossa constituição cognoscitiva, então se pode concluir que tal classe de intuição espacial deve existir, tanto quanto as proposições sintéticas produzidas se aplicam necessariamente aos objetos espaciais ordinários da intuição empírica. Portanto, esta interpretação pouco clara para *Strawson* é a de que tais “intuições não empíricas” são o resultado da imagem da mente buscando em si o meio em que devem aparecer ante ela os objetos e determinando, a partir dessa busca, independentemente da manifestação real dos objetos, verdades que devem valer quando aparecem.

Porém, para a moderna crítica antikantiana, conhecida como “a perspectiva positivista”⁸⁷, é perda de tempo conceder tal interpretação, pois a rigor as proposições da geometria não são necessárias, nem sintéticas. Para ela a negação de tais atributos à geometria torna-se evidente, pelo fato de que, na medida em que haja proposições necessárias da geometria, são muito mais verdades da lógica e só incidentalmente pertencentes à geometria. E as proposições que são tanto sintéticas como essencialmente geométricas não representam verdades necessárias em absoluto, mas apenas em hipóteses empíricas referentes à estrutura do espaço físico sujeitas à confirmação empírica⁸⁸.

Strawson, ao endossar parte da crítica positivista antikantiana afirma que tal crítica não é suficientemente robusta para justificar a negação abrupta e total da teoria kantiana da geometria. Para ele, segundo a perspectiva positivista, as proposições denominadas “geométricas” podem, por sua vez, considerar-se necessárias, uma vez que, num sistema geométrico rigorosamente formalizado, os teoremas se deduzem por métodos lógicos dos axiomas ou postulados, o que corresponde à afirmação de Kant quando diz que todas as inferências matemáticas procedem de acordo com o princípio de não contradição. Disso se deduz que as proposições hipotéticas associadas a todos os passos requeridos em tais deduções são proposições absolutamente necessárias e, por se tratar, de fato, dessa

⁸⁷ STRAWSON. Op. cit., p. 246.

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 246.

necessidade, elas se convertem em proposições da lógica pura. Mas, observa *Strawson*, o fato de que o antecedente e o conseqüente do condicional dessas proposições hipotéticas, sendo proposições geométricas, nada têm a ver com sua necessidade; por isso, nesse caso, indaga qual deverá ser o conteúdo ou status dos axiomas e teoremas, enquanto distintos das proposições hipotéticas que os conectam. Segundo a perspectiva positivista, existem duas maneiras de considerá-los⁸⁹: primeiramente, podem ser considerados como fórmulas⁹⁰ de um cálculo não interpretado, isto é, como expressões não lógicas sem significado e, dessa maneira, não há sentido procurar-se seu status de proposição porque não são proposições. Em segundo lugar, atribuindo-se uma interpretação empírica aos axiomas e teoremas, como no caso comum da “linha reta” como o caminho de um raio de luz em um meio homogêneo. Para os positivistas, ocorre que, ao se lhe atribuir à interpretação não lógica de um sistema geométrico, uma interpretação física, a pergunta sobre se seus axiomas e teoremas continuam verdadeiros, converte-se numa questão empírica, ou factual cuja resolução ocorrerá pela via da experimentação, medida e observação, onde tais axiomas e teoremas se convertem em proposições sintéticas, mas não necessárias.

Uma variante da perspectiva positivista, diz *Strawson*, abre caminho para assegurar o caráter de proposições necessárias aos axiomas e teoremas. Pois, afirma que, se uma observação contradiz ou nega um teorema da geometria sempre lhe será possível encontrar o que lhe faltou noutro lugar distinto como, por exemplo, atribuir-se à observação o desvio em relação ao dado recalcitrante, por conta dos instrumentos de medida empregados, ou por um uso inadequado e, assim, de fato, por esta via, assegurando certamente o caráter necessário dos axiomas e teoremas. Porém, a garantia da necessidade do atributo desses axiomas e teoremas da geometria só poderá ocorrer se qualificarmos a anunciada interpretação física das expressões não lógicas (constantes e variáveis individuais e constantes de predicados) com a regra de que sobre qualquer hipótese tais axiomas e teoremas não poderão ser falsificáveis. Mas, a objeção a tal procedimento poderia arguir que essa forma de garantir tal necessidade das proposições da geometria seria convertê-las em proposições “analíticas” ou convencionais

⁸⁹ Um dos objetivos da lógica clássica, ou lógica de primeira ordem, é a determinação de validade ou não de argumentos ou inferências, isto é, procura-se determinar em que condições certa proposição é consequência lógica de um conjunto dado de proposições ou sentenças; como um argumento é intuitivamente válido se não for possível que suas premissas sejam verdadeiras, e que, ao mesmo tempo, sua conclusão seja falsa, para poder investigar a validade desse argumento precisa-se estabelecer em que condições suas fórmulas de uma linguagem proposicional são verdadeiras ou falsas, e que só é possível interpretá-las se lhes atribuir algum tipo de significado. MORTARI. Introdução a lógica. p. 120.

⁹⁰ A linguagem do cálculo de predicados de primeira ordem consta de símbolos lógicos e não lógicos; os primeiros, os símbolos lógicos, se constituem dos operadores lógicos, quantificadores e sinais de pontuação, enquanto, o segundo, ou símbolos não-lógicos, se compõe do conjunto das constantes e variáveis individuais e das constantes de predicados. Idem, *ibidem*, p.98.

que, por sua vez, não exigiria nenhuma classe especial de intuição, apenas o recurso à imaginação criativa.

Por outro lado, para *Strawson*, aceitar a explicação positivista da geometria representa negar a questão kantiana e inviabilizar o principal apoio de sua teoria da intuição *a priori* que, como disse, apoia-se na teoria do espaço euclidiano, responsável pelo suporte ou encaixe dessa intuição. Em relação às duas formas de abordagem dos axiomas e teoremas da geometria euclidiana pela perspectiva positivista, a saber: 1- concebida como formas não interpretadas num puro cálculo sem nenhum significado; 2- dada por uma interpretação física, constituída por proposições de objetos físicos no espaço, elas não possuem adequação à visão kantiana da questão; pois, Kant nunca considerou que tais proposições fossem fórmulas não interpretadas que nada têm a ver com o espaço, ao contrário, sempre considerou a significação do espaço em tais proposições; como também não pensava que a única forma da interpretação da característica espacial se referisse à interpretação física, ou seja, que o significado das expressões fundamentais tivesse que explicar-se pelos objetos físicos observáveis ou determináveis da intuição empírica. Pois, para Kant⁹¹, não era necessário recorrer aos objetos físicos da intuição empírica para assegurar a verdade das proposições da geometria euclidiana, uma vez que seus objetos, não sendo os objetos físicos produzidos na intuição empírica, apenas forneceria um apoio à atividade essencial da intuição pura, cujos objetos não são absolutamente objetos físicos. Sendo assim, quais são, pois, os objetos espaciais, realmente não físicos ou não determináveis fisicamente, da pura intuição externa? *Strawson* considera que Kant já dizia que não importava se “a construção de um conceito (espacial) na intuição pura” se ocupasse de um desenho sobre um papel ou simplesmente na imaginação. A imaginação visual para *Strawson* não pode oferecer figuras físicas, senão figuras fenomênicas, distintamente do conceito kantiano usado na CRP, aplicáveis inclusive a objetos físicos. Assim, as retas que são objeto da intuição pura não são retas físicas, mas retas fenomênicas, cujas aparências ilustram tais retas. No caso do triângulo, da mesma forma do exemplo anterior, o que de fato constitui a figura fenomênica do triângulo objeto da intuição pura, não é o seu conjunto de retas e de ângulos com tal disposição, senão a aparência triangular própria do triângulo fenomênico e que é objeto da intuição pura.

⁹¹ Afirma Kant, fosse Tales ou como quer que se chame àquele que primeiro demonstrou o triângulo isóscele, teve uma iluminação, ao descobrir que não tinha que seguir passo a passo o que via na figura, nem o simples conceito que dela possuía, para conhecer, de certa maneira, as suas propriedades; mas, antes deveria produzi-la, ou construí-la, mediante o que pensava e o que representava *a priori* por conceitos, e que, para conhecer, com certeza, um objeto *a priori*, nada devia atribuir-lhe senão o que fosse consequência necessária do que nele tinha posto. KANT. CRP B XII.

Portanto, tal sistema de objetos assim concebidos que não é nenhum cálculo não interpretado, nem uma geometria física, representa uma geometria fenomênica e é independente da intuição empírica. Assim, não se necessita, nessa geometria fenomênica (*strawsiana*), na medida em que se pode imaginar a espacialidade, comprovar tais resultados através da referência a objetos espaciais dados pelos sentidos. Por outro lado, afirma *Strawson* que essa geometria fenomênica não carece da relação com objetos empíricos, pois o exercício adequado da imaginação produz precisamente tais semelhanças, como as que podem apresentar-se pelos objetos físicos na intuição sensível ordinária; essa é, primariamente, a geometria dos fenômenos espaciais dos objetos físicos e, subsidiariamente, a geometria das mesmas coisas físicas. Ainda mais, se há sentido em sua interpretação fenomênica da geometria euclidiana, a teoria kantiana da intuição pura e da constituição de conceitos nela, pode perfeitamente considerar-se como a descrição razoável de tal interpretação fenomênica da geometria. O exemplo retirado da proposição que afirma que, entre dois pontos, só se pode traçar uma única reta, elucida o status de tal proposição derivada da geometria fenomênica; a verdade oriunda de tal axioma pode ser apurada pela contemplação de sua figura real ou imaginária. Quando assim se procede, evidencia-se que, nem na imaginação nem no factual não se pode representar nenhum quadro que apresente duas linhas passando pelos mesmos dois pontos. Por isso, se costumava afirmar que tal necessidade imposta à verdade axiomática era evidente por si mesma, no que deixava o caráter da necessidade ou da impossibilidade (entre dois pontos se traçar duas linhas retas, contra a proposição axiomática que entre dois pontos só admite passar uma única reta), insuficientemente explicado. Para *Strawson*, porém, esses axiomas da geometria poderão ser mais bem explicados somente pelo recurso exclusivo ao significado contido nas expressões, cujos significados são essencialmente fenomênicos, visuais ou representacionais. Qualquer quadro ou representação produzido a partir do significado de “duas retas” difere do que é feito sobre o significado de “duas linhas distintas que passam ambas pelos mesmos dois pontos”, na manifestação desses significados. Essas imagens, embora sejam aspectos essenciais inerentes à geometria, são também muito importantes para a interpretação fenomênica da geometria euclidiana.

Para *Strawson*, a afirmação kantiana referente “à construção de conceitos na intuição pura (ou seja, não empírica)” não se constitui uma má descrição deste método de mostrar e elaborar os significados das expressões da geometria fenomênica, na medida em que essa interpretação fenomênica favorece a compreensão do desenvolvimento satisfatório da geometria euclidiana.

À luz de tais considerações a favor de uma geometria fenomênica, como se deve, pois, avaliar a teoria geral da geometria exposta por *Kant*, a intuição pura e a subjetividade do espaço? *Kant* pensava que a geometria euclidiana se adaptava ou se constituía em campo de aplicação dos objetos físicos às coisas dadas pelos sentidos que estão no espaço; também afirmava que a verdade de seus teoremas não estava simplesmente garantida pela lógica e pela definição verbal explícita, o que lhe levou a afiançar que tais teoremas se tornavam um corpo de proposições sintéticas verdadeiras.

Por outro lado, diz *Strawson* que tais teoremas e axiomas possuem uma necessidade incoerente, ao serem proposições meramente empíricas, o que lhe permite que se questione o seu status sintético necessário, que pode ser focado de duas maneiras distintas, não distinguidas por *Kant*, a saber: a primeira questão, pelo uso da interpretação puramente fenomênica da geometria euclidiana ao solucionar o problema da falta de uma necessidade que não seja meramente o resultado de definições verbais, pela teoria da construção na intuição a que mostra como pode assegurar a necessidade de uma representação fenomênica dos significados. O termo “sintético” pode ser utilizado para qualificar o termo necessidade, quando apenas significa que não se podem colocar regras sem o devido uso da representação fenomênica dos significados, amparado por essa geometria fenomênica.

Assim, se pode interpretar a teoria da intuição pura de *Kant* como uma descrição adequada da natureza da geometria em sua interpretação fenomênica. Porém, a teoria da intuição pura kantiana, ao apoiar a teoria da geometria euclidiana em sua interpretação fenomênica, trata de aplicar seus insights da necessidade da geometria fenomênica para solucionar a segunda questão, que se refere à dificuldade criada pela aparentemente necessária aplicação da geometria ao espaço físico. O principal erro de *Kant*, alegado por *Strawson*, censurável apenas dado o “*status quo*” vigente em relação a história da ciência, consistiu em não distinguir entre a interpretação fenomênica da geometria euclidiana e as interpretações físicas dessa geometria de múltiplo uso, como ocorreu com a astrofísica⁹².

Como *Kant* não fez tal distinção, supôs que a interpretação fenomênica da geometria euclidiana correspondia à sua interpretação física e imaginou, também, que a geometria do espaço físico tinha que ser a mesma do espaço fenomênico. Por conta dessa falta de distinção entre tais geometrias, *Strawson* aponta para sugestão em que a geometria do espaço fenomênico encarna ou contém as condições só sob as quais se pode considerar que os objetos são objetos no espaço, objetos físicos, especialmente, quando considera esses objetos em

⁹² A geometria aplicada à astrofísica deve ser distinta da geometria euclidiana. STRAWSON. Op. cit., p.280.

termos de sua “manifestação a nós”, como que explicitando uma imagem fenomênica do mesmo quilate da que maneja a geometria fenomênica. Ainda mais, adverte que tais imagens fenomênicas ocorrem independentemente dos objetos físicos dados pelos sentidos, pois, como se trata de construções imaginadas, cumprirão o mesmo papel que o da visão de linhas traçadas com um lápis, como determinam os objetivos da geometria fenomênica. Isso torna possível apenas que Kant tivesse pensado que a origem do espaço, em seu caráter fenomênico e em seu caráter físico, não é senão subjetivo, pertencente à constituição de nossas mentes ou de nossa faculdade da sensibilidade.

Strawson, embora admitindo correção parcial da perspectiva positivista, afirma que ela deixa de considerar certas características da geometria euclidiana tratada por Kant. Essa perspectiva positivista, já anunciada, oferece duas formas de interpretar as proposições da geometria euclidiana, a saber: a primeira, como fórmula de um cálculo não interpretado (não se atribui nenhum significado às expressões não lógicas); e a segunda, como um corpo de proposições empíricas, logicamente conectadas, resultantes da adoção de uma interpretação física daquelas expressões fundamentais das fórmulas; nestas, a comprovação da geometria euclidiana, através de observações e medidas, mostra que seus teoremas se verificam com aceitável grau de precisão em relação à extensão física do espaço de magnitudes menores do que as tratadas pela astrofísica, certamente de melhor aplicação em outra geometria física, distinta da euclidiana.

Mesmo sendo procedentes as duas interpretações dos positivistas relativas à geometria euclidiana, *Strawson* defende uma terceira interpretação própria de sua lavra, considerando-a como um corpo de proposições *a priori* sobre fenômenos espaciais dos tipos de retas, ângulos, triângulos, circunferências etc., cuja teoria se restringe a tais fenômenos. Entretanto, observa - tanto no que se refere ao percurso do desenvolvimento da matemática⁹³ pura onde se destaca o seu rigor que se deriva da lógica, e não no que vê, como também, em relação à geometria dada por suas aplicações físicas que se operam por comprovações e medidas físicas diversas - que a característica fenomênica da geometria euclidiana se torna pouco relevante, e daí, a negação positivista do caráter fenomênico da geometria euclidiana.

Apesar da pouca importância dos aspectos fenomênicos da geometria euclidiana nos desenvolvimentos posteriores da matemática e da física, eles não podem ser desprezados em relação à origem da sistematização da geometria. Pois, a par de outras considerações, parece

⁹³ O rigor da matemática pura apoiando-se na lógica valeu a Russell afirmar que o seu desenvolvimento mostra que ‘*Anschauung*’, ou as intuições de Kant eram supérfluas. Idem, *ibidem*, p. 286.

plausível supor que, o que subjaz ao desenvolvimento sistemático da geometria, como uma disciplina rigorosa, é a facilidade com que se podem construir ou elaborar os modelos de figuras fenomênicas, mostrando um extensivo de relações entre conceitos espaciais fenomênicos. Com isto, *Strawson* não está sugerindo que, em tais criações, estejam as primeiras origens da história da geometria. O início da geometria está para ele muito mais relacionada à preocupação do homem pelas medidas da terra e ao descobrimento de medidas métricas relacionadas ou não entre si, do que à necessidade dessas descobertas na natureza que estimularam originalmente a imaginação humana na direção da geometria euclidiana; ou seja, a procura de soluções práticas ou da existência de objetos físicos articulados segundo relações que se comprovam por medidas físicas. Qualquer que seja a origem natural desses objetos e suas relações, não se pode deixar de considerar a importância que tem a geometria fenomênica na teorização kantiana e, provavelmente, na sistematização da geometria geral.

2.4 Espaço e geometria.

A declarada objeção de *Strawson* à abordagem kantiana do espaço e do tempo reside no fato de que o argumento de Kant para a idealidade transcendental depende da tese da intuitividade e esta, por sua vez, é dependente da validade da concepção euclidiana de espaço⁹⁴. Pois, pela tese da idealidade defendida no idealismo transcendental de Kant, pretende-se que a presença do espaço e do tempo como elementos com qualificação *a priori* seja característica da experiência totalmente atribuída à natureza de nossa constituição cognoscitiva, e, assim, tais elementos “estão em nós” previamente à experiência, não sendo de maneira alguma atribuídos à natureza das coisas em si, mas que nos afetam para produzir a experiência. Contra-pondo-a, encontra-se a interpretação chamada austera ou *strawsoniana*, pela qual se afirma que um conceito ou característica (elemento) poderá denominar-se de *a priori* se puder ser elemento estrutural essencial em qualquer concepção de experiência inteligível para nós. Relativamente à tese da intuitividade, Kant afirma que o espaço e o tempo são em si mesmos intuições *a priori*, pelo fato de existir um só espaço e um só tempo e que ambos são infinitos, ou seja, possuímos a concepção de um único sistema de espaço e tempo que engloba tudo o que sucede e tudo o que existe fisicamente.

Assim, a relação de dependência das teses da aprioridade e da intuitividade se evidencia quando *Strawson* indaga sobre tal concepção espacial e temporal derivada da

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 66.

afirmação kantiana de que o espaço e o tempo são intuições *a priori* ou puras. Pois, a partir do significado do termo “intuição”, emprestado do contraste com “conceito”, *Strawson* afirma que a palavra “espaço”, usada por Kant para expressar um conceito em geral, aponta para o sistema englobante de coisas físicas relacionadas espacialmente; e assim, *Strawson*, manter que a unidade do espaço e tempo são *a priori* em seu sentido austero representa assegurar que se trata de um elemento essencial em qualquer concepção coerente de experiência que possamos fazer. Não são apenas intuições (cada uma essencialmente uma intuição), senão intuições puras ou *a priori* que parecem resumir-se no fato de que as noções de um único espaço ilimitado ou infinito, como também o tempo são, em certo sentido, anteriores a qualquer noção que possamos ter de espaços ou tempos particulares ou limitados; pois, não se pode conceber a ideia de um espaço infinito que tudo possa englobar, se tal composição ocorresse por meio da junção ou soma de espaços particulares experimentados ou dados. Ao contrário, diz *Strawson*, só se pode ter a ideia dos espaços particulares se incluí-los no único e infinito espaço que tudo abarca. Entretanto, afirma que dificilmente se pode entender esse pensamento kantiano sem se referir, mais uma vez, ao argumento da geometria, pois o nosso conhecimento das verdades desta ciência na perspectiva kantiana, embora independente da intuição empírica, é dependente da intuição, ou seja, não depende de modo algum da observação dos objetos físicos reais, como aqueles que conhecemos através de nossos sentidos. Ao contrário, depende inteiramente da operação da faculdade da intuição pura espacial. O exercício dessa faculdade tanto pode se dar com ajuda de figuras empíricas (como linhas desenhadas sobre um papel), quanto pelo concurso da faculdade da imaginação. No caso do uso dessa faculdade da imaginação, se podem conhecer não só as características necessárias das figuras espaciais, por exemplo, ângulos e triângulos, que se constroem na intuição pura, como também as características necessárias de espaço em que as construímos, por exemplo, que é infinito e tridimensional. Assim, se pode descrever adequadamente esse espaço infinito (euclidiano) como uma intuição pura, isto é, como resultado do exercício da faculdade da intuição pura.

A tese do idealismo transcendental, relativamente ao espaço, como anteriormente foi abordada, trata, do argumento em que a faculdade de intuição espacial pode ser exercitada puramente, da mesma forma, constitui-se ela a mesma faculdade que, num papel distinto, é excitada pelo efeito das coisas como são em si sobre nossa constituição cognoscitiva e que,

assim, é responsável por nosso conhecimento na intuição pura, de itens ordenados e caracterizados espacialmente⁹⁵.

Contudo, diz *Strawson*, não se pode comprometer com a afirmação de que a ideia de espaços particulares empíricos, determinada por conjuntos particulares de corpos relacionados espacialmente, implique a ideia de um único espaço todo englobante, que inclua todos os objetos relacionados dessa forma, enquanto nega a implicação inversa; ao contrário, para ele, embora Kant não tenha esclarecido este ponto, fica aberta a via para admitir que a tese da unidade necessária do espaço físico, que compreende todos os corpos relacionados espacialmente, não pode se apoiar somente nas considerações apresentadas na estética, e a geometria, desta forma, não tem nada que dizer sobre se há um único sistema compreensivo de corpos físicos⁹⁶.

Por isso, o argumento da suposta “representação do espaço” que possibilita a experiência, argumento um da exposição metafísica, ao lado do de número dois, que trata da nossa incapacidade de se poder pensar a ausência da representação de um espaço, embora se possa pensá-lo “vazio de objeto”, para *Strawson*, ambos de baixo poder explicativo sobre o conceito de espaço, podem talvez conceber-se como alusões ao exercício puro ou não empírico da faculdade de intuição espacial, os quais interpretados desta forma perdem o status de argumentos independentes, dado o vínculo que guardam com o argumento da geometria - ciência que determina sinteticamente e *a priori* as propriedades do espaço e, por isso, este espaço tem que ser originalmente uma intuição, pois de um simples conceito não se permite extrair proposições que ultrapassem tal conceito, como no caso da geometria. Assim, para *Strawson*, qualificar espaço e tempo no âmbito do subjetivismo transcendental com o significado de que estão “em nós previamente à experiência” – não só se opta por afirmar que espaço e tempo são intuições *a priori*, como também se considera que são formas *a priori* da intuição empírica – só pode se basear num fundamento que seja dependente do argumento da geometria ou do seu paralelo relativo no caso do tempo.

Dessa forma, fica evidenciada a relação de dependência entre as teses kantianas da idealidade e da intuitividade e esta dependente da validade da concepção euclidiana de espaço, como consta nos Prolegômenos⁹⁷. Aí Kant mais uma vez demonstra recorrer às

⁹⁵ Idem, ibidem, p.67.

⁹⁶ Idem, ibidem, p. 67.

⁹⁷ Na primeira parte dos Prolegômenos que trata das possibilidades da metafísica como ciência, Kant deriva as principais conclusões da Estética transcendental a partir das proposições sintéticas *a priori* da matemática e da geometria; inicialmente, ao indagar da possibilidade da matemática pura como uma questão transcendental

proposições sintéticas *a priori* da matemática e da geometria para derivar as conclusões alcançadas na estética transcendental. Mas, tendo em vista que a geometria de Euclides foi contestada com o surgimento das geometrias não euclidianas desenvolvidas após Kant, alguns

capital afirma que tal conhecimento, já sendo grande e comprovado, comporta certeza apodíctica perfeita, ou seja, absoluta necessidade, pois, não se baseia em nenhum fundamento empírico e, assim, se constitui um puro produto da razão, sendo, além disso, completamente sintético; porém, pergunta Kant, como seria possível a esta razão humana constituir *a priori* tal conhecimento? Responde ele ao descobrir que todo o conhecimento matemático possui, primeiramente, a peculiaridade de representar o seu conceito na intuição e *a priori*, isto é, numa intuição que não é empírica, mas pura; assim, a matemática, sem a intuição não poderá construir suas proposições, ou como ele diz, não pode dar um único passo, os seus juízos serão sempre intuitivos, distintamente dos da filosofia que se contenta com juízos discursivos elaborados a partir de simples conceitos e, sem dúvida, tem que explicar pela intuição suas proposições apodícticas, mas nunca derivá-las de conceitos. Assim, dito de outra forma, é que o exame da natureza da matemática e da geometria já indica a primeira e suprema condição da sua possibilidade, qual seja a de fundarem-se numa intuição pura na qual possam representar ou construir *a priori* todos os seus conceitos *in concreto*. Desta forma, afirma Kant, se for possível descobrir esta intuição pura e sua possibilidade, facilmente se explicará como é que as proposições sintéticas *a priori* na matemática pura e tal ciência são possíveis. Consequentemente, da mesma forma como ocorre com a intuição empírica ao ampliar sinteticamente os conceitos de seus objetos embora contingentemente, assim também o fará a intuição pura, só que distintamente desse caso, pois aqui o juízo sintético será certo e apodíctico, devendo encontrar-se necessariamente na intuição pura, pois enquanto intuição *a priori* está indissolúvelmente ligada ao conceito antes de toda a experiência. Mas, indaga Kant, como será possível ter uma intuição *a priori*, se tal intuição se constitui uma representação que depende imediatamente da presença do objeto, ou não obstante, como é que a intuição do objeto pode preceder o próprio objeto? Kant responde “que apenas de uma maneira é possível que a minha intuição seja anterior à realidade do objeto e produza como conhecimento *a priori*, quando nada mais contém além da forma da sensibilidade que, no meu sujeito, precede todas as impressões reais pelas quais eu sou afetado pelos objetos”. Por isso, se pode saber *a priori* que objetos dos sentidos apenas podem ser percebidos segundo esta forma da sensibilidade, e apenas as proposições unicamente referentes a esta forma de intuição sensível serão possíveis e válidas para objetos dos sentidos. Portanto, afirma Kant que só pela forma da intuição sensível é que se podem perceber *a priori* objetos; mas, os conhecemos apenas como eles podem aparecer aos nossos sentidos e não como podem ser em si mesmos; Todavia, o espaço e o tempo são as tais intuições em que a matemática funda todos os seus conhecimentos e juízos apodícticos e necessários. Também a geometria toma por fundamento a intuição pura do espaço. Assim, precisamente o espaço e tempo por serem intuições *a priori*, convertem-se na prova de que se constituem a forma de nossa sensibilidade e devem preceder toda intuição empírica. Portanto, tanto a matemática como a geometria como conhecimentos sintéticos *a priori* somente serão possíveis ao se aplicarem a objetos dos sentidos, cuja intuição empírica se funda na intuição pura e *a priori* do espaço e do tempo, pois tais intuições não são mais do que a simples forma da sensibilidade que precede a real aparição dos objetos, ao torná-la possível na realidade. No entanto, esta faculdade de intuição espacial *a priori* se refere não à matéria componente dos fenômenos, ou seja, ao que nele é a sensação ou sua parte empírica, mas, apenas à sua forma, o espaço e tempo. Portanto, os procedimentos ordinários e necessários da geometria através de proposições sintéticas se fundam na intuição imediata, que deve ser dada pura e *a priori*, pois do contrário tais proposições não seriam apodíctamente certas, possuindo apenas certeza empírica. A proposição de que o espaço todo abarcante ao ter três dimensões, base para o espaço em geral, funda-se na proposição de que, num ponto, não podem passar mais de três linhas que se cruzam perpendicularmente; tal proposição, porém, não pode demonstrar-se a partir de conceitos, mas funda-se imediatamente na intuição pura *a priori*. Portanto, na base da matemática e da geometria, residem puras intuições *a priori* que tornam possíveis as suas proposições de valor sintético e apodíctico. A geometria pura só pode possuir realidade objetiva na condição de se aplicar simplesmente a objetos dos sentidos, em relação aos quais se estabelece o princípio de que nossa representação sensível de nenhum modo é uma representação das coisas em si mesmas, mas apenas da maneira como elas nos aparecem. Disto se segue, pois, que as proposições da geometria não são determinações de uma simples criação da nossa fantasia poética, que não possam ser referidas a objetos reais com certeza, mas que são, necessariamente, válidas para o espaço e, consequentemente, para tudo o que se pode encontrar no espaço, pois este espaço nada mais é do que a forma de todos os fenômenos exteriores, sob as quais apenas os objetos dos sentidos nos podem ser dados. E a sensibilidade sob cuja forma se funda a geometria se constitui aquilo de que depende a possibilidade dos fenômenos exteriores, os quais devem conter o que a geometria lhes prescreve. KANT. Prolegômenos, a Toda Metafísica Futura, p. 47-56.

comentadores têm afirmado que o idealismo transcendental baseado nas considerações kantianas, relativas a espaço e tempo, não podem mais se sustentar⁹⁸.

Allisson, porém, apresenta uma réplica para essa objeção, ao afirmar que “o argumento partindo da geometria para apoiar a tese da idealidade só funciona pelo recurso do caráter *a priori* e intuitivo da representação do espaço”. Conclui, então, que o argumento para a idealidade transcendental de Kant pode dispensar qualquer consulta ou remissão à natureza da geometria⁹⁹. Por conseguinte, Allison, ao fazer a distinção entre adotar-se a tese da aprioridade relativamente ao espaço e tempo em geral e a tese relativa à geometria euclidiana em particular, usa de uma estratégia argumentativa que se leva a assumir o idealismo transcendental sem considerar as objeções à geometria euclidiana. Guyer, entretanto, recusa essa solução ao arguir que a tese da unidade intuitiva obriga-nos a pensar o espaço como inteiramente determinado, pois se o espaço é uma intuição e não um conceito, não há como concebê-lo parcialmente determinado. Assim, se é o caso de se impor a ordem espacial aos objetos, então deve ser o caso de que se está imprimindo uma forma espacial particular sobre tais coisas, o que poderia significar que a verdade necessária da geometria não seria uma característica que se pudesse eliminar do idealismo de Kant¹⁰⁰.

Uma objeção a Guyer apoia-se na afirmação admitida por Kant de que outros seres perceptivos poderiam apresentar uma faculdade de intuição distinta da nossa¹⁰¹, e, assim, o espaço poderia ser representado num formato distinto do euclidiano. Mas, a posição de Guyer poderia ser resgatada ao se levar em conta que, para Kant, seria impossível para nós a representação do espaço numa forma distinta da especificada pela geometria euclidiana, o que implica a irremovível conclusão de que o idealismo transcendental colide com a descoberta das geometrias não euclidianas. O espaço é dado como euclidiano em nossa intuição e sua forma original deve resistir a todas as tentativas de reconstrução conceitual. Constitui ponto de honra para Kant, a garantia de que a faculdade do entendimento não pode oferecer os dados sensíveis, porque é tarefa exclusiva da faculdade da sensibilidade ou receptividade¹⁰². O entendimento só pode ordenar e sintetizar tais dados de distintas maneiras expressas pelos conceitos puros do entendimento ou categorias. Portanto, se aceitamos que o espaço seja inteiramente dado enquanto uma unidade totalmente determinada na intuição, como diz Guyer, o fundamento do espaço não é encontrado na intuição, mas é, antes, fornecido pelo

⁹⁸ FRANGIOTTI, Mario Antonio. Limitações das doutrinas do espaço e do tempo em Kant. p. 184.

⁹⁹ ALLISON, H. Kant's transcendental idealism: An interpretation and defense. p. 142.

¹⁰⁰ GUYER, P. Kant and the claims of knowledge. Cambridge: Cambridge University Press. p. 360.

¹⁰¹ KANT. CRP B 43, 72, 148.

¹⁰² FRANGIOTTI. Op. cit., p. 186.

entendimento, que faz com que o espaço assuma ou opere a forma de um círculo, ou de um triângulo, e assim, a faculdade do entendimento seria a origem da ordem universal da natureza e, portanto, da regularidade de todos os objetos no espaço.¹⁰³ Essa independência do entendimento relativamente à sensibilidade poderia ser entendida como abrindo caminho para desenvolver conceitos posteriores na geometria na direção de um espaço não euclidiano, o que levaria a ampliar a noção de forma da intuição para além dos limites postos por Kant. Porém, certamente Kant impugnaria tal pretensão, na medida em que o espaço kantiano é estritamente euclidiano. À mente, ao possuir tal constituição, não importa o que seja elaborado na intuição pura, mas, o produto dessa construção deve ser pelo menos compatível com as proposições sintéticas *a priori* da geometria, pois, do contrário, tal resultado não seria possível¹⁰⁴. Isso leva de volta à objeção de *Guyer* para quem o modo pelo qual intuimos objetos e a geometria euclidiana, esta como a forma de descrição de tais objetos no espaço, devem seguir juntos para o idealismo kantiano. Por isso, para um idealista transcendental contemporâneo, a noção de intuição *a priori* conectada ou dependente de sua base euclidiana, dificilmente pode convencer. Pois, ao se considerar a noção kantiana de forma da intuição para evitar o regresso à geometria e, assim, permitir a concepção de geometrias não euclidianas resultará o impasse perante o idealismo transcendental que não se coaduna com os princípios postulados por outras geometrias cuja base não seja euclidiana. Ainda mais, se consentirmos modificações dos conceitos da noção de espaço com o intuito de reabilitar Kant em relação às geometrias não euclidianas, somente será possível se apontar uma solução para a questão de que os princípios da geometria euclidiana são incompatíveis com os da geometria não euclidiana. Portanto, qualquer solução que procure harmonizar o idealismo transcendental com a geometria não euclidiana se coloca diante do insuperável conflito entre as concepções euclidianas e não euclidianas do espaço, pois esses dois conjuntos de princípios, sendo mutuamente excludentes, não podem ser consistentemente conciliados. A conclusão final do que foi afirmado lança dúvida sobre a adequação da doutrina do espaço do idealismo transcendental. A defesa kantiana não pode desconsiderar a conexão entre a doutrina de Kant tratada na estética transcendental, que determina os limites da aplicação da forma pura de nossa intuição sensível, e a geometria euclidiana, pois isto implicaria a inabilidade de se caracterizar o espaço no âmbito do idealismo transcendental. Da mesma forma, o idealista transcendental não pode aceitar essa associação, pois também se colocaria

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 187.

¹⁰⁴ KANTI. CRP B 744.

em conflito com as concepções não euclidianas do espaço que negam as bases das verdades da geometria euclidiana, particularmente, o postulado das paralelas.

2.5 A visão de Strawson se sustenta?

Na análise da sustentação da visão de *Strawson*, uma questão que de início deve ser considerada diz respeito às razões justificadas por Kant na estética transcendental ao conceber o espaço e tempo como formas da intuição. Primeiramente, poderia se dizer que a defesa do atributo *a priori* de espaço e tempo, tomado isoladamente em relação à experiência, não oferece uma base segura para sustentação do idealismo transcendental. Ou, como afiança *Strawson*, poder-se-ia pensar que a experiência não é possível sem o pressuposto da estrutura espacial e temporal, porém, ainda assim, é possível negar que eles sejam transcendentalmente ideais. Pois, ao concordar que espaço e tempo sejam *a priori*, disto não se segue para ele que tenhamos de pensá-los como intuições “em nós”, na forma do idealismo de Kant. Ao invés disto, *Strawson* propõe sua interpretação austera de *a priori*, anteriormente discutida, de acordo com a qual ela seria “um elemento essencial estrutural em qualquer concepção de experiência que possamos tornar inteligível a nós mesmos”¹⁰⁵. Em sua genuína tese exposta no idealismo transcendental, antes mencionada, para Kant a qualificação *a priori* da estrutura de espaço e tempo pretende que sua presença como uma característica da experiência seja totalmente atribuída à natureza de nossa constituição cognoscitiva, não sendo de maneira alguma atribuída à natureza das coisas em si que afetam esta constituição para produzir a experiência. Também em relação a Kant, a noção de experiência no formato *strawseano* “parece ser realmente inseparável do espaço e do tempo”¹⁰⁶. Por isso, a ideia de uma experiência não espacial e não temporal torna-se ininteligível e, assim, ela terá que ser sempre sucessiva temporalmente e espacialmente localizada.

Inicialmente, o argumento da inseparabilidade da experiência em relação à estrutura espaço temporal poderia sugerir uma solução com dupla interpretação, ou seja, se as noções ou conceitos de experiência e de espaço e tempo são inseparáveis, então não apenas a noção de experiência já pressupõe as concepções de espaço e tempo, ou essas concepções de espaço

¹⁰⁵ STRAWSON. Op. cit., p. 65.

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p.50.

e tempo, por sua vez, só podem ser pensadas através da experiência. A questão é, pois, se a tese da inseparabilidade, na forma da interpretação austera, apresenta essa simetria. *Strawson*, entretanto, não esclarece se os conceitos de espaço e tempo, uma vez tratados como elementos essenciais para uma concepção consistente da experiência, poderiam ou não ser inteligíveis se concebidos independentemente ou descolados da noção de experiência, pois, ao que parece, ele não está interessado em investigar a coerência de sua interpretação mediante análise desse outro enfoque. Se, por um lado, espaço e tempo podem ser concebidos independentemente da noção de experiência, então os instantes de tempo e as partes do espaço seriam concebidas, respectivamente, como se sucedendo no tempo e como uma ao lado da outra, no espaço completamente à parte da noção da experiência do sujeito. Assim, isso requereria a hipótese de um espaço e um tempo absolutos, isto é, de uma estrutura de espaço e tempo constituída independentemente da experiência, à maneira de Newton. Mas, por outro lado, se espaço e tempo não poderem ser pensados descolados do conceito de experiência, então seremos obrigados a aceitar a tese kantiana da idealidade transcendental relativa a tais conceitos, ou seja, a adoção do atributo subjetivo do espaço e do tempo como condição *a priori* da experiência.

Por outro lado, a visão newtoniana de espaço e de tempo pode contribuir para o esclarecimento da questão do tempo absoluto de Newton, que considera o tempo como entidade que, por sua própria natureza, flui uniformemente sem relação a nada externo a si mesmo, subsumindo sob si mesmo tudo o que ocorre no Universo, sendo também independente de tudo, de modo que, enquanto as coisas mudam, ele é imutável. O tempo, por ser indiferente à mudança das coisas, pode não apenas precedê-las, mas também preceder quantidades temporais. Da mesma forma, o espaço absoluto de Newton é descrito de maneira similar ao tempo, por ser uma entidade que, por sua própria natureza, permanece imutável e fixo, sem relação a nada externo a si mesmo, subsumindo sob si mesmo toda e qualquer parte de espaço do Universo. Portanto, se considerarmos que nada poderia ocorrer descolado do espaço e do tempo, então a experiência teria de ser pensada apenas sob desígnios desses elementos.

Assim, a experiência poderia ser concebida como inseparável do espaço e do tempo, mas o reverso não seria necessariamente o caso, ou seja, espaço e tempo poderiam ser pensados à parte da experiência. Por isso, os conceitos de espaço e tempo absolutos newtonianos parecem se compatibilizar perfeitamente com a visão de *Strawson* em que a experiência nada é sem a consideração do espaço e do tempo. Para ele, é certo que se pode

pensar o espaço e o tempo como elementos essenciais estruturais da nossa concepção inteligível da experiência e, ao mesmo tempo, não considerar a exigência idealista transcendental de que a estrutura espacial e temporal faça parte de nós. Porém, Strawson parece, assim, não considerar um ponto fundamental da questão, pois não se trata apenas se espaço e tempo podem ser caracterizados, pela forma austera, como conceitos *a priori* indispensáveis ao se conceber a estrutura geral da experiência, mas ser pensados de forma consistente como (transcendentalmente) reais.

Se o objetivo de *Strawson* é impugnar a tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo e, se assim procede, parece que, inadvertidamente, dá conta de uma visão da estrutura de espacial e tempo que bem se ajusta às noções de espaço e tempo absolutos newtonianos. Como sabemos, a principal objeção de Kant ao caráter absoluto de espaço e do tempo se refere a que as posições dos objetos na estrutura espacial e temporal não seriam, por definição, perceptíveis¹⁰⁷ ou, de outra forma, não há como se ter acesso à correta posição dos objetos no espaço e no tempo absolutos, através dos quais eles pudessem ser determinados sem maiores problemas. Os objetos não nos são dados em sua posição espacial absoluta, independentemente de nossa experiência e, admitir-se isso representa contrassenso para Kant. Igualmente, não somos jamais capazes de perceber a sucessão de instantes no tempo absoluto, como se possuíssemos um controle divino inteiramente à parte de nossa experiência, que pudesse medir a passagem dos segundos, minutos e horas absolutos.

Porém, Kant, a par desta impossibilidade, demonstra que espaço e tempo não se constituem apenas como formas *a priori* de nossa intuição, mas transcendentalmente ideais, ou como em suas palavras: “formas *a priori* da intuição pura”. Sem pretender ser exaustivo, as principais características desse argumento de Kant podem ser relatadas como se segue.

Como nos diz Kant, deve considerar-se que os objetos têm de ser concebidos como interagindo uns com os outros, dentro de uma estrutura de espaço e tempo comum. Assim, se penso os objetos de minha casa como formando um conjunto de objetos contíguos, ou atrás, ou ao lado uns dos outros, sou obrigado a conceber essas interações como ocorrendo no interior de uma mesma estrutura espacial. De outro modo, a alternativa seria considerar cada um de tais objetos como pertencentes a diferentes domínios de espaço ou a diferentes espaços. Nesse caso, porém, eles não estariam compartilhando de um único domínio dentro do qual as relações entre eles poderiam ocorrer; o que parece inconcebível a Kant. Assim, é que objetos pertencentes a distintos sistemas espaciais podem interagir uns com os outros. Por isso,

¹⁰⁷ KANT. CRP B 245.

devemos pensar o espaço como uma unidade que abarca todas as relações que os objetos estabelecem uns com os outros¹⁰⁸. O mesmo argumento pode ser usado para o caso do tempo, ou seja, não se pode, com coerência, conceber objetos que se encontram em diferentes ordenações temporais e, ao mesmo tempo, considerá-los como estabelecendo relações de simultaneidade, precedência e sucessão uns como os outros. Por isso, o tempo também deve ser concebido como unitário¹⁰⁹. Portanto, uma estrutura portadora de relações espaciais e temporais deve ser pensada como contendo todas as ocorrências possíveis de eventos, o que significa que qualquer que seja o estado de coisas que se possa conceber, ele terá de ser pensado como pertencendo a um sistema unitário.

Assim, como a concepção de objeto, conforme a tese kantiana do *a priori*, pressupõe a estrutura do espaço e tempo, e ainda mais que, de acordo com o argumento da unidade acima exposto, qualquer região do espaço e qualquer sucessão temporal em que se possa pensar um objeto devem se constituir partes de um único sistema de relações espaciais e temporais, pode-se concluir que as partes constituintes da estrutura de espaço e tempo requerem a superposição de sua própria estrutura, e não vice-versa¹¹⁰. O sistema de espaço e tempo inteiro ou abarcante deve ser assumido como precedendo as partes de espaço e de tempo que as integram. Isso significa que, se pensamos certa magnitude de espaço, por exemplo, o espaço de uma plantação de milho necessariamente, devo pensá-la como envolta por mais do mesmo espaço. Do mesmo modo, se pensamos no sítio rural onde o plantio de milho está localizado, devemos também pensá-lo como rodeado por mais do mesmo espaço. Ao concebermos áreas maiores, o raciocínio não se altera, ou seja, um país com as áreas que o formam só pode ser pensado como rodeado por mais do mesmo espaço e assim sucessivamente. Como diz Kant, é dessa maneira que “o espaço é pensado, pois todas as partes do espaço coexistem *ad infinitum*”¹¹¹; ao se pensar um fim para qualquer sucessão temporal finita, não se considerando a sua magnitude (mês, ano, década, século, etc.), temos que pensá-lo como uma parte ou uma limitação de um sistema temporal único¹¹². Assim, Kant esclarece que a concepção de certo comprimento de tempo leva-nos mais além, de modo que produzimos a ideia de uma “progressão ilimitada da intuição”¹¹³.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, B 39.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, B 47.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, B 39 para o espaço e B 46 para o tempo.

¹¹¹ Idem, *ibidem*, B 39-40.

¹¹² Idem, *ibidem*, B 47.

¹¹³ Idem, *ibidem*, A 25.

Com base nessas considerações, Kant afiança que o sistema espacial e temporal produz uma estrutura unitária e ilimitada que precede suas partes. Usando sua terminologia própria, como de costume, Kant afirma que espaço e tempo são “formas da intuição pura”. São puros porque não apenas precedem a experiência, mas a tornam possível, de conformidade com a tese do *a priori*. Kant usa o termo “forma” para nominar o fato de que, independente do que estejamos percebendo, aquilo que é dado na experiência, necessariamente, se submete ao sistema de espaço e tempo. No entanto, ao se referir ao espaço e ao tempo como intuições, tal afirmação se deriva exatamente da precedência que o sistema espaço e tempo, como um todo, estabelece com suas partes espaciais e temporais. Na verdade, espaço e tempo não são meros conceitos, pois um conceito, diferentemente da intuição, é um *totum* cujas partes o precedem, ou seja, o conceito é um agregado formado por suas partes. Por exemplo, o conceito “vermelho” é elaborado através da consideração de uma característica comum a alguns objetos, tais como camisas, rosas, tomates etc. o qual, tomado nesse sentido, funciona como elemento de ligação que reúne uma coleção de coisas sob certo caráter ou qualidade¹¹⁴. Também representa um todo que não pode ser infinito em sua definição (intenção), embora possa ter infinitas instâncias (extensão)¹¹⁵. O que difere é que, enquanto a intuição é um todo com infinitas partes nele, o conceito é um todo com infinitas partes sob ele.

A introdução da dualidade intuição/conceito, considerada para a enfática defesa do caráter intuitivo do sistema espacial e temporal, deve-se à insistência de Kant de que os dados sensíveis são dados no espaço e no tempo, independentemente de qualquer atividade da faculdade do entendimento. Pode-se dizer que duas consequências se seguem dessa abordagem. Primeira, a partir do entendimento, temos a garantia de que o objeto do mundo exterior não é dado através do simples exercício de conceitualização, pois nossa capacidade conceitual, sozinha, jamais pode nos apresentar uma caracterização adequada do objeto externo e, assim, nossa faculdade da sensibilidade tem que ser colocada em cena. Segunda, a partir da visão de Kant de espaço e tempo, pode-se rejeitar a hipótese fenomenalista de que possa haver uma apreensão de objetos sem a atividade do entendimento, isto é, sem a nossa capacidade conceitual. O objeto kantiano do conhecimento, à parte o fenomenalista, não é dado na sensibilidade como já constituído. Ele é, verdadeiramente, o resultado da ação sintetizadora do entendimento sobre os dados sensíveis, que consistem no simples material bruto do conhecimento.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, B 102 e 130.

¹¹⁵ ALLISON. *Op. cit.*, p. 91 – 93.

Por outro lado, deve-se levar em conta que, para um idealista transcendental, as noções de espaço e tempo absolutos violam as teses da unidade e da intuitividade. De acordo com tais teses, o espaço e o tempo formam um todo cujas partes são precedidas pelo todo. Tal estrutura é que torna possível a apreensão sensível de suas partes. Isso é o mesmo que dizer que esse todo precede "em minha mente todas as impressões reais" que nos são dadas na sensibilidade.¹¹⁶ Mas, as noções de espaço e tempo absolutos newtonianos não podem ser pensadas como precedendo suas partes, pelo simples fato de que, assim consideradas, nem o todo por eles formado nem suas partes são perceptíveis por nós. Consequentemente, se concordamos que espaço e tempo são unidades intuitivas *a priori*, devemos descartar as noções de espaço e tempo absolutos.

Diante do exposto, é oportuno indagar se, em consonância com Kant, é possível conceber o espaço e tempo como propriedades do objeto externo, quer no sentido fenomenalista, uma coleção de dados sensíveis, quer no sentido realista metafísico (transcendental), que considera a coisa em si, ao se admitir que espaço e tempo sejam intuições *a priori*. Essa questão torna-se relevante, pois sua resposta irá nos permitir avaliar a coerência da tese kantiana, segundo a qual espaço e tempo são condições subjetivas da sensibilidade ao invés de propriedades encontradas nos objetos. Pois, se o espaço e o tempo não puderem ser vistos como formas subjetivas, a Revolução Copernicana na Metafísica e, com ela, a tentativa kantiana de reinstaurar o sujeito no centro da investigação epistemológica, estará condenada ao fracasso. Ao contrário, se espaço e tempo não são propriedades dos objetos externos, em quaisquer dos sentidos assinalados, então a estrutura de espaço e tempo deverá ser considerada como condição subjetiva do sujeito cognoscente.

Ora, se aceitamos os argumentos de Kant, acrescentados das observações de *Strawson*, de que o pensamento de um objeto implica necessariamente as características de espaço e tempo, mas que o reverso não se dá, ou seja, que podemos a princípio pensar o espaço e o tempo desconectados de objetos, essa tese da aprioridade não nos permite acomodar a noção fenomenalista de objeto. Para um fenomenalista, como Berkeley, obtemos os conceitos de espaço e tempo por intermédio de nossa percepção dos objetos, de modo que eles não podem ser consideradas como condições *a priori*. Além disso, se admitirmos com Kant que espaço e tempo são intuições, eles devem ser vistos como totalidades que precedem suas partes e não o contrário, como supõe o fenomenalista. Tomando-os como intuições, somos forçados a considerá-los como condições únicas, mediante as quais os objetos nos são

¹¹⁶ STRAWSON. Op. cit., p.66.

dados e não, como supõe o fenomenalista, obtidos mediante a apresentação dos objetos na sensibilidade e por essas razões, a visão kantiana do espaço e do tempo se distancia do fenomenalismo.

Poder-se-ia pensar, também, que o espaço e tempo fossem propriedades do objeto em si mesmo, tal como concebido pelo realista transcendental. No entanto, visto já termos estabelecido que espaço e tempo absolutos são noções vazias, pois não nos podem ser dados na percepção e, visto que, por definição, o objeto em si mesmo também se coloca para além dos limites da experiência possível, então se conclui que espaço e tempo devem ser pensados, necessariamente, como intuições formais que tornam possível a nossa experiência dos objetos.

Portanto, as concepções intuitivas e *a priori*, segundo Kant, desembocam na tese da idealidade do espaço e do tempo, cujo teor se constitui a única maneira de impugnar as visões fenomenalista, realista transcendental e absoluta do espaço e do tempo, ao conceber a estrutura de espaço e tempo como formas subjetivas da sensibilidade humana. Separar da ideia de um sujeito do conhecimento comprometido com as concepções de espaço e de tempo é um equívoco com base no qual nenhuma visão coerente dos objetos externos pode ser elaborada. Como afirma Kant, “é somente mediante o ponto de vista humano que podemos falar do espaço e do tempo”.¹¹⁷ Consequentemente, não é possível sustentar, com consistência, a ideia de que o espaço e o tempo são *a priori*, mas não ideais. Portanto, a interpretação austera de *Strawson*, que recusa a idealidade do espaço e do tempo mesmo mantendo o seu caráter *a priori*, não pode ser aceita. A aprioridade, a intuitividade e a idealidade são teses inseparáveis numa abordagem coerente do espaço e do tempo do modelo de epistemologia kantiano.

¹¹⁷ KANT. CRP B 42 para o espaço e B 51 para o tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ALLISON, H. E. **Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense**. New Haven: Yale University Press, 1983.

ALMEIDA, G. A. Consciência de si e conhecimento objetivo na “dedução transcendental” da “crítica da razão pura”. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 187-219, 1993.

ÁVILA, Geraldo Severo de Souza. **Análise matemática para licenciatura**. 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

BONACCINI, Juan Adolfo. **Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da filosofia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal, RN: UFRN, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2003.

BERKELEY, George. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano**. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 2005.

BRITO, Adriano Naves de. Objeto e referência em Kant. **Theophilos**. Canoas: ULBRA, v.3, n.1 e 2, p.109 –124, 2004.

CAIMI, Mário. Pensamentos sem conteúdo são vazios. **Analytica**, Rio de Janeiro. volume 6, número 1:2002-2, p. 177-194.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DESCARTES, René. **Principles of philosophy**. Trad. V.R. Miller e R. P. Miller. Dordrecht: D. Riedel.

FICHANT, Michel. Espaço estético e espaço geométrico em Kant. **Analytica**, Rio de Janeiro v. 4, n. 2, p. 11-32, 1999.

FRANGIOTTI, Marco Antonio. Limitações das doutrinas do espaço e do tempo em Kant. In: **Kant: liberdade de natureza**. Org. BORGES, Maria de Lourdes e Heck, José. Florianópolis: UFSC, 2005.

GUYER, P. **Kant and the claims of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

LEIBNIZ, G. W. **Philosophical papers and letters**. Trad. Leroy E. Loemker. Dordrecht: D. Riedel, 1976.

_____. **Correspondência com Clarke**. Trad. C. Lopes de Matos. In: Coleção “**Os Pensadores**”. São Paulo: Abril .1979.

LIMA, T. S. Souza. **A resposta de Kant ao problema de Hume**. Natal, 2003. 226 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). CCHLA, UFRN.

LOCKE, Jonh. **An essay concerning human understanding**. Londres: Dent, 1976.

KANT, Immanuel. **Textos pré-críticos**. (Dissertação Inaugural, 1770). Trad. Jair Barbosa et al.. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. **Prolegômenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência**. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Princípios metafísicos da ciência da natureza**. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **Lógica**. 3. ed. Trad. do texto original estabelecido por Gottlob Benjamin Jäsche de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

_____. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MONTEIRO, João Paulo. **Hume e a epistemologia**. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.

NEWTON, Isaac, **Princípios matemáticos da filosofia natural**. Trad. Carlos Lopes de Mattos, Pablo Rubén Miraconda e Luiz Possas. In: Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PATON, H. J. **kant' mataphisic of experiense**. 2. ed., v. 1, N. York: The Humanities Press, 1951.

STRAWSON, F. C. **The bounds of sense: an essay on Kant's critique of pure reason**. Norwich: Fletcher & Son Ltd., 1966.